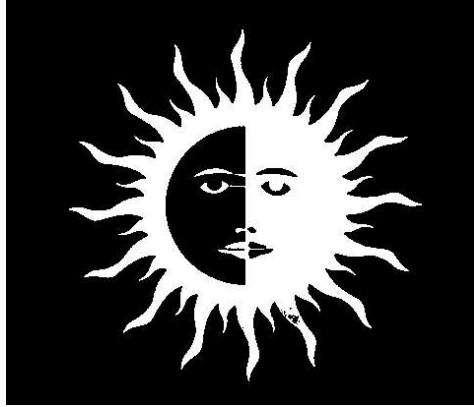


Marcelo Bolshaw Gomes



SONHAR A VIDA,

VIVER O SONHO

**O SIMBÓLICO NA COMUNICAÇÃO
POLÍTICA**

Natal

2009

GOMES, Marcelo Bolshaw.

Sonhar a Vida, viver o sonho – o simbólico na
Comunicação Política / Marcelo Bolshaw Gomes. Natal:
2007. 384 p.

1. Comunicação Social 2. Antropologia 3.
Sociologia política da mídia.

*Dedico este livro às minhas
três irmãs mais velhas -
Francês Bolshaw Gomes de
Faria (uma psicanalista
freudiana), Jurema Bolshaw
Gomes Alevato (socióloga
pragmática) e Maria do
Carmo (Carmi) Bolshaw
Gomes (ativista política,
professora e escritora) –*

4
que me ensinaram
diferentes formas de
pensar o mundo e a vida.

INDICE

- Minha antiidentidade antropofágica, p. 09.
- O Encantador de Serpentes – Ciência, Arte e Política na Comunicação, p. 23.
- A Cultura como dupla mediação social, e a tese das três mudanças estruturais na sociedade contemporânea, p. 45.
- Da Filosofia à Comunicação – Breve história das Idéias Políticas p. 87.
- Teoria dos Jogos a contrapelo, p. 129.
- Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública, p. 157.
- A Imagem Pública de Lula nas Eleições Presidenciais (1989/2002), p. 193.
- A Arte do Conflito - Confrontação mediada pela Dialógica, p. 249.
- Será tudo mentira? Aforismos para uma Genealogia da Teoria da Conspiração, p. 279.

*"Sedes prudentes como as
serpentes e simples como
as pombas."*

Matheus: 10,16.

MINHA ANTIIDENTIDADE ANTROPOFÁGICA

As quatro Identidades

Pierre Levy (2000) define ciberespaço como o quarto espaço antropológico, sobrepondo-se à Terra, ao Território e ao Mercado. Os Territórios são virtualização da Terra; a Mercadoria é uma virtualização dos Territórios; e o saber, uma virtualização das Mercadorias.

O virtual é um produtor/produção da desterritorialização do espaço físico e da materialização do imaginário. Possivelmente ele começou com a escrita, com a possibilidade de uma informação transcender o tempo histórico e o espaço territorial. Assim, Levy vai falar de quatro espaços antropológicos ou níveis históricos e simultâneos de virtualização: o aparecimento da vida sedentária, da agricultura, dos deuses solares, da escrita, do direito e das primeiras cidades é uma desterritorialização da vida nômade sobre a terra; da mesma forma, o surgimento das mercadorias (e da moeda) e do capitalismo será uma desterritorialização das sociedades que se organizam como Estados-nações; e, conseqüentemente, o advento do Ciberespaço é uma virtualização do Mercado. Os espaços de Levy sobreponham-se uns aos outros e estamos vivendo

em uma realidade nova (a cibercultura) intrinsecamente associada não só a modernidade e a lógica da mercadoria, mas também ao universo territorial do feudalismo e às tradições nômades.

Um exemplo dado por Michel Serres, na introdução do livro de Levy (2000, 15): nosso nome e sobrenome são nossas identidades no espaço antropológico da Terra; nosso endereço, nossa identidade no espaço territorial; a profissão, a posição que ocupamos no mundo das mercadorias; e, atualmente, estamos definindo uma quarta identidade para o espaço antropológico do saber: a senha, a impressão digital do polegar, o login, o DNA.

E a definição desta quarta identidade contemporânea - se individual ou coletiva, se anônima ou genética, se consciente ou involuntária - é uma das principais questões da sociedade atual.

Identidade étnica

Darcy Ribeiro, no livro **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil** (1995, p. 451) faz uma crítica avassaladora às noções de "Democracia racial" (FREIRE,) e de "Homem cordial" (HOLDANDA,) para explicar nossa *ningüéndice*. Para Darcy Ribeiro, o povo brasileiro é uma singular identidade cultural (a *ningüéndice*) resultante da miscigenação étnica entre índios, negros e brancos latinos. Esta identidade é

singular em relação à dos povos colonizados, como os testemunhais (andinos e mexicanos) que guardam os traços distintivos de antigas civilizações pré-colombianas (na Bolívia, por exemplo, as elites se globalizaram e os cocaleiros foram excluídos socialmente), e entre os povos em que as características culturais dos colonizadores passaram a ser dominantes, como os argentinos e canadenses, por exemplo.

Assim, miscigenação não nos torna iguais nem nos faz um mix de qualidade e defeitos étnicos. Ela é uma apenas identidade vazia. Por isso que somos "o país do futuro" e um eterno "gigante adormecido em berço esplêndido". João Ubaldo Ribeiro transforma o objeto conceitual de Darcy Ribeiro em um sujeito histórico, ou melhor, no protagonista principal de seu livro **Viva o Povo Brasileiro** (2001). O livro narra a saga da almozinha brasileira em suas reencarnações em diferentes momentos históricos do país. A narrativa é formada por diferentes histórias, em que surgem os tipos ideais de *gente brasileira*, em uma paródia irônica da construção da identidade nacional. O estilo, cômico e trágico ao mesmo tempo, mais que uma sátira carnavalesca da vida nacional, deseja esboçar os símbolos indicativos de ser brasileiro.

Outra categoria cultural brasileira importante é a idéia de *antropofagia*. No sentido literal, antropofagia é canibalismo; no sentido simbólico, é adquirir as qualidades do inimigo. Oswald de Andrade com o Manifesto Antropofágico vai dar uma interpretação cultural ao termo, como uma forma de resistência criativa à aculturação colonizadora. João Ubaldo Ribeiro, por sua vez, fará uma releitura irônica da metáfora antropofágica oswaldiana. Em **Viva o Povo Brasileiro**, a antropofagia é representada pelo caboclo Capiroba, um mestiço que enlouqueceu diante da catequização jesuíta e encontrou no canibalismo uma forma de vingança e de resistência à dominação ideológica.

Há assim uma sátira da tese oswaldiana, uma hipérbole que leva a idéia de antropofagia às suas últimas conseqüências e ao canibalismo cômico-grotesco. O caboclo Capiroba tinha uma predileção especial por holandeses, em uma alusão direta à historiografia que acredita que a coloniza flamenga teria sido melhor que a lusitana: Terá sido a digestão dos holandeses mais desimpedida? Nunca se saberá. (GERMANO, 2000, p.78) Buscando escapar dessa desqualificação sarcástica que João Ubaldo faz do olhar subversivo de Oswald de Andrade, Idilva define dois tipos de antropofagia:

{...} modo de ser da sociedade brasileira, um ethos cultural antropófago, dividido entre a assimilação da matriz judaico-cristã e racionalizando oriunda do colonizador e o impulso matriz religiosa primitiva, carnavalizante, contestadora e marginal. (2000, pág. 72/73)

Dentro desta primeira definição, há também a distinção entre alta e baixa antropofagia. A primeira é a ingestão ritual do inimigo e a última, a incorporação sexual violenta dos dominadores. E aqui tanto para Idilva e como para Ubaldo, os colonizadores também 'comem' e produzem mestiçagem. Há aqui uma dialética em que tanto antropofagia mimética dos dominados é uma simbolização da antropofagia sexual dos colonizadores como, ao contrário, ela também é resultado da adaptação sincrética com a qual o Povo Brasileiro engendra sua identidade.

Neste sentido mais estrito, a idéia de antropofagia corresponde apenas ao olhar subversivo do povo brasileiro.

Aliás, pode-se ampliar essa vertente da vanguarda estética brasileira de produzir uma cultura de exportação a várias outras manifestações culturais (Helio Oiticica, a Bossa Nova, a poesia concreta, o cinema novo) mais preocupadas em se sincronizar ao cenário cultural internacional do que produzir uma identidade nacional-popular.

Em oposição a esta vertente oswaldiana da modernidade brasileira, coloca-se o projeto iniciado por Mario de Andrade e pelos artistas inspirados pelas temáticas regionais e sociais. Entretanto, tanto os dois projetos (o antropofágico e o nacional-popular) acabaram absorvidos pela industrialização cultural das massas através da contracultura. O tropicalismo é parte desta síntese contracultural brasileira entre os "biscoitos finos" e o nacional-popular.

Para compreender melhor este processo, o texto *A cultura como dupla mediação social e a tese das três mudanças estruturais na sociedade contemporânea* enumera diferentes noções de cultura para construir um quadro teórico de referencia para as teorias de comunicação do século passado.

Os textos 'Da Filosofia à Comunicação – breve hist das Idéias Políticas' e '*Teoria dos jogos a contrapelo*' também tratam da contextualização histórica e teórica da vida atual. Mas, ao invés de pesquisar o aspecto cultural das mudanças estruturais, o primeiro texto traça uma breve história fenomenológica dos discursos políticos descritivos e prescritivos e das diferentes abordagens que estudam a atividade política. Já o texto sobre teoria dos jogos trata das contradições entre a teoria da escolha racional e o carácter simbólico do contexto cultural

aplicado ao comportamento político e eleitoral. Esses três textos são 'enciclopédicos', levantando um grande número de referências de forma superficial para dar uma visão panorâmica dos assuntos sem pretender aprofundá-los. Eles sistematizam fichamentos para aulas expositivas no curso de comunicação da UFRN.

Porém, interessa-nos, mais do que a história das mudanças estruturais provocadas pela mídia na cultura brasileira ou na política em âmbito global, ou ainda a interseção dos aspectos racional e simbólico em nossas escolhas; observar os efeitos cotidianos da mídia em nossa história política mais recente.

Uma das linhas de investigação de nossa pesquisa é saber se sua eleição a quarta eleição do presidente Lula, 30 anos após a contracultura, acabou com nossa ningüência (entendida não apenas como um complexo de inferioridade cultural diante do colonizador, mas também como essa malandragem antropofágica de falta de identidade). Lula deu uma cara ao país na qual ele se reconhece? O fato da imagem de Lula presidente representar culturalmente o brasileiro aumenta, inconscientemente, a autoestima da população? Deixamos para trás nossa antiidentidade antropofágica ou apenas o sentimento de inferioridade cultural?

Identidade Social

Para responder a essas indagações apresentamos aqui dois artigos – um teórico, outro empírico – que resumem minha tese de doutorado **Decifra-me ou te devorarei – A Imagem Pública de Lula no horário eleitoral nas campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002** (UFRN, 2006).

Em *Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública* discutem-se a retórica do discurso político contemporâneo dentro da gramática imposta pela mídia, utilizando o método hermenêutico. Esboça se ainda uma proposta metodológica descritiva voltada para a análise da Imagem Pública e do Discurso Mediado.

Em seguida, *A Imagem Pública de Lula nas quatro eleições presidenciais brasileiras (1989/2002)* coloca a noção de Imagem Pública, construída conceitualmente no artigo teórico, no campo da história e reflete sobre a influencia da mídia no processo eleitoral brasileiro.

Para trabalhar a imagem pública de um candidato à celebridade, o marketeiro geralmente sugere que se destaque as qualidades pessoais do pretendente e que se minimizem suas franquezas de

caráter. Outros ainda preferem tirar vantagens de suas deficiências morais, transformando-as em qualidades.

Acontece que eu sou uma pessoa briguenta e mentirosa (entre outros defeitos menores) e resolvi, mais do que “exorcizar seus demônios”, levar seus pecados à perfeição, nos textos *A Arte do Conflito – Confrontação mediada pela Dialógica e Será tudo mentira? – Aforismos para uma Genealogia da Teoria da Conspiração*.

Nesses textos, a questão da identidade e da Imagem Pública chega se a um terceiro patamar, a identidade cultural, envolvendo toda uma série de discussões sobre o desenvolvimento das possibilidades cognitivas de um determinado coletivo, suporte e sentido desses conflitos e sobre a forma relativa como produzimos nossas verdades históricas.

O artigo *O Encantador de Serpentes – Ciência, Arte e Política na Comunicação*, que dá nome a este livro, também trata do tema da identidade cultural (ou da falta de identidade) no ambiente produzido pela mídia, mas de um modo diferente: ‘do lado de dentro’, de um ponto de vista mais econômico (profissional e pedagógico) que sociológico ou antropológico.

Aliás, em outro trabalho (GOMES, 2001), defini esta minha duplicidade temática e metodológica como personas diferentes (como os heterônimos do poeta Fernando Pessoa), em que *O Encantador de Serpentes* corresponde aos estudos científicos e *O Hermeneuta*, aos textos esotéricos dedicados à investigação da espiritualidade. Alguns psicólogos diagnosticaram uma síndrome de personalidade múltipla; outros, espíritas, reconheceram uma mediunidade psicográfica subdesenvolvida.

A verdade, no entanto, é mais simples e mais complexa. Os dois aspectos de minha investigação correspondem a diferentes configurações internas de minha personalidade, que se manifestam em períodos determinados: durante um semestre, meu interesse se concentra em assuntos mais sociológicos e na outra metade do ano, em temas mais espirituais. Esta subdivisão reflete também minha pesquisa em duas frentes paralelas e opostas: a arqueológica (o passado presente) e a teleológica (o devir).

O livro **Sonhar a Vida, Viver o Sonho – O Simbólico na Comunicação Política** representa a parte mais arqueológica, mais descritiva de meu trabalho (em oposição ao livro **Viver o Sonho, Sonhar a Vida – Gurdjieff, Osho, Castaneda & Ayahuasca**, que reúne os artigos mais teleológicos e

prescritivos – ainda sem data para publicação²⁰) e deseja enquadrar a produção do sonho (ou os meios de comunicação) na vida social e é composta por ensaios bastante desiguais, mas que formam um conjunto coerente.

Agora, feitas essas observações sobre a Imagem Pública e os diferentes níveis de identidade – o teórico, o sociológico e o cultural – se pode arriscar uma breve síntese entre elas.

Identidade Cultural

Em relação ao aspecto teórico das mudanças cognitivas impostas pela mídia pode-se pensar que, atualmente - enquanto o saber científico corresponde ao capital simbólico e ao princípio de que o todo é mais que a soma das partes e que a criatividade artística representa a emergência do inconsciente e do princípio segundo o qual o todo é menos que a soma de seus componentes – a Comunicação Política é o vórtice transdisciplinar dessas relações.

E em relação ao aspecto sociológico, se pode colocar a noção de Conflito em seu ambiente institucional contemporâneo: a luta política na democracia representativa mediada pelos discursos dos meios de comunicação. Neste caso, encontra-se a seguinte formulação: o primeiro princípio sistêmico (o todo é mais que a soma das partes) corresponde ao

Estado e à esfera pública ampliada; o segundo (o todo é menos que a soma das partes) ao mercado e ao espaço das relações econômicas; e o terceiro (o todo é simultaneamente mais e menos que a soma das partes) corresponde à mídia e à dupla mediação das forças políticas e econômicas de uma determinada sociedade. Tal formulação tem por objetivo aprofundar a idéia de democracia deliberativa de Thompson, em que os meios de comunicação se localizam na interseção entre o público e o privado.

Mas é em relação ao cultural que a questão da identidade e da imagem pública é ainda mais complexa. Isto por dois motivos conexos. Do primeiro tratei de forma poética no passado (GOMES, 2000): Eu sou mais do que dizem de mim (embora meu inconsciente seja o que é dito mim sem que eu saiba) e Eu sou menos do que dizem de mim (pois boa parte é projeção dos que se identificam comigo). Assim, nunca serei completamente reconhecido ou criticado, porque sempre há a dupla desproporção entre meu Ser e o Discurso sobre ele.

E o segundo motivo envolve o que digo do Outro, ou melhor, o que acredito ser aquele que me define como Eu. E, nesse campo, as crenças forjam experiências que reforçam as crenças.

Se eu acredito que somos luz, ou se o grupo de pessoas com que partilho uma forma alternativa de ver o mundo pensa isso, é possível que eu me veja como tal algum dia. Existe um pacto cognitivo que diz que somos homens. Pode-se propor um pacto alternativo dizendo que somos luzes, anjos ou animais racionais, mas sozinho, não tenho capacidade de dizer que sou nada. Dependo sempre dos outros para me definir. Eis porque continuamos sempre e sempre acreditando nas próprias mentiras, apesar de não acreditarmos realmente em nada.

Nossa cultura é mais e menos que a soma de nossos sonhos individuais, mas isto nos torna um projeto em aberto: a humanidade - ora pequenos deuses, capazes de criar novos seres e novos universos, ora apenas um rebanho de mamíferos com problemas dramáticos de adaptação ao meio ambiente.

E é nossa intenção voltar a esse assunto, em futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropófago, em Piratininga Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha**. Revista de Antropofagia, Ano 1, No. 1, 1928.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- GERMANO, Idilva Maria Pires. **Alegorias do Brasil**. São Paulo: Annablume: 2000.
- GOMES, M. B. **Espiritualidade Contemporânea**. São Paulo: iEditora, 2001.
- _____. **Decifra-me ou te devorarei - A imagem pública de Lula no horário eleitoral em 1989, 1994, 1998 e 2002**. Natal, EDFURN: 2006.
- LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de **Raízes do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

O ENCANTADOR DE SERPENTES

Ciência, Arte e Política na Comunicação

Defende-se aqui a idéia de que a comunicação é uma síntese contemporânea de saberes outrora irreduzíveis, um campo epistemológico intermediário entre a ciência, a arte e a política. A publicidade e o jornalismo são dois braços da comunicação, em que o jornalismo seria mais científico e a publicidade mais artística. O texto jornalístico é uma escritura de eficácia simbólica (se tivermos uma queda para sociologia) ou de texto mágico (caso preferirmos usar metáforas) com duas principais características: o senso de oportunidade e o poder de sedução. O senso de oportunidade vem do planejamento racional e da visão sociológica; e o poder de sedução, a Forma, vem certamente da sensibilidade e da criatividade do lado direito do cérebro. Para não se prostituir eticamente, o comunicador deveria ocupar uma dupla posição política, servir ao rei e ao povo, escrevendo a favor e contra ao poder de forma a atender as demandas do público e das autoridades constituídas. Assim, cúmplice e sabotador do Poder, o comunicador sempre faz parte do sistema, mas luta para modificá-lo. É esta posição dupla que lhe garante a eficácia simbólica. Sua palavra só é mágica porque atende ao povo e ao rei.

Fazendo uma plataforma política com os professores de ciência social na universidade, observei como eles fazem questão de definir conceitualmente as palavras. Acho que cientistas sociais acreditam que 'os mais precisos' vencerão. Em contrapartida, em outra ocasião, fechando um jornal literário com pessoas ligadas às Letras, senti-me como um negociador de egos incapazes de superar a própria vaidade estilística. Aí está o jornalista: diante do cientista social, um artista; diante dos escritores, o crítico. O texto jornalístico é esse 'algo' entre a ciência e arte. Podemos chamá-lo de texto de eficácia simbólica (se tivermos uma queda para sociologia) ou de texto mágico (caso preferirmos usar metáforas). As duas principais características do texto jornalístico são: o oportunismo e o poder de sedução.

Esses fatores é que garantem a sua eficácia simbólica, o seu resultado mágico. O oportunismo vem do planejamento racional e de uma visão geral do lado sociológico; e o poder de sedução, a Forma, vem certamente da sensibilidade e da criatividade do lado esquerdo do cérebro. Daquilo que os poetas chamam de coração.

Em todo super-homem, há um Clark Kent. Porém, esta dupla potência implica também em uma dupla dificuldade. Como podemos ser oportunistas (e éticos) e criativos (e técnicos) ao mesmo tempo? Que

tipo de disciplina ou prática educativa se pode organizar para quem tem que desenvolver a mentalidade de cientista e um coração de poeta? E se não nos falta identidade, certamente também não faltam incompreensões. Para ciência, o jornalismo não tem objetividade; para arte, ele é um mercenário, a serviço do vil metal. Há até comparações maldosas entre o exercício de nosso ofício e a profissão mais antiga do mundo. Muitas profissionais de imprensa, em parte pela simbiose da classe política com o empresariado do setor de comunicação social, se sentem prostituídas.

O que nos leva a um terceiro fundamento da comunicação: a política.

Era uma vez um rei narigudo. Quando chegou a idade avançada, quis o soberano deixar sua imagem para as próximas gerações e convocou o melhor pintor do reino para pintá-lo. Porém, ao ver seu perfil fielmente reproduzido no retrato, o vaidoso soberano bradou: "Cortem-lhe a cabeça"! O segundo pintor convocado tratou de pintar o rei de frente, diminuindo-lhe sensivelmente as narinas. O soberano era vaidoso, mas não era burro: "Cortem a cabeça deste puxa-saco". Um terceiro pintor foi então convocado e enfrentou o dilema: "se pintar a verdade estarei morto e se pintar a mentira, também". Acontece que o rei gostava de caçar e ocorreu ao artista pintá-lo com o rifle atirando de forma que seu nariz não aparecesse. E assim: pintor conquistou o tesouro real e o amor da princesa.

Assim, cúmplice e sabotador do Poder, o comunicador sempre faz parte do sistema, mas luta para modificá-lo. É esta posição dupla que lhe garante a eficácia simbólica. Sua palavra só é mágica porque atende ao povo e ao rei.

E nessa dupla posição do comunicador, há dois lados: o publicitário e o jornalista. Costuma-se dizer que, enquanto o publicitário é mais ambicioso que vaidoso, o jornalista típico é aquele que coloca o nome acima do dinheiro.

Sempre pensei o exercício do jornalismo (ou a produção arqueológica dos fatos com enfoque voltado diretamente para um público consumidor de informações) como o primeiro pintor e a publicidade (ou a produção teleológica dos sonhos, do onírico, do simbólico com enfoque voltado diretamente para os interesses dos anunciantes) como o segundo. O jornalista puro (com uma queda apenas para ciência social) é sempre um fantoche da verdade; o publicitário puro (que tem uma tendência parcial para o estético em detrimento do político) não tem credibilidade pública ou compromisso ético com o real. E o profissional de comunicação completo é cúmplice e reformador do poder, que bate com uma mão jornalística e afaga com uma mão publicitária.

Conheci, certa vez lá no interior do Brasil, um jornalista que tinha um programa de TV muito popular aos domingos, financiado pela prefeitura (a única anunciante da cidade). Durante a semana, ele ia até a comunidade, mas pobre e filmava as crianças brincando com os ratos, insuflava os líderes da associação de moradores e convidava todo mundo para seu programa ao vivo. Depois ligava para o prefeito dizendo que foi impossível impedir a matéria, mas passando para ele as medidas necessárias aos atendimentos da comunidade. No domingo, após as crianças com ratos e o circo todo, entrava o prefeito no telefone ao vivo “salvando a pátria com tudo de cima”. Resultado: a comunidade conseguia seus melhoramentos, o prefeito conseguia fazer seu proselitismo político e minha amiga produtora tinha uma fila de deputados para dar cadeiras de rodas - entre outras coisas - no seu programa.

Então, o comunicador tem um pé no poder e outro fora. Jornalismo é práxis: Astúcia e Imaginação. Mais arte que técnica, com uma visão de conjunto em tempo real. E como fazer para ensinar essa tríplice atividade (Ciência, Arte e Política) do ofício de comunicar?

Certa noite, sonhei que era um Encantador de Serpentes.

Materializando meu sonho e dando resposta às minhas preocupações de professor de comunicação, escrevi um texto definindo a analogia entre pauta e ciência, reportagem e arte, e edição e interatividade.¹

	Texto	Enfoque
Ciência	Informativo	Objetividade (3ª pessoa)
Arte	Opinativo	Subjetividade (1ª pessoa)
Política	interpretativo	Intersubjetividade (2ª pessoa)

Segundo essa distinção, o discurso comunicacional, tanto do ponto de vista do seu processo industrial de produção como na elaboração coletiva de seu texto, se constitui de três etapas distintas simultâneas e seqüenciais ao mesmo tempo: a produção, a reportagem e a edição. A produção corresponde à objetividade científica necessária ao planejamento das pautas; a reportagem, à arte dialógica da entrevista e a transmissão presencial da subjetividade; e, finalmente, a edição corresponde à vontade e ao jogo político em seus diferentes aspectos.

Essa distinção dos três fatores (ciência, arte e política) complexos (simultâneas e sucessivas ao mesmo tempo) opera em vários níveis da

¹<<http://www.angelfire.com/mb/oencantador/>>

comunicação: pode-se vê-lo nas etapas de aprendizado do texto jornalístico (primeiro aprender a escrever com imparcialidade, depois re-aprender a dar sua opinião e, finalmente, adaptar seu texto a diferentes públicos); no ensino de técnicas específicas de cada mídia (o jornalismo impresso como base, o texto audiovisual como exercício artístico e a mídia digital como síntese) ou ainda na nova linha de montagem da comunicação de massas em escala industrial, nas funções de produção, reportagem e edição.²

Há, assim, diferentes patamares de uma mensagem. Por exemplo: “Fumar faz mal à saúde” (informação objetiva); “Fumar é feio” (opinião subjetiva); “Menina, você está com os dentes amarelos” (interpretação intersubjetiva). O terceiro patamar (específico da comunicação) combina os patamares anteriores (a ciência e a arte) com objetivos e público-alvo predeterminados.

²Inspiradas na TV, essas funções podem ser utilizadas em qualquer mídia. Imaginemos uma festa, por exemplo. O produtor cuidaria dos convites e dos fornecedores. O repórter seria o animador do auditório. E o editor cuidaria do cenário, da música, da direção geral do acontecimento. Qualquer projeto comunicacional implica nesses três níveis de trabalho, que reproduz a estrutura cognitiva das memórias (de imagens, auditiva e cinestésica). A atividade do editor seria tanto cinestésica com 'c' (de motricidade, cinética, cinema) quanto sinestésica com 's' (uma síntese dos sentidos e das três memórias).

A mente científica, a alma artística e a vontade de poder antes se somam do que se distinguem no comunicador. Há produtores sensíveis, repórteres com iniciativa, editores que pensam. O importante nessa tríplice diferenciação foi que ela estabeleceu fatores para construção de um modelo complexo para pensar Comunicação.

De todos os tópicos 'tradicionais' da discussão sobre o ensino de Comunicação Social no Brasil que discuto desde meus tempos de estudante (a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional e suas conseqüências sociais e corporativas, a falta de identidade teórica para pesquisa, as fábricas de diplomas, a espinhosa 'questão do estágio', o currículo) a completa dissociação entre teoria e prática sempre foi a mais grave e misteriosa.

Digo misteriosa porque ela é uma singularidade epistemológica e simplesmente não existe em outras áreas, como no ensino de biologia, por exemplo. Por que a universidade não consegue 'formar jornalistas' como 'produz geógrafos'? E por que esse ofício só é 'aprendido na prática nas redações' - bem longe, portanto, da teoria e da reflexão crítica acadêmica?

Certo dia, após um debate sobre o tema com uma turma de calouros, uma aluna me apresentou uma redação ficcional sua, sobre a vida de um estudante de comunicação que, abusando da metalinguagem, vira uma escritora com um livro sobre os problemas que enfrentou ao querer ser jornalista: primeiro não podia trabalhar porque não tinha diploma, durante o curso não podia estagiar para não prejudicar os colegas já formados, e, depois, de diplomada não conseguia emprego porque não tinha experiência.

E fruto deste conflito estrutural entre mercado e escola, outros fatores condicionantes surgiram: os professores de comunicação se dividiram entre 'os egressos do mercado' e 'os egressos da academia', formando duas associações de pesquisa com enfoques diferentes, e instituindo uma divisão marcante no próprio currículo entre as disciplinas científicas e as técnicas. E assim a comunicação social se tornou um conjunto de teorias sem prática e o jornalismo, uma prática sem teoria.

Mas este abismo entre teoria e prática é produzido pelo fato de tanto a escola como a mídia serem organizações produtoras de subjetividade, porém funcionando com velocidades e objetivos diferentes: os comunicadores vivem em tempo real, sua produção subjetiva é imediata e efêmera; os

professores e alunos vivem em um tempo histórico, sua produção subjetiva é uma atualização da memória coletiva entre gerações. Por isso, a educação escolar está sempre atrasada em relação à mídia, mas, por outro lado, não haveria mídia não fosse a escola. Aliás, o mesmo também pode ser dito da relação dos meios de comunicação com outras instituições.

As empresas de comunicação (agências, produtoras e veículos) são organizações de produto diário (assim como os bancos e as padarias) porque têm um 'dead-line', ou seja, uma linha de produção de atividades seqüenciais que trabalha 'contra o relógio', em que os bens produzidos têm uma hora certa para estarem finalizados e concluídos. Antes do advento da informática, as empresas de produto diário seguiam o modelo do jornal impresso, da organização fabril taylorista e de sua produção escalonada em série em oposição às atividades paralelas.

Porém, com a chegada das tecnologias audiovisuais houve mudanças na produção industrial da subjetividade:

1. A informação deixou de ser aferida pelo espaço que ocupa, mas pelo tempo que dura. O modelo de organização da mídia passou a ser a empresa de televisão (onde o dead-line é em segundos e não em horas) e não mais o jornal impresso. Houve diminuição e diversificação das atividades seqüenciais da linha de produção.

2. A tercerização da produção. A diminuição técnica da linha de montagem exige que comunicador domine os diversos aspectos técnicos que envolvem a produção, conhecendo funções que antes eram executadas apenas por especialistas. As novas tecnologias não apenas tendem diminuir a especialização técnica, mas muda o perfil dos profissionais de comunicação de empregados em pequenos empreendedores independentes, que prestam serviços às empresas.
3. O aparecimento da Internet acrescenta a questão da interatividade (o acesso do consumidor aos meios de produção de informação) e da segmentação da audiência em diferentes grupos de interesse. No caso do ensino de jornalismo, a publicação de páginas na web praticamente elimina todos os custos, equipamentos e técnicos necessários pelo jornalismo impresso e de TV.

Ganhamos tempo e qualidade de vida, mas perdemos aquele aprendizado do tempo regressivo que permitia apreender o texto em tempo real e o jornalismo como estilo de vida. Aos poucos, como a reportagem passou a ser transmitida ao vivo, o perfil dos profissionais se modificou bastante. O modelo da televisão também modificou bastante a forma de organização das funções jornalísticas tradicionais dentro de uma redação.

Ensinar a quem vai trabalhar na mídia se torna assim uma tarefa bem espinhosa: não se trata apenas de ensinar a viver contra o tempo (sobretudo contra o tempo histórico-escolar), mas de ensinar a escrever em tempo real, em reunir teoria e prática no presente em ciência\arte\política, em um único texto mágico,

em um discurso transformador dos cenários que espelha (BAITELLO, 1997) .

Portanto, esses fatores - a objetividade da Ciência, a subjetividade da Arte e a intersubjetividade da Política - são quem garantem a eficácia simbólica da Comunicação, o seu resultado mágico. Esse próprio texto, *O Encantador de Serpentes*, é um encantamento, isto é, um texto que não se enquadrava nem como artigo científico, nem como prosa artística, nem como manifesto político, mas que incorpora e sintetiza suas finalidades isoladas.

Claro que não basta conjurar magias, é preciso traçar uma estratégia. Reencantar o mundo sem retornar às ilusões do passado – eis à missão do sujeito da comunicação. Desencantado, o mundo frio da objetividade científica sucumbe vítima do seu próprio cinismo; por outro lado, encobrir com imagens bonitas a dura realidade dos fatos não vai modificar a situação. Uma estratégia correta de reencantamento deve sempre levar em conta a crítica e o sonho, a vida e a arte, os lados de fora e o de dentro, simultaneamente.

Aliás, eis os dois grandes desvios éticos da comunicação: o cinismo e a autopromoção. O cinismo pessimista dos primeiros muitas vezes se manifesta na forma em uma crítica pseudomarxista aos meios

de comunicação, enquanto a compulsão autopromocional funciona como seu contraposto: o desejo desmedido de visibilidade a qualquer custo. Ambos comportamentos, no entanto, nascem de uma mesma recusa: aprender a escrever de forma a transformar o próprio contexto.

E, ou os jornalistas escrevem seu próprio destino, ou têm o script de suas vidas escritas por outros jornalistas. E, para escrever o próprio destino e viver segundo seus próprios sonhos, instaurando paradigmas e subvertendo as formas ultrapassadas de pensar, os antigos jornalistas aprendiam o ‘dead-line’ – ou seja: a viver em um tempo regressivo. Mas com o computador e os avanços tecnológicos, o dead-line morreu! No entanto, o que caracteriza o texto jornalístico ainda é o fato dele interferir no curso dos acontecimentos que descreve em tempo real.

E assim, prática comunicacional transformou o jornalismo, que se tornou mais performativo e “ao vivo”, um ‘reality-show’ em que é mais importante entrevistar do que escrever, uma disputa constante por visibilidade, um espetáculo de simulacros sem conteúdo.

Ora, se a comunicação não apenas uma teoria sem aplicação prática, talvez também seja injusta a afirmação do contrário: que o jornalismo é uma

atividade prática sem nenhuma reflexão teórica. Há diferentes teorias para explicar o jornalismo e o funcionamento social da imprensa, principalmente no que diz respeito aos critérios para construção de notícias. Traquina (2001) enumera as principais teorias de notícias:

- 1) A teoria do espelho, em que o jornalismo de informação, acreditando-se poder separar os fatos de sua interpretação. Nesta teoria, o jornalista é um comunicador desinteressado que descreve os acontecimentos reproduzindo a realidade com objetividade. (TRAQUINO, 2001, p. 65) Esta teoria vê o jornalismo como um 'contrapoder', capaz de, através da imagem "não expurgada da realidade", corrigir e compensar as injustiças do sistema.
- 2) A teoria da Ação Pessoal ou do Gatekeeper, em que o processo de produção da notícia é resultante de uma série de escolhas, representadas por portas em que a matéria pode ser aprovada ou não segundo um critério específico. Por exemplo: a notícia é nova? Se sim, passa pela porta; se não, é engavetada. E assim sucessivamente. Esta teoria avança em relação a idéia de que a imprensa é imparcial, mas os critérios de seleção para construção das notícias é demasiado subjetivo e pessoal. (2001, p. 68)
- 3) Teoria organizacional, em que os critérios de seleção para construção de notícias não cabem individual e livremente aos jornalistas, mas é resultante de todo mundo processo complexo de constrangimentos e incentivos da organização na qual está inserido, sejam institucionais ou psicológicos. Esta teoria, no entanto, é micro-sociológica, não observando os fatores de construção da notícia existentes no âmbito externo ao da organização jornalística. (2001, p. 71-80)

- 4) As teorias da Ação Política são aquelas que entendem os meios de comunicação como instrumentos de persuasão política, defendendo interesses específicos de grupos sociais. Nas versões 'de direita' (Lichter), os jornalistas são vistos como intelectuais críticos ao capitalismo e à liberdade de iniciativa; nas versões 'de esquerda' (Chomsky), a imprensa é vista como um instrumento de classe que ajudar a manter o sistema capitalista. Em ambas versões, as notícias sofrem distorções sistemáticas dos acontecimentos em favor dos interesses políticos. Assim, enquanto as versões direitistas colocam a responsabilidade das distorções nos valores coletivos dos jornalistas, as versões esquerdistas acreditam que as notícias não são determinadas nem pelos valores e preconceitos dos jornalistas, nem pela organização da empresa em que trabalham, mas são de natureza macroeconômica: as notícias são determinadas pela estrutura de propriedade da mídia, pela dependência comercial da imprensa em relação à publicidade, pelo predomínio das fontes governamentais e empresariais, e, finalmente, pela ideologia dominante de forma geral. (2001, 80-85)
- 5) A Teoria (denominada por Traquina de) Estruturalista deve ser entendida, na verdade, como um desenvolvimento das idéias marxistas de Chomsky realizadas por Stuart Hall, levando em conta a autonomia relativa dos jornalistas em relação ao controle direto das empresas. (2001, p. 88-94)
- 6) A teoria Etnoconstrutivista, além de adotar a autonomia dos jornalistas e dos valores-notícias, dá ênfase ao tempo e à imprevisibilidade dos acontecimentos que podem se tornar notícias (Gaye Tuchman). "*Ser profissional é não ser vítima do tempo, mas conquistador do tempo; ser profissional é também uma questão de sentir certas coisas, de 'por a velha adrenalina a correr'*". (2001, p. 120)

Tanto a Teoria (chamada de) Estruturalista como a Etnoconstrutivista rejeitam a teoria do espelho e o empirismo ingênuo dos jornalistas; para ambas as notícias são resultantes de processos complexos de interação social de vários tipos de agentes sociais. As duas teorias também reconhecem a autonomia dos jornalistas em relação às empresas e são trans-organizacionais, isto é, enfatizam mais a cultura profissional (os valores-notícias) do que a cultura da organização.

Para Traquina a diferença principal é que, em relação à produção de notícias, a teoria estruturalista é “mais orientada para as fontes”, enquanto a teoria construtivista “é mais orientada para os jornalistas” (2001, p. 115) - na verdade, para auto-referência, isto é, para capacidade de percepção e interpretação livre de quem escreve.

Enfatizaríamos também que a teoria dita estruturalista é mais sociológica (pois as fontes sempre nos remetem a sociedade) que a construtivista e que outros fatores precisam ser observados. Por exemplo: com o advento do computador (da internet e da globalização), a atividade jornalística atual necessita da capacidade de interpretar os acontecimentos locais em uma escala global, ao contrário das antigas gerações.

Porém, mais do que definir os critérios para produção das notícias, a importância da revisão das teorias jornalísticas proposta por Traquina está na valorização ética da autonomia profissional contra as diferentes teorias marxistas conspiratórias que denunciam a manipulação social exercida pela imprensa e pelos meios de comunicação.

Por outro lado, Traquina cai, muitas vezes, no extremo teórico oposto, em uma apologia idealista à liberdade e à ética jornalística, esquecendo-se de enquadrar o papel desempenhado pelos meios de comunicação em um contexto social mais amplo.

Meus alunos, no entanto, insatisfeitos com o nome "Encantador de Serpentes" fazer alusão a um professor encantador diante de uma audiência de cobras, me surpreenderam quando colocaram no ar a sua própria revista, *Encantadores de Serpente*, (com o singular e plural, invertidos) para, segundo eles, "além de trabalharmos em nível nacional as questões do ensino de Comunicação Social, possamos também interagir com as demandas locais do nosso curso e de nossa universidade"³.

E deste casamento interativo, entre o ensino local e o aprendizado global; das teorias sobre a

³<<http://members.tripod.com/~encantadores/>>

atividade jornalística e a reflexão ética sobre a prática comunicacional, nasceu o projeto de *Oficina de Mídia Digital*⁴, no âmbito da disciplina de Sociologia da Comunicação do Curso de Comunicação Social da UFRN. Também com base nessas idéias, na tríplice estrutura da ciência\arte\política, escrevi *O Círculo das Virtudes*⁵. Neste site-texto, a idéia é demonstrar como a dissociação entre a prática jornalística e a teoria da comunicação é resultante de um círculo vicioso entre os aspectos científicos, técnicos e éticos. E que a reorganização destes mesmos fatores podem produzir um círculo de excelência, em que a retroalimentação leve a uma crescente otimização do sistema. Nele, esboçamos inclusive um projeto pedagógico para um curso de comunicação social com habilitação em jornalismo, que serviu de modelo para debate em várias universidades.

Mas, a grande fonte de conhecimento para nossa investigação sempre foi a própria sala de aula e as atividades desenvolvidas com os alunos. Por exemplo: o filme *O ponto de Mutação*⁶, se baseia em

⁴<<http://jornalista.tripod.com/>>

⁵<<http://www.facom.ufba.br/revistacompos/>>

⁶**O Ponto de Mutação (Mindwalk)**. Roteiro: Floyd Byars e Fritjof Capra; Direção: Bernt Amadeus Capra; Trilha Sonora: Philip Glass. França: 1990. Vídeo, NTSC, 126 min Baseado no homônimo livro de Frijot Capra. São Paulo: Cultrix, 1982.

três personagens emblemáticos, cada um representando uma forma discursiva específica em nossa cultura: Jack (S. Waterston) - candidato derrotado à vice-presidência dos EUA, representa o **aspecto político**; Thomas (J. Heard) - o poeta e dramaturgo em crise pessoal, amigo de Jack - representa o **aspecto artístico**; Sônia, a física desiludida, (Liv Ullmann) que desenvolveu um laser para fins medicinais utilizado no projeto militar “Guerra nas Estrelas”, representa o **aspecto científico**.

Esses personagens se encontram no castelo medieval de Mont Saint Michel, no litoral da França, e gastam pouco mais de duas horas em diálogos filosóficos sobre o futuro, o impacto tecnológico, a ecologia e agonia planetária, e, principalmente sobre a necessidade de uma nova percepção do mundo, que se baseia em relações, trocas e conexões. É preciso analisar os fatos, as coisas e os objetos, não mais isolados, mas buscando tudo o que se relaciona a ele.

Essa nova visão do conjunto, do todo e não das partes ou fragmentos, terá como premissa uma ética solidária, respeitando o próximo, e ecológica, respeitando às futuras gerações.

E, apesar da disposição de se chegar a um único ponto de vista (holístico), seus pontos de vistas

(o científico, o artístico e o político) permanecem irreduzíveis, isto é, cada um não pode ser reduzido à lógica dos outros dois. E esta confluência dos saberes irreduzíveis produz diálogos complexos.

Apesar de interessante, o filme é demorado, cerebral e sem ação. Certa vez, após a exibição deste vídeo, escutei uma aluna, acostumada ao cinema romântico convencional, reclamando que ela havia esperado até o fim para saber com quem a cientista ‘ficava’: se com o político ou com o poeta; e tinha ficado decepcionada com o desfecho da história. Perguntei, então, se ela fosse a roteirista do filme, como escreveria seu “happy end”. Ao que ela me respondeu: “Mesmo mantendo o triângulo, a coisa poderia ter ficado mais quente”.

O verdadeiro *ponto de mutação* de nossas relações não se dará pela mera reorganização racional dos fatores, ou pela organização de grades curriculares, mas por uma mudança ética profunda, por algo “mais quente”. É a vida e suas contradições que produz as soluções necessárias ao seu desenvolvimento. Entretanto, a visão de conjunto da interconexão de todos os aspectos, mesmo que de pontos de vistas irreduzíveis, fundamenta e orienta esta mudança de comportamento e de percepção de mundo.

Então, o que peço aos meus leitores, nessas últimas linhas, é que usem da mesma imaginação generosa de minha aluna e adicionem algum “calor” às minhas idéias: lutas, amores, derrotas, dúvidas. O que gostaria de deixar aqui é uma narrativa sem final feliz, sem “final” mas com um fim, como a conclusão provisória de um impasse que ainda aguarda solução; o que gostaria de deixar aqui, na verdade, é minha vida de professor de jornalismo e meu sonho de reencantamento do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAITELLO JR., N. **O animal que parou os relógios**. São Paulo: Annablume, 1997.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Porto Alegre: Unisinos, 2001.

A CULTURA COMO DUPLA MEDIAÇÃO SOCIAL⁷ e a tese das três mudanças estruturais na sociedade contemporânea

O presente texto tem como objetivo definir a noção de cultura como uma dupla mediação social. Para tanto, esboça uma breve história fenomenológica da noção de cultura. Neste percurso, levantam-se três questões sobre as mudanças estruturais na sociedade atual: a cultura de massas absorveu definitivamente a cultura popular e a cultura de elite?; há diferença entre consciência planetária e globalização cultural, reduzindo as diferenças culturais aos fatores simbólicos?; e finalmente, será o fim de um longo período patriarcal como modelo de organização das relações sociais?

Definições de Cultura

Parafraseando Marx⁸: em sua vida social, os homens entram em determinadas relações entre si, independentes de suas vontades, relações sociais que correspondem a um modo de desenvolvimento da sociedade frente ao meio ambiente.

⁷Publicado na revista *Contrapontos*, Itajaí (SC), v. 5, n. 1, p. 109-124, 2005.

⁸Prestamos uma homenagem crítica ao famoso *Prefácio à Crítica da Economia Política*, justamente o texto que permite uma interpretação economicista do marxismo, quando destacado no resto dos escritos marxistas.

Pode-se, assim, definir “Cultura” como uma dupla mediação: como uma mediação das relações entre a Sociedade e a Natureza e como uma mediação das relações dos homens entre si. A Cultura configura as relações sociais em um determinado modo de vida.

Natureza x Homem	Homem x Homem
Memória Social	Modelo de Relação

Como mediação do intercâmbio do conjunto das relações sociais com o meio ambiente, a cultura é uma memória social, isto é, um depósito de informações históricas para as futuras gerações e sociedades. E como mediadora interna das relações sociais, a cultura é um modelo que regula o relacionamento interpessoal em diferentes instâncias.

Ao estudar a mudança social em sociedades de espécies animais não-humanas, os biólogos da complexidade **Francisco Varela e Umberto Maturana** (2001), usaram o termo “acoplamento estrutural mútuo” para caracterizar esta dupla mediação entre o meio ambiente e as relações entre os elementos da espécie. Sendo assim, são relações universais e são encontradas em diferentes tempos e locais.

Ao contrário, nos últimos séculos, tornou-se lugar comum afirmar que a Cultura surgiu da 'desnaturalização' do Homem, que não aceitando ser

apenas uma parte da Natureza, decidiu destacar-se dela e transformá-la. A noção de 'Cultura' passou a ser utilizada para distinguir a espécie humana da dos outros animais. Desde então, a noção de Cultura passou por várias transformações e metamorfoses, como veremos nas diversas definições a seguir, mas só recentemente perdeu esse caráter de oposição radical ao biológico e ao meio ambiente. Neste sentido, uma noção abrangente, capaz de englobar várias outras, foi elaborada por E. Sapir: "A cultura é o conjunto de atributos e produtos resultantes das sociedades que não são transmitidos através da hereditariedade".

Algumas culturas não têm uma palavra específica para a idéia de Cultura. E isto não significa que essas culturas não tivessem desenvolvido formas 'avançadas' de consciência de si enquanto sociedades organizadas. Os gregos, por exemplo, tinha a MATHÊMA, a idéia de 'algo abstrato' que se opõe à idéia de 'Natureza' ou PHISIS. Palavra Latina CULTÛRA - que significa 'lavoura, cultivo dos campos' e, ao mesmo tempo, 'instrução, conhecimentos adquiridos' - vai surgir nos primeiros séculos do milênio em Roma, mas não será utilizada para definir os traços distintivos dos diferentes povos do Império. Em todo caso, como diz Baitello, dois conceitos distintos de cultura já se configuram: "um em que o objeto de

cultivo é externo ao cultivador e outro em que o objeto de cultivo é o próprio cultivador”. (BAITELLO , 1997.)

A primeira vez que o termo 'cultura' aparece como um conceito de cunho antropológico é na Alemanha, em 1793, no verbete Kultur do **Dicionário Adelung**⁹: "A cultura é o aperfeiçoamento do espírito humano de um povo". Assim, haveria diferentes níveis de 'aperfeiçoamento espiritual' entre as etnias e subentende-se que cada povo teria um determinado grau de desenvolvimento nesta escala. Desde o início a noção de cultura foi etnocêntrica porque desqualificava as sociedades 'primitivas' e tradicionais frente a sua própria e suposta superioridade cultural.

Com a Revolução Francesa e o aparecimento do ideal de cidadania, o termo Cultura será freqüentemente associado à idéia de um sistema de atitudes, crenças e valores de uma sociedade e oposto à noção de Civilização, geralmente visto como seu complemento material, sua “base física”.

Definições positivista e funcionalista

O positivismo, por exemplo, define a cultura em oposição à natureza a partir de sua exploração predatória e utilitária. W. Von Humbolt, por exemplo,

⁹Esta definição, bem como as positivistas e funcionalistas foram retiradas da Enciclopédia Mirador, verbete 'Cultura'.

afirma que "*a cultura é o controle científico da natureza*". F. Barth, por sua vez, ainda elabora melhor a noção de cultura distinguindo-a da de ciência: "*A ciência controla a natureza. A cultura é o controle que o homem exerce sobre si mesmo*". Aliás, há na bandeira nacional brasileira um slogan dos ideais positivistas bem explicativo desta dupla relação: "Ordem e Progresso". O "Progresso", tanto no sentido científico como no de crescimento econômico, em relação à Natureza; e "Ordem" em relação à Sociedade e à Cultura.

Esta idéia positivista de Cultura associada à noção de progresso como um estágio de desenvolvimento social, segundo a qual um povo tem 'mais cultura' que outro ainda 'primitivo' logo foi rechaçada pelos antropólogos funcionalistas. Assim, durante muito tempo, enquanto os pensadores conservadores tinham uma idéia evolucionista da cultura; os progressistas tinham uma visão sincrônica da Cultura: "*A cultura é um conjunto funcional formado pelas diferentes instituições de uma sociedade*". (**B. Malinowski**)

O funcionalismo é um movimento teórico amplo, que pode ser definido pela idéia de considerar os sistemas como conjuntos de partes interdependentes. A essas "interdependências"

chama-se “função”. As definições funcionalistas de Cultura no campo da sociologia da ação social não se baseiam na comparação histórica entre diferentes sociedades, ao contrário: são autocentradas, isto é, tomam a si mesma como objeto de estudo e sujeitas de si. Elas enfatizam bastante a distinção entre 'objetividade física' e a cultura, entendida como o conjunto das formas de subjetividade social. Para **Mc Iver**: *"a civilização é formada pelos meios de uma sociedade; a cultura, por seus fins"*; e para **R.. Merton**: *"Civilização é a coleção de meios tecnológicos para o controle da natureza. Cultura inclui ainda ideais, princípios normativos e valores éticos"*. Podemos, assim, dizer que há uma definição antropológica de cultura abrangendo toda totalidade social e uma definição sociológica, em que a idéia de cultura é apenas a parte subjetiva desta totalidade, oposta a idéia de economia.

Definição Freudiana

Além de sua significativa contribuição para psicologia, Freud também foi um importante autor da questão cultural, principalmente sobre sua relação com a violência humana. No caso da violência e dos impulsos destrutivos da pulsão de morte, Freud afirmava a existência de um assassinato primordial do chefe da horda.

Em **Totem e Tabu** (1969a), Freud postula o complexo de Édipo como o evento fundador do social através um parricídio arcaico estruturante: por não terem acesso às fêmeas da Horda, os jovens teriam se associado e morto o macho mais velho do grupo. A destruição do pai teria gerado um profundo sentimento de culpa nos assassinos, se transformado em símbolo de adoração e produzido uma intensa necessidade permanente de reparação. Deste quadro teria se originado o sistema totêmico, onde se institui a adoração de um totem e a aceitação das interdições evitando o incesto.

Em **O futuro de uma Ilusão** (1969b), Freud voltará à questão da Cultura e do Complexo de Édipo, enfrentando o tema da sublimação não apenas em sua relação estrutural com a religião, mas, sobretudo, o do destino de nossa civilização. Em um texto normativo, que se utiliza um interlocutor fictício em sua argumentação, Freud discorre sobre a cultura como um conjunto de regras formadas a partir da renúncia dos instintos animais. Neste contexto, a religião seria uma 'neurose coletiva', uma ilusão capaz de absorver a carga pulsional reprimida em uma sociedade. Aqui a sublimação tem ainda um papel positivo fundamental: ela deveria eliminar toda carga pulsional reprimida.

No livro **Mal-estar na Civilização** (1969c), no entanto, esta última ilusão também cairá por terra. Neste livro, Freud tentará responder à pergunta: considerando que a sociedade impõe cada vez mais uma drástica redução da satisfação individual, a felicidade humana é possível? Freud profetizou um destino trágico para o homem: sucumbir vítima da tentativa de se desanimalizar. O que equivale a dizer que Natureza e Sociedade são irreconciliáveis e a Cultura é um projeto suicida.

Definições Marxistas

Embora sem abordar diretamente a noção de cultura, duas idéias de Karl Marx em especial tiveram uma enorme repercussão na forma como entendemos o termo atualmente: A) a relação dialética entre determinismo e ação social - ou entre os pensamentos de Hegel e Feurbach na **Ideologia Alemã** (2004) - e B) a luta de classes como motor da história, no **Manifesto Comunista** (2005). Para Marx, são os homens que fazem a própria história ao mesmo tempo em que são feitos por ela. Porém, os homens fazem a história sem saber, sem ter consciência das suas reais condições de existência. Aliás, essas “formas de consciência social” (ou cultura) seriam determinadas por essas condições reais de existência. Há uma equivalência entre as noções clássicas de Civilização e

Cultura com os conceitos marxistas de infraestrutura econômica e superestrutura social.

Outra contribuição decisiva de Marx à noção de Cultura foi a descoberta de que vivemos uma luta permanente entre classes sociais. A Cultura, nessa perspectiva, seria sempre uma ilusão de identidade social, que as classes dominantes utilizam para se perpetuar no poder, negando aos dominados o direito à própria imagem e à consciência de sua situação real de explorados.

Um aspecto do marxismo muito debatido em relação à noção de Cultura é a crítica desenvolvida por Max Weber, sobre a predominância da infraestrutura econômica na totalidade social e a necessidade de ter uma visão múltipla dos fatores determinantes das sociedades. Para Weber, a economia só era um fator determinante da sociedade capitalista; outras sociedades teriam outros fatores determinantes (políticos, religiosos, culturais) Assim, por exemplo, as castas indianas não podem ser interpretadas como “classes sociais” porque haveria uma determinação étnico-religiosa e não uma determinação econômica.

Muitos marxistas atuais responderam à crítica weberiana e à interpretação equivocada de apresentar

um Marx economicista (que reduz a vida social aos fatores econômicos) de sua própria teoria.

Louis Althusser (1998), por exemplo, esclarece a perspectiva original de Marx, que compreende o condicionamento recíproco de todos os fatores objetivos de uma totalidade social. Althusser acredita que Marx quis dizer que a infra-estrutura econômica era determinante “em última instância”, isto é, que levados em conta todos os fatores de condicionamento da estrutura social em seu conjunto, o fator material teria a última palavra – o que é bem diferente do determinismo econômico. Além da noção de uma “determinação em última instância”, Althusser também postulou a idéia de uma “sobre-determinação” - ou de um fator predominante em primeira instância - assimilando assim o poli-determinismo do idealista de Weber ao modelo materialista do marxismo.

Outra atualização decisiva da teoria marxista em relação ao conceito de cultura é o trabalho do italiano **Antônio Gramsci** (2000). Ele foi um dos primeiros a destacar o papel dos intelectuais na organização da cultura, principalmente na segunda etapa de cada modo de produção. Nessa ótica, tal qual os plebeus no Império Romano ou a Igreja no Regime Absolutista, as classes intermediárias da

cultura do pós-guerra, criadas às margens da produção material, representam um papel decisivo em uma nova estratégia: a defesa dos interesses coletivos das classes dominantes em detrimento de seus interesses individuais, sob a forma de uma supercentralização do poder político ou ‘intervenção estrutural do Estado na economia’.

Mas não é só: seguindo a tradição maquiavélica que dita que o poder age ora através da violência, ora através da dissimulação, Gramsci vê na Cultura não apenas uma forma de alienar os trabalhadores de sua consciência coletiva, mas, sobretudo a possibilidade de torná-los conscientes de suas condições de vida. A Cultura aqui mais que expressão pura e simples da ideologia da classe dominante é vista também como forma de consciência global, instrumento e produto de solidariedade inconsciente dos homens. A idéia de hegemonia social de um grupo social sobre outros, tanto se fundamentaria no uso da força institucional da “Sociedade Política” como também na capacidade de produzir consenso na “Sociedade Civil”. Apesar de se ter que conspirar contra os próprios hábitos e costumes, Gramsci imaginava ser possível engendrar uma estratégia de contra-hegemonia cultural a partir da Sociedade Civil e conquistar eleitoralmente a Sociedade Política, fazendo uma “revolução cultural”.

Durante a primeira metade do século, houve várias tentativas diferentes de elaborar uma definição de cultura que combinasse as idéias de Marx e Freud em uma única metodologia: W. Reich, J. P. Sartre, H. Marcuse. Porém, a **Escola de Frankfurt**, pelo fato de ter elaborado a noção de “indústria cultural” merece especial atenção, pois foi esse heterogêneo grupo de pensadores alemães defensores de uma “Teoria Crítica”, o primeiro a caracterizar a produção cultural como uma atividade econômica de infra-estrutura, compreendendo ainda sua dimensão psicológica e ideológica.

Walter Benjamim (1985) certamente é o mais interessante e original de todos. Pensador marxista, místico e crítico de arte ao mesmo tempo; ele formulará um “materialismo perceptivo” em que diferentes “sensibilidades históricas” correspondem a suas realidades sociais. Seu trabalho mais importante, *A obra de arte da época de sua reprodutividade técnica*, descreve o impacto da industrialização generalizada dos objetos sobre a percepção e sobre a idéia de “áurea”, de singularidade sagrada da obra de arte. **Theodor Adorno** e **Max Horkheimer** (1985) destacaram-se principalmente pela crítica histórica aos ideais do Iluminismo, à constituição da Ciência como uma razão instrumental a serviço de interesses sociais e à idéia de Indústria Cultural, considerada um

produto ideológico do capitalismo que substitui a experiência estética e aliena o homem de sua realidade. Ao contrário de Walter Benjamin que considerava o cinema uma arte revolucionária (chegando até redigir uma novela radiofônica com seu amigo Brecht), Adorno e Horkheimer são conservadores em relação à nova experiência estética proporcionada pela comunicação de massas. Também **Jurgen Habermas** (1984) é colocado entre os integrantes da Escola de Frankfurt devido sua crítica radical à modernidade, à ciência e à técnica como formas de ideologia dominante.

E o importante é que essas contribuições estabeleceram o paradigma moderno como um conflito entre três culturas rivais: a **Cultura de Massas** é produto da reprodutividade técnica e da industrialização cultural; a **Cultura Popular**, a expressão artesanal de diferentes resistências regionais à industrialização; e a **Cultura de Elite**, o culto à sofisticação formal e à hipersensibilidade, que crê na técnica apenas como habilidade e virtuose.

E aqui está, a partir desses autores, nossa primeira questão: com a globalização, a cultura de massas absorveu definitivamente a cultura popular e a cultura de elite, eliminando quase todas resistências

locais a sua supremacia, mas segmentando públicos-alvos a nível internacional?

Definições Estruturalistas

A publicação póstuma da obra de **Ferdinand de Saussure**¹⁰ (1980) representou o surgimento simultâneo da lingüística como disciplina científica, da semiótica como estudo sistemático dos signos e do estruturalismo como movimento filosófico e metodológico. Foi, assim, o primeiro passo em direção a uma metacodificação da linguagem, principalmente através da noção de consciência social aplicada no conceito de 'língua', entendida simultaneamente como um sistema de signos e um fenômeno social. Antes de Saussure, estudavam-se as línguas e os idiomas através significado histórico das palavras e de suas associações às coisas designadas, mas com a noção sistêmica de língua, os signos se tornaram referentes imediatos uns dos outros e a linguagem tornou-se a representação estática do mundo. À esta noção a-histórica de língua, Saussure opunha a atividade individual da fala (ou parole). Esta funcionaria associando e excluindo signos daquela, que por sua vez se atualizaria mediante as novas associações da primeira. Assim, a oposição entre

¹⁰As definições estruturalistas foram extraídas dos verbetes 'Lingüística' e 'Antropologia' da Enciclopédia Mirador.

língua e fala seria o primeiro dos diversos pares de opostos da teoria saussuriana (significado x significante, sincronia x diacronia, paradigma x sintagma, entre outros).

SIGNO	SIGNIFICADO SIGNIFICANTE	IDÉIA ABSTRATA IMAGEM ACÚSTICA
--------------	-------------------------------------	---

Como Saussure se ocupou mais de lingüística do que de semiologia (que ele considerava sendo uma ciência mais geral porque também abrangeria os signos não-verbais) e mais da “língua falada” do que da “língua escrita”, suas idéias foram aperfeiçoadas em outras áreas.

Hjelmslev e a Escola de Copenhague (também chamada de Glossemática) talvez sejam os mais importantes porque duplica as categorias de significado e significante (forma de conteúdo, substância de conteúdo, forma de expressão e substância de expressão) e as torna mais operacionais e descritivas para diversos conjuntos de signos.

SAUSSURE		GLOSSEMÁTICA	
SIGNO	SIGNIFICADO	Forma de Conteúdo	Ordem estrutural
		Substância de Conteúdo	Conceito puro
	SIGNIFICANTE	Forma de Expressão	Ordem de elementos
		Substância de Expressão	Morfemas/elementos

A transposição desses conceitos para noção de cultura, entendida como um sistema de elementos interdependentes, deu origem a idéia de dicotomia entre “Estrutura Social” (correspondendo à língua) e a Ação Social (referente ao papel desempenhado pela fala). E essas idéias tiveram um papel importante na elaboração de uma antropologia estruturalista. *"Cultura é o conjunto das relações sociais que servem de modelo estruturante de um determinado modo de vida". (Radcliff- Brown)*

Dando seqüência a tradição antievolucionista e anti-etnocêntrica do funcionalismo, a antropologia estruturalista voltou a definir a Cultura como totalidade social a-histórica, em oposição dialógica (e não-dialética) à Natureza. Neste modelo, a Natureza é o universal, o espontâneo e o inconsciente; enquanto a Cultura corresponde ao conjunto das regras relativas e particulares. Apesar de ser um formalismo duplamente sem sujeito (sem agentes sociais nem auto-referência de observação), o estruturalismo foi uma dupla reviravolta contra o etnocentrismo científico e o relativismo cultural, formando um inventário metódico do drama universal do homem em suas culturas. Assim a Cultura também é a imagem que a sociedade faz de si mesma, há diversas culturas e uma única natureza e a missão da antropologia é descrever o quadro geral destas relações.

Porém, a distinção entre fonética e fonologia proposta por **Roman Jakobson** (1971) e pela **Escola de Praga** mudou parcialmente a análise estruturalista, colocando-a em uma perspectiva histórica, uma vez que propôs não apenas a substituição definitiva da língua pela fala como núcleo cognitivo da linguagem, mas também estabelecendo o esquema de elementos da comunicação (**emissor, receptor, mensagem, código, referência e contexto**) e a distinção do estudo acústico do aparelho fonador de qualquer significação social imediata. Assim, enquanto a fonética estuda a linguagem em relação sincrônica à sociedade, a fonologia - que hoje se transformou na fonoaudiologia - estuda a evolução 'natural' da fala. Essas mudanças propostas por Jakobson serviram de base para que outros pensadores elaborassem definições semióticas da noção de cultura. Por exemplo: *"Cultura é um signo complexo: mensagem, código e contexto; ao mesmo tempo"* ou *"A cultura é conjunto de referências comuns a emissor e receptor"*.

Uma definição mais completa precisaria detalhar todas seis funções da linguagem na Cultura: manter os homens em contato entre si e com o meio ambiente (**função fática**); contextualizar esse contato recíproco e organizá-lo no tempo/espaço (**função referencial**); identificar e padronizar as

regras e as rotinas para este contato, gerando um código de decifração de sinais (**função metalingüística**); transmitir sinais (**função emotiva**); perceber sinais (**função conativa**); e, finalmente, comunicar, “tornar comum”, “dividir” situações e experiências de vida (**função poética**).

Elemento	Função da Linguagem	Advérbios
CONTATO	FÁTICA	O QUE
CONTEXTO	REFERENCIAL	ONDE E QUANDO
CÓDIGO	METALINGÜÍSTICA	PORQUE
EMISSOR	EMOTIVA	QUEM
RECEPTOR	CONATIVA	PARA QUEM
MENSAGEM	POÉTICA	COMO

Ao mesmo tempo em que reduziu a importância dos pares “Língua e Parole” e “Sincronia e Diacronia”, priorizando a perspectiva histórica e a fala (ou a práxis lingüística individual) em detrimento da idéia de uma estrutura estática, Jakobson também colocou em primeiro plano os pares “Metáfora e Metonímia” e “Sintagma e Paradigma”. Estes últimos seriam, para ele, os eixos de sucessividade e simultaneidade da linguagem. Assim, uma música, por exemplo, teria sua melodia como eixo sintagmático (a sucessão de notas no tempo contínuo) e sua harmonia como eixo paradigmático (notas simultâneas dentro de um acorde).

E este mecanismo, possibilita ao estruturalismo pensar mais ampla em termos de frases, discursos, textos; e não apenas de signos isolados.

Coube a **Claude Levi-Strauss** (1967 e 1976) introduzir o *novo estruturalismo* de Jakobson no campo da antropologia. Aperfeiçoando a noção de estrutura social, como um modelo de múltiplas determinações das relações sociais, Levi-Strauss critica seus antecessores por verem nos discursos e nas ações individuais meras execuções da estrutura social e não seu núcleo cognitivo. De forma que, para ele, a possibilidade de uma ação individual se exercer se encontra estruturalmente determinada sem que disto decorra uma obediência cega e inconsciente às regras sociais como em Saussure e na maioria dos estruturalistas; nem que, ao contrário, se caia em uma atitude deliberada e intencional, como na fenomenologia e no idealismo weberiano. Mas, mais do que um mero adaptador das idéias semióticas à antropologia, Levi-Strauss vai propor uma síntese em que a luta entre ação e estrutura forma três códigos de troca interdependentes: a economia, a lingüística e o parentesco.

De modo que, além da contribuição decisiva da lingüística e da semiótica, que vêem a cultura como um sistema de signos, a antropologia de Levi-Strauss

contempla também um sistema de relações de produção e de distribuição (em uma alusão a metodologia marxista e à “divisão social do trabalho”) e um sistema de relações de parentesco (em uma alusão às idéias de inconsciente e de recalque da vida pessoal de Freud).

Porém, enquanto Freud crê no complexo de Édipo e na sublimação dos instintos, Levi-Strauss prefere descrever o tabu do incesto como o centro de um sistema de recorrências involuntárias que tem como estrutura a perpetuação das relações de parentesco, isto é: a reprodução de um modelo de trocas sexuais, que hoje chamamos de “relações de gênero”. Assim, a cultura seria o conjunto de três tipos de regras. *"As regras de parentesco, de economia e de comunicação que regulam as trocas entre as mulheres, os bens e os signos de uma sociedade formam o que chamamos de cultura"*.

Porém, a maior contribuição de Levi-Strauss à noção contemporânea de Cultura é o fato de considerar o papel 'participante do observador no interior da pesquisas'. E esta idéia de “observação participante”, mesmo que colocada de uma forma ainda individual e reduzida, rompe com toda tradição científica anterior que não leva em conta a subjetividade do observador.

Pensava-se, então, em uma teoria sociológica do simbólico e do trans-cultural; enquanto, hoje, queremos entender a origem cognitiva e simbólica comum das culturas. Aliás, a 'Sociedade', aos olhos contemporâneos, perde toda sua substância e não é mais que um 'efeito de sentido' do conjunto da linguagem em seu aspecto normativo.

No âmbito da semiótica estruturalista, foi **Julien Greimas** (1976) e a **Escola de Paris** que levaram a cabo esta revolução do receptor contra a ditadura do emissor e transformando a própria disciplina semiótica em uma nova abordagem, a Análise do Discurso. Com eles, as unidades significativas da linguagem passaram a ser os “discursos” e não os “signos”; as idéias de “semântica” e de “sintaxe” substituem as de “paradigma” e “sintagma” como eixos de organização da linguagem; e a noção de “língua” se subdivide nos sistemas léxico (o dicionário) e gramatical (o conjunto de regras de combinação).

Definição Semiótica

Fora do âmbito estruturalista, no entanto, a semiótica tem ainda pelo menos duas contribuições importantes para nosso inventário de definições de Cultura. O filósofo norte-americano **Charles Sanders Peirce** (1977), defensor do pragmatismo lógico, foi

contemporâneo de Saussure, mas não conheceu suas idéias. Para Peirce a semiótica também é o estudo sistemático dos signos, mas ao invés de se concentrar na linguagem verbal, ele elabora categorias mais abrangentes, como uma noção de signo que engloba também as diferentes linguagens não-verbais (imagens, gestos, sons). Nesta perspectiva existem três tipos básicos de signo: o ícone, o índice e o símbolo. O ícone é o signo que se assemelha ao objeto real que representa (um mapa em relação ao território, por exemplo); o símbolo é o signo que representa o objeto por substituição (a caveira representa perigo; a cruz, o cristo; etc); e o índice, em que o signo que representa o objeto por contigüidade (onde há fumaça, há fogo; as pegadas dos passos).

Incorporando o conhecimento da lingüística estruturalista e da semiótica de Peirce, **Ivan Bystrina** (1995) cria a corrente denominada de **Semiótica da Cultura**. Comparando-se a comunicação humana com a linguagem de outras espécies animais e chega-se a uma definição de três níveis inter-relacionados de codificação de mensagens: código primário ou hipolingüístico (formado por sinais); código secundário ou lingüístico (a língua); código terciário, hiper-lingüístico ou segunda realidade. Esta “segunda realidade” formada por nossos sonhos e desejos profundos teria suas origens ontológicas em quatro fontes possíveis: o

sonho, as doenças mentais, o êxtase místico induzido e os jogos. Porém, o objeto central da semiótica da cultura de Bystrina é a obra de arte, por ser “uma mensagem que comunica a si mesma, que tem por referência principal sua própria estrutura”.

De modo que, enquanto para Levi-Strauss, “Cultura” é o conjunto dos três códigos estruturais das relações sociais (economia, parentesco e signos); para Ivan Bystrina, “Cultura” é formada apenas pelos códigos secundário e terciário, as convenções sociais, os mitos e as idéias.

ECONOMIA	PARENTESCO	SEMIÓTICA
Código de Bens	Código de Gênero	Código primário – Sinais Código secundário – Signos Código terciário – Mitos e Idéias

Assim, pode-se dizer que houve uma progressiva redução da noção de Cultura, na medida mesma em que a ciência tentava especificá-la cada vez mais. Para antropologia, a Cultura é a Totalidade Social; para a sociologia, a Cultura é o aspecto imaterial da sociedade; e para semiótica, A Cultura é o aspecto simbólico da linguagem. A partir desta redução da noção de Cultura ao “simbólico” (e de sua inversão lógica em relação ao determinismo econômico), se constituíram várias das importantes definições contemporâneas: “A Cultura é o

sobreproduto das trocas simbólicas” (P. Bordieu) e “A cultura é o capital cognitivo” (E. Morin).

E aqui nos colocamos uma segunda questão: será que a globalização reduziu a noção de Cultura a um estilo da ação social, a um inexplicável traço distintivo de grupo?

Definição Cibernética

‘A arte de pilotar navios’ é semelhante à ‘arte de governar o estado’ devido a dois aspectos: o autocontrole (Kiber = controle; Ethos = auto) e a idéia de movimento pendular, em que é sempre preciso alternar posições opostas para manter o equilíbrio. Essas idéias, presentes no *Timeu* de Platão, influenciaram muitos pensadores de diferentes matizes, em diferentes épocas e locais; mas se celebrizaram na versão elaborada por uma corrente de intelectuais norte-americanos preocupados em unir o estudo da robótica aos da neuropsicologia e da sociologia, cuja maior expressão foi **Nobert Wiener**. (1949). Para ele, a Cibernética é “a ciência da comunicação e do controle dos homens, das máquinas e dos animais”. A Cibernética, na verdade, aperfeiçoou a noção de auto-regulação cultural do funcionalismo (T. Parson, R. Merton) que a considerava como uma sincronia das partes (as instituições) em relação ao todo (a sociedade). Wiener

deu uma dimensão histórica à “homeostase” funcionalista e inseriu a categoria de ruído no lugar da ‘disfunção’ do sistema.

Nesta ótica, vivemos em um universo em desagregação térmica e biológica, em um sistema que tende à entropia, ao caos e à desorganização. Por “homeostase”, Wiener definia como sendo “ilhas de entropia decrescente” em meio um turbulento oceano de ruído, cujo destino provável é a desintegração.

Mas o conceito central do pensamento cibernético é o de retroalimentação sistêmica (ou “feedback”), que é o retorno dos efeitos sobre as causas, dos resultados finais sobre as condições iniciais, das saídas de informação sobre as entradas de dados de um determinado sistema. Exemplos: o termostato de ar condicionado que diminui e aumenta de potência segundo a temperatura; os telefonemas dos ouvintes em um programa de rádio comentando e indicando músicas para programação; um olhar como resposta que logra a mudança de atitude do interrogante. Para Wiener, a retroalimentação é um retorno de aperfeiçoamento, de otimização do sistema, que caracteriza a reorganização progressiva contra a desordem e a tendência universal da entropia em todos os níveis.

A Cultura, nessa concepção tecnotrágica, pode ser definida como uma gigantesca máquina biossocial de luta contra o tempo e contra o ruído; ou melhor: como uma tentativa desesperada de instaurar a ordem social em meio ao caos natural. Mais não é só: Wiener associava a noção de ruído comunicacional com a de “mal ético” e fazia uma distinção entre o diabo maniqueu (representando o ruído intersubjetivo) e o diabo agostiniano (encarnando o ruído científico).

Agora o importante é ressaltar que a cibernética clássica já reconhecia dois tipos de 'feedback' ou retroalimentação eletromecânica: as de autoregulação (em que um esforço é equilibrado pelo seu inverso, assim: 'quanto mais x, menos y; quanto menos x, mais y') e as de autoreforço (de onde mais tarde surgem a teoria do caos e dos sistemas complexos). No primeiro caso não faltam exemplos: a mão invisível entre a oferta e a procura de Adam Smith, o controle mútuo das instituições americanas, o equilíbrio das bicicletas, o próprio zig-zag do timão dos barcos que deu nome a cibernética.

Pode-se dizer que a cultura vista como dupla mediação social tem um aspecto dialético (em relação ao meio ambiente) e um aspecto dialógico (em relação às trocas dos atores sociais). E em relação Cibernética propriamente dita, mais do que reapresentar as idéias de Wiener, o resgate do

pensamento cibernético é particularmente importante porque permite a compreensão da informação agenciada em rede, uma vez que pensa as inter-relações entre receptores coletivos segmentados.

Agora se trata de uma retroação múltipla e complexa, em que todos são simultaneamente emissores e receptores. Hoje, a auto-regulação é uma relação dialética entre o passado e o presente, entre história e sociedade, em que as ações passadas determinam a situação atual que, por sua vez, determina a memória que temos dos fatos. Em contrapartida, os retornos de auto-reforço e de crescimento exponencial (epidemias, desequilíbrio dos sistemas ambientais, doenças) não foram desenvolvidos pela Cibernética.

Foi o estudo dos sistemas complexos que compreendeu a 'retorno de auto-reforço' como uma relação dialógica entre o futuro virtual e o presente atual: "o que penso causa o que sou que causa o que serei". Atualmente, os feedbacks de auto-reforço não são apenas desequilíbrios sistêmicos em sistemas não-lineares, mas estruturas complexas de comportamento coletivo baseado na simulação do futuro.

Será que o "fator futuro" se tornou determinante? – eis mais uma questão.

Definição Midialógica

Da mesma forma que uma sociedade não formula problemas que não seja capaz de responder, também podemos dizer que as diferentes definições da noção de cultura refletem diferentes tempos e etapas de nossa vida social recente. Vivemos em um tempo midiático. Nada mais normal que nossa definição de cultura ser baseada na idéia de mediação. No entanto, é preciso observar que ela também representa um aperfeiçoamento progressivo do termo e de suas definições anteriores. Por exemplo: para compreendermos que há uma mediação dialética externa e uma mediação dialógica interna às relações sociais foi necessário entender as definições antropológica e sociológica de Cultura.

Também podemos dizer que para explicarmos a mediação interna da cultura foi necessário estudar as definições voltadas para a crítica do papel dissimulador da cultura (freudiana, marxista e estruturalista); enquanto para definir a mediação externa da cultura com o meio ambiente foi preciso revisar as definições que enfatizam a consciência coletiva, a identidade social, a memória e a ciência (positivistas, funcionalista e cibernéticas).

É claro que, neste enquadramento, selecionamos e ressaltamos alguns aspectos em

detrimento de outros, omitindo muitas divergências e detalhes do pensamento de cada uma dessas correntes. De uma forma geral, gostaríamos de estabelecer um patamar para a definição midiológica de Cultura que compreende todas essas idéias: a práxis entre história e cultura dos marxistas; a releitura do estruturalista de Freud e da lingüística; a segunda realidade de Semiótica de Bystrina; e, finalmente, a retroalimentação da Cibernética.

DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS DE CULTURA	
TEORIA CRÍTICA	Indústria Cultural, Comunicação de Massa
DEFINIÇÃO SEMIÓTICA	Signo, Código e Contexto Social
DEFINIÇÃO CIBERNÉTICA	Máquina contra Entropia e o Tempo Linear
DEFINIÇÃO MIDLÓGICA	Mediação das relações sociais com o ambiente

Porém, o que realmente caracteriza as definições contemporâneas como “midiológicas” mais do que a soma dessas características é o fato dos autores atuais compreenderem a idéia de “Mídia”, não apenas como sendo formada pelos meios de comunicação de massa, mas como extensões eletromecânicas amplificadas do corpo humano. E esta característica será dominante no último terço do século XX.

Assim, “*o Meio é a Mensagem*”: o relógio de pulso é uma mídia, uma mediação entre o tempo social e nosso batimento cardíaco; o automóvel também é uma mídia, estendendo as capacidades motoras de nossos corpos em níveis eletromecânicos; e a televisão é uma mídia porque é uma prótese de nossa imaginação e não por ser uma empresa que produz e/ou veicula audiovisuais.

O resultado imediato desse modo de pensar é entender o aparecimento da escrita alfabética como o advento da memória social objetiva, que distancia a fala do emissor do contexto do receptor, gerando uma verdadeira revolução cultural: a História.

EUROPA	EUA
MIDIOLOGIA E GLOBALIZAÇÃO Regis Debret/Pierre Levy McLuhan/Kerkchove	
Contracultura (1968)	
SEMIÓTICA R. Jakobson e Levi Strauss	CIBERNÉTICA Nobert Wiener
2ª Guerra Mundial (1945)	
ESCOLA DE FRANKFURT Benjamim, Adorno, Habermans	FUNCIONALISMO T. Parsons e R. Merton

Tanto para autores canadenses como McLuhan (1964) e Kerckhove (1992) como também com pensadores franceses como Levy (1993) e Debray (1998), o aparecimento da escrita marca não somente

o surgimento da própria idéia de história, que só foi possível graças a uma forma de memória social que permitisse acumular informações e contar o tempo de modo contínuo, mas a formação de um espírito científico e da imagem objetiva e externa que a sociedade ocidental faz de si mesma. Nesta ótica, comum a pensadores contemporâneos de matizes tão diferentes, a escrita é uma mediação dialética entre sociedade e meio ambiente que formata o mundo sem a presença do observador e substitui a mediação dialógica original da fala.

A progressiva burocratização histórica da sociedade (Weber), a racionalização excessiva da vida social e a industrialização da cultura (Adorno) e até as idéias de alienação da situação de vida imediata (Marx) e de desterritorialização do espaço físico (Deleuze) passaram a ser explicadas por este *efeito de sentido* do Alfabeto sobre o meio cultural. A escrita passou a ser a grande vilã da história da humanidade, responsável por todos os males inclusive pelo estado de agonia planetária em que hoje se encontra o meio ambiente.

E não é só: além da definição midiológica de cultura em geral, estes pensadores defendem ainda a idéia de que vivemos em uma cultura midiática, isto é, que a principal característica é retorno das mídias

audiovisuais em um novo modelo de mediação que combina o paradigma da escrita às idéias percepção da simultaneidade do universo e retorno ao simbólico.

Mas, também existem outros critérios para definir a Cultura atual.

Definições Contemporâneas

Há também pensadores que, mesmo admitindo mudanças estruturais na relação entre o tempo e a linguagem na cultura atual através da mídia, também levam em consideração outros fatores sociais – como Castells e Morin. Para o sociólogo **Manuel Castells** (1999), por exemplo, o efeito de sentido da mídia (das novas formas de relações semióticas) é apenas um fator estrutural de uma mudança maior. Há também outros fatores estruturais em jogo, como as relações sociais de produção organizadas em redes e as novas relações de experiência. Para ele, o discurso de McLuhan (e de seus seguidores) leva em conta apenas um terço dos fatores estruturais que estão modificando a sociedade, sendo preciso ainda avaliar as transformações existentes no mundo do trabalho e das relações de gênero.

Também para o pensador **Edgar Morin** (1977), o cenário cultural contemporâneo, entendido a partir dos anos 60, representa uma mudança antropológica de três crises interdependentes: a crise

juvenil (ou da linguagem), a crise feminina (ou do patriarcalismo) e a crise ecológica. Para ele, essas três crises em conjunto estão modificando todo planeta.

Com a crise juvenil, os valores da juventude, antes reprimidos como irresponsabilidade e rebeldia tornaram-se paradigmáticos sobre múltiplos aspectos. Segundo Morin, não se trata apenas da desobediência civil ou de um culto ao corpo e a saúde e do esoterismo apocalíptico da Nova Era. Nos dois casos, a juvenilização marca uma vitória da cultura de massas contra as resistências populares e eruditas e a revolta contra as instituições, o comportamento rebelde e a metalinguagem transformam-se em modelos universais de comportamento são apenas um lado da questão: é o tempo que se torna mais simultâneo e menos histórico.

Com a crise feminina, descobriu-se que para alterar a forma predatória pela qual o ser humano explora a natureza, não bastará extinguir a exploração do homem pelo homem como ressaltavam os marxistas, mas também a exploração do homem sobre as mulheres. E esta associação entre o feminino e a natureza no campo político é uma das características culturais contemporâneas que mais seria preciso acentuar. No paradigma patriarcal, o discurso feminino estava sempre ligado à

necessidade, à terra, à explicação; enquanto o masculino reconhecia-se no sonho, nos céus e no planejamento do futuro. Talvez por isso, o materialismo tenha sido tão invocado pelos dominados e os mitos sempre considerados ideologia dos dominantes - porque essas funções discursivas da linguagem enraizavam-se no modelo arcaico da dominação ao nível das relações de gênero.

A crise ecológica marca uma mudança na relação do meio ambiente com as relações sociais, aliás, a própria natureza desta relação deixa de ser “econômica” e quantitativa para ser “ecológica” e qualitativa. O valor de troca uniforme-serial do modelo industrial é substituído pela noção de biodiversidade em diferentes níveis, de que a riqueza está, não em possuir uma grande quantidade de uma única coisa, mas pequenas quantidades de muitas coisas. Trata-se de uma mudança nas relações de produção, que troca o modelo de organização social do trabalho da fábrica pelo modelo de organização em redes produtivas.

A crise juvenil representa uma mudança ao nível de produção de códigos culturais (ou das formas discursivas); a crise feminina, que acontece no interior dessas relações sociais e ao nível das relações de gênero; e a crise ecológica se dá ao nível das relações de produção, da relação entre meio ambiente e sociedade.

Também **John Thompson** (1998) coloca as mudanças sociais provocadas pelo ‘efeito da mídia’ dentro de uma teoria social mais ampla, em que as ações intencionais são levadas a cabo dentro de contextos sociais estruturados. Ao conjunto de circunstâncias que envolvem essas ações, chama-se *campo de interação*; à capacidade efetiva de intervir nos acontecimentos e de realização dos objetivos e interesses dessas ações, chama-se *Poder*.

Tipos de poder	Recursos	Instituições
Econômico	Materiais e financeiros	Empresas, fábricas
Político	Autoridade	Parlamentos, governos
Coercitivo	Força física e armada	Exército, Polícia, Prisão
Simbólico	Formas simbólicas	Escola, Igreja, Mídia

Thompson distingue para “fins essencialmente analíticos” quatro tipos de poder (1998: p. 25), segundo os recursos que utilize e a instituição que o exerça frente ao social. É claro que, fora de uma perspectiva histórica que observe o conjunto da sociedade pesquisada, classificar os tipos de poder como variáveis autônomas de um campo de forças não hierarquizadas é retroceder ao funcionalismo, mesmo que para ‘fins analíticos’. Este não é o caso de Thompson leva em conta as mudanças históricas nas instituições econômicas, políticas, de repressão, e, finalmente, nas instituições culturais sem perder de vista a totalidade social. Para ele, essas instituições,

chamadas incorretamente “de controle” por Foucault e Giddens, são denominadas “de poder simbólico” (em uma deferência explícita a Pierre Bourdieu).

A tese central de Thompson é que o desenvolvimento das redes de comunicação e informação, entrelaçadas com outras formas de poder – econômico, político e militar – transformou a organização do tempo e do espaço na vida social; modificou as formas de ação e interação copresenciais, instaurando formas de ação a distância em um regime de interações mediadas, desenraizado de um único contexto local. Com as formas de interação mediadas, as mensagens passaram a transcender um único ambiente geográfico e uma duração temporal determinada promovendo várias mudanças na sociabilidade contemporânea. As novas formas de interação social alteram a compreensão do lugar e da autoridade local, do passado e da tradição cultural, e da própria identidade individual e coletiva dos atores sociais.

Outra característica marcante deste período, mais enfatizado por autores das áreas econômicas, é o altíssimo nível de desenvolvimento tecnológico, isto é, da aplicação de tecnologias com efetivo impacto social. Por volta de 1970, o aparecimento do transistor levou a uma imediata miniaturização dos aparelhos de recepção (e a conseqüente complexificação pela

mobilidade) e às transmissões via satélite, desencadeando uma internacionalização cultural irreversível. Na década seguinte, o micro-chip começa a modificar nossas formas de memorização e todo processo cognitivo social. A partir de 1990, as tecnologias da fibra ótica e as microondas levam a interconexão digital do mundo. A cada década, a aplicação de novas tecnologias modifica substancialmente nossas formas de comunicação e nossa vida. Há uma retroalimentação de curtíssimo prazo entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

Por outro lado, no que diz respeito à intencionalidade: "Nada há de novo sob o sol". Antigamente, quando se estava com fome urrava-se; quando se queria uma fêmea, uiva-se; e quando se queria lutar contra um inimigo, rosnava-se. Hoje, quando se quer conquistar uma companheira, o homem escreve um poema; para se alimentar, redige um projeto; e, para fazer frente a um inimigo, publica uma matéria jornalística. De forma que o homem continua lutando com a fome, com as mulheres e com seus desafetos – ou com os códigos econômicos, de parentesco e lingüísticos.

Deste modo, temos, então, nossa terceira e última questão, que engloba as anteriores: Mas o que realmente mudou? E o que permanece igual? A própria dialética da Cultura consiste nessa analogia

permanente entre o eterno e o passageiro. E, nós, que só conseguimos fazer novas perguntas para velhos problemas! Como reorganizar a relação entre sociedade e meio ambiente de modo qualitativo? E como redefinir as relações sociais dentro deste novo modelo, sem perpetuar ou aumentar as desigualdades sociais produzidas pelo sistema atual no modelo anterior?

Três Questões

Temos, assim, três questões conexas, cada uma referente a um código estrutural e uma crise antropológica: 1) em relação à crise juvenil e ao código semiótico, perguntamos se a cultura de massas absorveu definitivamente a cultura popular e a cultura de elite; 2) em relação à crise ecológica e ao código econômico, questionamos a diferença entre consciência planetária e globalização cultural, reduzindo as diferenças culturais aos fatores simbólicos; e 3) em relação à crise feminina e ao código de parentesco, indagamos sobre o fim de um longo período patriarcal como modelo das relações sociais, sobre o 'novo tempo' que vivemos.

Em relação à primeira questão, observa-se que antes da Contracultura, cada estado-nação se espelhava em uma ou mais identidades culturais, a representação cultural seguia o modelo territorial e a

industrialização produzia três manifestações culturais distintas quanto ao público, a estética e a forma de produção de subjetividade: a cultura de massa, a de elite e a popular. Agora, encontramos-nos em uma cultura planetária estilhaçada em diferentes esferas locais, onde a história se refrata e se fractaliza, segundo os interesses do consumo e do capital. A cultura de massas absorveu a cultura popular e a cultura de elite, eliminando quase todas resistências locais à sua supremacia global. Aliás, todas as resistências ao consumo massificado transformaram-se em mercados segmentados de consumo alternativo (diet, light, cult, etc) O slogan revolucionário 'É proibido proibir' virou anúncio de cigarros.

A segunda questão nos coloca o paradoxo entre as idéias de 'globalização econômica' e de 'globalização cultural' que mais parece um debate entre economistas surdos e antropólogos cegos: para uns a internacionalização das relações de produção estão destruindo as identidades locais; para outros, ao contrário, a globalização começou com a descoberta das Américas por Colombo e a globalização econômica é resultante de vários séculos de integração cultural. O que pouco se discute, no entanto, é que no cerne desta contradição entre o aspecto material e o cultural, é que estão as relações de poder entre os povos e a sua história.

A terceira questão é ainda mais difícil de enunciar, uma vez que, de certa forma, inclui as indagações anteriores. Mudanças nas relações de produção, de poder e de experiência caracterizam uma mudança global em nosso modelo de acoplamento estrutural mútuo - nossa cultura - e nos colocam um desafio bastante singular em relação meio ambiente.

Resta saber em que medida pode-se responder a essas questões e, principalmente, como se comportar a partir deste tríplice imperativo de mudança estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAITELLO JR., N. **O animal que parou os relógios**. São Paulo: Annablume, 1997.
- BENJAMIM, Walter. Obras Escolhidas, v. I, **Magia e técnica, arte e política**. (trad. S.P. Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- BYSTRINA, I. **Tópicos de Semiótica da Cultura**. São Paulo: PUC/SP, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação - Economia, Sociedade e Cultura**, três volumes: A Sociedade em Rede; O Poder da Identidade; O Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEBRAY, Régis. **Curso de Midiologia Geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. (Originalmente publicado em 1913) In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969a.
- _____. O futuro de uma ilusão. (Originalmente publicado em 1927) In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969b.
- _____. Mal estar da Civilização. (Originalmente publicado em 1929) In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969c.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o socialismo**. In Cadernos de Cárcere. Volume três. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo, Cultrix & Edusp, 1976.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- KERCKHOVE, D. **A pele da Cultura**. Lisboa: Relógio d'água Editores, 1997.
- JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação** (trad. I. Blinkstein e José P. Paes). São Paulo: Cultrix, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural I e II**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967 e 1976.
- LEVY, Pierre. **Tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MARX & ENGELS. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MCLUHAN, M. **Os meios de Comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MORIN, Edgar. **Cultura de Massas II - O Espírito dos Tempos (Necrose)**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.
- WIENER, Norberto. **Cibernética e Sociedade**. São Paulo: Cultrix, 1954.
- VARELA, Francisco; MATURANA, Humberto. **A Arvore do Conhecimento**. São Paulo: Palas Atenas, 2001.

DA FILOSOFIA À COMUNICAÇÃO

Breve História das Idéias Políticas

Costuma-se opor fenomenologia e arqueologia como metodologias opostas: a fenomenologia é historicista, coloca seu 'objeto' de análise entre parênteses e o faz navegar por diferentes épocas e olhares. Por exemplo: uma história do estado, do parlamento, da cidade. Já a arqueologia observa diferentes épocas como camadas sedimentares de uma imagem sincrônica, ou melhor: uma 'estrutura' enraizada no aqui e no agora, em que cada camada ou época forma uma 'arque' ou um paradigma epistemológico. Dessa forma, a história não é mais vista como uma sucessão contínua de eventos, mas sim como uma sobreposição de formas discursivas descontínuas que nos leva à compreensão de objetos transversais relevantes na atualidade. Por exemplo: história da loucura, história da sexualidade, história do medo. Para escrever uma história das idéias políticas, utilizamos elementos dessas duas metodologias opostas. Da fenomenologia adotamos o roteiro geral e, da arqueologia, a idéia de diferentes formas discursivas descontínuas: a filosofia política, a ciência política, a sociologia política, a economia política, a antropologia política, e, finalmente, comunicação política – que interessa aqui caracterizar.

Assim utilizados, os métodos fenomenológico e arqueológico se completam, mas também reduzem duplamente. Há uma redução da complexidade de cada forma discursiva (redução da filosofia política ao embate entre Platão e Aristóteles, redução da ciência política à oposição entre Maquiavel e Rousseau, etc), como também há uma redução do 'objeto' histórico (no nosso caso: a política) a diferentes contextos parciais.

De uma forma geral, pode-se pensar a idéia de 'Política' de duas formas. Uma, mais geral, é a "Politics" ou política com 'p' maiúsculo, que do ponto de vista da ação social engloba toda e qualquer atividade humana. Exemplo: Aristóteles que dizia todo homem é um ser político, isto é, um ser da polis (cidade).

Mas também é possível pensar a política em sua dimensão específica, a "policy" ou a política com 'p' minúsculo, que do ponto de vista da ação social representa as atividades voltadas para mudança e/ou manutenção da ordem social. Exemplo: Maquiavel, para quem a política era a arte de conquistar e manter o poder. Seja no sentido lato ou no estrito, a idéia de política teve várias interpretações e foi comparada e distinta de várias outras atividades humanas em diferentes épocas e situações.

FILOSOFIA POLÍTICA

Na Grécia antiga, onde nasceu a atividade política, **A República** (PLATÃO, 2004) e **A Política** (ARISTOTELES, 2004) já representavam dois pontos de vistas opostos sobre a atividade política: uma visão política prescritiva (que quer mudar o mundo) e uma visão política descritiva (que quer entender seu funcionamento). Para Platão, “não é possível ser justo em uma cidade injusta”. Por isso, é preciso organizar uma sociedade justa, capaz de produzir homens justos. O Estado aqui se confunde com a Utopia Social. Já para Aristóteles, “todo homem é um ser político”, ou seja, é essencialmente gregário, pertence a Polis, é ‘naturalmente’ público. Enquanto um imagina que a idéia de utopia pode organizar o mundo sensível das coisas, o outro quer descrever a vida política real, como um jogo de seus interesses, em que as idéias ocupam um lugar secundário.

Na Idade Média, também haverá duas visões polares sobre a política. Santo Agostinho, no livro **A Cidade de Deus** (AGOSTINHO, 1980), retoma a idéia de utopia platônica em uma perspectiva teológica (e política). Porém, ao contrário de Platão que acreditava que apenas uma sociedade perfeita produziria homens perfeitos, Agostinho pensava que, quanto mais perfeita fosse a humanidade, mais próxima ela estaria

da sociedade perfeita. Para o criador da doutrina do pecado original, a Cidade de Deus existe paralela à Cidade dos Homens (como as realidades sensível e inteligível de Platão). Ao ser expulso do paraíso, o homem dissociou os dois mundos e o retorno à Nova Jerusalém será a reunificação das cidades. Na verdade, Santo Agostinho colocou a utopia platônica como um objetivo histórico da humanidade, idéia que se será adotado por muitos pensadores posteriores, inclusive marxistas.

O contraponto aristotélico da Idade Média a este idealismo em que a utopia se sobrepõe à política real pode ser encontrado em São Tomas de Aquino e no pensamento escolástico a partir da virada do milênio, mesmo que de forma implícita e bastante disfarçada na **Suma Teológica** (AQUINO, 2002) e na literatura religiosa da época. Como exemplos basta lembrar de que o argumento do primado da Cidade de Deus sobre a Cidade dos Homens passou a ser utilizada para justificar a superioridade da igreja sobre os estados e era loteado pelas “indulgências”.

A utopia social, ou a filosofia política prescritiva de um mundo melhor foi sobreviver em outro lugar. Por volta de 1500, com **A Utopia** (MORUS, 1997), **A Cidade do Sol** (CAMPANELA, 1978) e **A Nova Atlântica** (BACON, 1975) a idéia de uma sociedade

perfeita é despida de qualquer caráter teológico e passa ser resultado da organização racional das instituições e do progresso.

Na Idade Moderna, com aparecimento histórico simultâneo do Estado e do mercado também haverá uma visão mais idealista e outra mais cínica da atividade política. Hobbes e Maquiavel são o lado mais descritivo e explicativo, que prefere enfatizar as relações reais de poder que seu aspecto ideal; enquanto a tendência prescritiva e compreensiva será representada pelo liberalismo, principalmente por Rousseau.

CIÊNCIA POLÍTICA

Inicia-se a história da Ciência Política com a distinção entre o direito divino e a soberania do Estado moderno¹¹. No entanto, a tese do direito divino é genericamente adotada por diferentes tipos de sociedades, desde da teocracia dos faraós egípcios até a monarquia parlamentar de Cromwell na Inglaterra ou o absolutismo francês do 'rei sol' Luis XIV. Costuma-se acreditar que antes de Hobbes e Maquiavel fundamentarem a legitimidade do poder no medo, não se fazia distinção entre o poder divino e o poder dos homens. Tudo acontecia pela vontade de

¹¹Mas há quem prefira iniciar a Ciência Política com Augusto Comte.

Deus (ou dos deuses), inclusive os acontecimentos políticos. Para impedir a guerra de todos contra todos e garantir a paz social, Thomas Hobbes comparava a necessidade de um estado forte e absolutista a um monstro mitológico, **o Leviatã** (HOBBS, 2004). O medo é o fundamento da legitimidade que funda o Estado moderno, ou, pelo menos, a concepção moderna acerca da obediência. A tese de Hobbes da guerra natural de todos contra todos contraria a tradição aristotélica, para quem os homens agem racionalmente impelidos pelos seus interesses e não pelo medo, buscando cooperação voluntária antes de ser forçado a obedecer; um animal gregário, participando espontaneamente de uma comunidade antes de ser coagido a colaborar.

Talvez querendo combinar essas duas idéias, **Maquiavel** (1992) prescreve ao príncipe o uso simultâneo da astúcia e da força: se utilizar apenas à astúcia será desrespeitado e caso use somente a força será odiado. Mas, ao definir que, em última instância, é melhor ser temido que amado, Maquiavel afirma o primado do poder legitimamente alicerçado na força.

O liberalismo político, por sua vez, vai enfatizar justamente o outro aspecto: a comunidade natural entre os homens, associação voluntária frente à hostilidade da natureza, baseada na família e em suas

necessidades gregárias básicas, é anterior ao aparecimento do medo como princípio de organização social. As idéias centrais do liberalismo foram: a autonomia da sociedade civil frente ao Estado (LOCKE, 2004); a divisão do Estado dos três poderes interdependentes (MONTESQUIEU, 2004); e o **Contrato Social** (ROUSSEAU, 2004) ou as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade inatas ou naturais. Rousseau foi o mais prescritivo de todos pensadores liberais e pode ser considerado em muitos aspectos um contraponto simétrico a Maquiavel no pólo descritivo – embora tenha posições contrárias diferentes aos pensadores clássicos sobre os fundamentos do poder. Um fala ao Príncipe e ao executivo; o outro, ao legislador e ao parlamento. Um transforma o elemento simbólico em artifício de sedução política; o outro reintroduz a política no encantamento democrático, em que a liberdade é a causa e o objetivo das relações entre os homens.

	Prescritivo	Descritivo
O medo como fundamento da política	Platão	Maquiavel
A cooperação como fundamento da política	Rousseau	Aristóteles

Pode-se concluir, portanto, que houve uma inversão das perspectivas descritivas e prescritivas da antiguidade clássica para os tempos modernos, principalmente em relação aos dois fundamentos da

atividade política: a coerção e a cooperação. Platão é defensor de uma política prescritiva e acredita que o medo e a esperança são os fundamentos da vida social; Maquiavel também, mas em uma ótica descritiva. Aristóteles e Rousseau defendem que o fundamento principal da vida social e da ação política é a cooperação, mas o primeiro o faz de modo descritivo, enquanto o outro entende a política de forma prescritiva.

Bobbio é um dos pensadores contemporâneos para quem Maquiavel funda a ciência política, enquanto Rousseau, a ciência do direito, gêmea dialética da política liberal. De qualquer forma, ambas as disciplinas se desenvolveram e tiveram contribuições de diferentes tipos que não analisaremos aqui.

MARX E A ECONOMIA POLÍTICA

Na Era industrial, a polaridade entre a descrição cínica da política e a sua prescrição cívica vai reaparecer na forma de duas construções teóricas de amplo alcance: a economia política marxista, encarnando o pólo crítico explicativo, e a sociologia política weberiana, representando o pólo idealista e compreensivo.

Segundo a economia política marxista, o Estado e a política fazem parte da superestrutura

social, aspectos subjetivos de um modo de produção, que têm por função básica garantir a exploração econômica e são instrumentos através dos quais a classe dominante mantém a sociedade sobre controle. “Reproduzir as condições de produção” – como definiria mais tarde Althusser.

No entanto, esta concepção deriva das idéias de Hegel em uma perspectiva materialista, mas não aparece explicitamente, de forma claramente definida, em nenhum texto de Marx. Ao contrário, o **18 Brumário de Luis Bonaparte** (MARX, 1968) apresenta a idéia de que o Estado não é um mero reflexo da vida econômica, mas que guarda uma autonomia relativa significativa diante das relações sociais de produção. Neste texto, o Estado desempenha uma função de equilíbrio entre as classes sociais, o bonapartismo, em uma conjuntura histórica em que a burguesia não estava preparada para chegar ao poder e a aristocracia ainda não estava pronta para deixá-lo.

Embora a economia política marxista polarize com a abordagem da sociologia política weberiana, também se pode perceber a existência das duas tendências opostas da Política no interior do pensamento marxista. No pólo descritivo (que analisa a política com ‘p’ minúsculo), Lênin e a idéia de que o

Estado é apenas um instrumento de dominação de classe; no pólo propositivo (que pensa a política em grande escala), Gramsci e a idéia de que o Estado também pode ser usado para reorganizar a sociedade.

Lênin, em **O Estado e a Revolução** (1987), elaborou o primeiro esboço de teoria marxista do Estado como instrumento de dominação de classe, estabelecendo uma ortodoxia entre o reformismo da social-democracia e o pensamento anarquista. Em relação aos primeiros, Lênin critica a ilusão de conseguir chegar ao poder pacificamente, pela via eleitoral; já em relação aos anarquistas, também partidários da violência revolucionária, o bolchevique critica a ilusão de que a máquina estatal irá se dissolver por si, de que o final das classes sociais se dará apenas através da destruição do Estado. Assim, Lênin desenvolve a noção de uma “Ditadura do Proletariado”, isto é, que após a destruição do estado burguês, ele seria substituído por um estado operário, que gradualmente extinguiria a luta de classes e a própria existência do Estado. Esse estado operário seria organizado a partir dos sovietes, comissões de trabalhadores livres que substituíram toda estrutura burocrática do governo; a polícia e o exército permanente seriam substituídos pelo povo em armas; e em nenhum momento se fala de um partido único.

Já o italiano **Antonio Gramsci** (2000), seguindo a tradição maquiavélica que dita que o poder age ora através da violência, ora através da dissimulação, vê no Estado não apenas um instrumento para dominação dos trabalhadores, mas, sobretudo a possibilidade de torna-los responsáveis por suas vidas. Um dos aspectos essenciais de sua contribuição é a idéia de “Estado ampliado”, isto é, de que o estado não se resume ao seu aparato repressivo e à Sociedade Política, mas também as diferentes instituições da Sociedade Civil (a escola, a família, os jornais, a igreja, etc), através do qual a hegemonia se dá ‘por consenso’. Assim, a noção de hegemonia social de um grupo social sobre outros, tanto se fundamenta no uso da força institucional (e na “Sociedade Política”) como também na capacidade de produzir consenso (na “Sociedade Civil”). Gramsci imaginava engendrar uma contra-hegemonia a partir da Sociedade Civil e conquistar pacificamente a Sociedade Política, derrubando o capitalismo via uma “revolução cultural”. Para ele, a ‘Revolução’ seria quando “os homens tomassem as rédeas da própria história”, e não apenas uma mera insurreição armada contra a burguesia e o aparelho estatal. Hoje se pode dizer que as idéias de Gramsci sobre o Estado renovaram o pensamento político, abrindo outras

98
perspectivas de análise - OFFE, 1984; POLANTZAS, 1977, 1986; PRZEWORSKI, 1995.

O fundamental é entender que a economia política, mesmo sendo fortemente descritiva e explicativa, deu origem a várias formas de pensamento político prescritivo voltadas para prática política, e que essas diferentes formas também guardam entre si diferentes polaridades.

Lênin, por exemplo, pode ser classificado simultaneamente como um pensador do tipo prescritivo em relação a Marx (uma vez que re-interpretou a economia política marxista em 'Estado e Revolução') e como um pensador do tipo descritivo em relação a Gramsci, principalmente em outros livros e textos, mais voltados para a análise das situações e conjunturas políticas em que o seu partido se encontrava inserido, seja antes ou depois da revolução de soviética.

SOCIOLOGIA POLÍTICA E MAX WEBER

A sociologia compreensiva de Max Weber é baseada na construção de modelos analógicos (ou tipos ideais) para compreender realidades concretas é uma dessas contribuições. Por exemplo: a comparação histórica de diferentes Estados nos leva a formulação de um Estado Ideal, a partir do qual podemos estudar

e entender o Estado atual. Toda sua teoria é formada por tipos ideais.

Para Weber, o objeto central da sociologia é a Ação Social, cuja racionalidade pode ser orientada por objetivos e/ou por valores culturais. A partir dessas possibilidades ideais, Weber cunha as noções de *ética da responsabilidade* - aquela que, pragmaticamente, defende a racionalidade do 'mal menor' (2004b; p. 112) - e de *ética da convicção*, "um racionalismo cosmo-ético" (p. 116.) que age moralmente segundo suas crenças e valores.

Além de elaborar uma metodologia assumidamente idealista, centrada na idéia de Ação Social, Max Weber se opõe diametralmente a Karl Marx e ao marxismo em relação ao Estado e à revolução, pois enquanto os comunistas pensam o Estado como um instrumento de classe e lutam para extinguí-lo gradativamente durante um período de socialismo, Weber acreditava no desenvolvimento democrático do Estado e/ou da burocratização da sociedade moderna, cada vez menos ancorado nas tradições e cada vez mais legítimo pela força das leis e do carisma das personalidades públicas.

Outro aspecto do marxismo muito debatido em relação à noção de Cultura é a crítica desenvolvida por Max Weber, sobre a predominância da

infraestrutura econômica na totalidade social e a necessidade de ter uma visão múltipla dos fatores determinantes das sociedades. Para Weber, a economia só era um fator determinante da sociedade capitalista; outras sociedades teriam outros fatores determinantes (políticos, religiosos, culturais) Assim, por exemplo, as castas indianas não podem ser interpretadas como “classes sociais” porque haveria uma determinação étnico-religiosa e não uma determinação econômica. Weber propõe um poli-determinismo estrutural, em oposição ao modelo mono-causal do fator econômico da estrutura social, como quer o marxismo.

Nesse sentido, **A Ética protestante e o espírito do capitalismo** (2004a) é uma excelente demonstração de como os fatores subjetivos interagem historicamente com os objetivos de forma dinâmica complexa. Nele demonstra-se que o ascetismo intramundano praticado pelos puritanos - uma ética de responsabilidade em oposição à ética da convicção católica, descrita no Sermão da Montanha (2004a: p.113) - engendrou os trabalhadores e empresários ideais (com autonomia individual, obstinação psicológica, realismo social) para a consolidação de uma nova ordem social capitalista; que foi a vida modesta preconizada pela ética

luterana que determinou a acumulação de capital dos países protestantes.

Se Weber refuta ou completa Marx, ainda hoje se discute. Mas, o certo é que ambos colaboraram, com seus conceitos e abordagens históricas, para construção da Sociologia política atual, que conta ainda com muitos outros pensadores e desdobramentos – que podemos detalhar aqui. O importante é perceber que a centralidade do Estado e a noção de Ação Social passaram a desempenhar para atividade política e sua reflexão teórica, neste terceiro patamar epistemológico. Outro aspecto arqueológico é que em relação aos fundamentos do poder (violência e consenso) não houve uma inversão das perspectivas: Marx e Lênin estão para Maquiavel (ou seja: são descritivos e dão ênfase à correlação de forças) como Weber e Gramsci estão para Rousseau (pois são prescritivos e ressaltam a legitimidade).

KEYNES E AS POLÍTICAS ECONOMICAS

Outro passo importante no sentido de entender o desenvolvimento da atividade política, dentro desse quadro histórico-arqueológico de suas formas discursivas, é o surgimento das ‘políticas econômicas’ e do Estado da Providência. Também chamado de “Estado do Bem Estar Social” (no primeiro mundo) e de “Estado Desenvolvimentista” (na América Latina e

nos países do capitalismo periférico), o Estado da Providência se caracteriza pela intervenção do Estado na economia de forma a garantir o pleno emprego através de uma série de medidas: obras públicas, tarifas protecionistas, diminuição das taxas de lucro, subsídios agrícolas, controle do câmbio, etc.

Keynes elaborou sua teoria para oferecer uma resposta a grande depressão de 30, uma crise de superprodução e desemprego para qual não parecia haver saída na teoria econômica clássica. Porém, várias de suas idéias (intervenção direta do estado na economia, planejamento econômico, pleno emprego e distribuição de renda entre os trabalhadores) já faziam parte dos programas econômicos dos países socialistas. A novidade é que Keynes, longe de ser um socialista, entendia essas medidas em um quadro de reforma (e de humanização) do capitalismo.

A idéia de “renda” é fundamental em sua teoria em dois sentidos interconexos: a) a renda é igual a soma do que é gasto (consumo) com o que é poupado (e que pode ser reinvestido); b) a manutenção da renda (dos empregos) de uma população é mais importante para o capitalismo do que o lucro das empresas. Assim, é preferível diminuir a taxa de lucros das empresas e manter o nível de empregos (e de consumidores de produtos) que mergulhar em uma situação de que não nem

empregos nem compradores para mercadorias produzidas. Mantendo a renda da população tanto o consumo retroalimenta comercialmente a produção como também o que é poupado pode ser utilizado pelo Estado como investimento na produção. Por exemplo: o dinheiro da caderneta de poupança financiando o sistema habitacional.

Por outro lado, além do controle financeiro dos investimentos, Keynes prega também um aumento significativo dos impostos sobre as empresas e defende que o Estado desempenhe um papel de planejador da economia. A adoção de bancos centrais para controle dos bancos comerciais, a criação de bancos de investimentos e o gerenciamento orçamentário dos déficits públicos, resultantes de estados que gastam mais do que arrecadam, passaram a ser adotados por todos os países capitalistas. (DILLARD, 1993).

O nome de “Estado de Bem-Estar Social, da Providência”, vem não somente da idéia do pleno emprego/distribuição de renda, mas também das várias medidas sociais (o aparecimento das previdências sociais públicas, o salário desemprego, a ênfase do atendimento de saúde e educação para as camadas mais pobres da população) que este modelo preconizava tanto em sua versão social-democrata

européia, como em sua versão 'desenvolvimentista' voltada para industrialização, urbanização e modernização dos países periféricos. Na AL, sob signo do populista de Vargas, Perón e JK. Este modelo keynesiano de intervenção estrutural do Estado na economia, entendido como uma forma discursiva prescritiva aplicada, foi objeto de crítica do tipo descritiva tanto por parte de autores conservadores como para os pensadores marxistas.

Para o pensamento neoliberal, o Estado da Providência faz caridade com o chapéu alheio (das empresas) e sua intervenção indevida na vida privada e nas empresas atrapalha o funcionamento ótimo do mercado capitalista. **Haydek** (1983), por exemplo, a partir da noção de liberdade e do retorno a idéia do *lass-faire* de Adam Smith, prega a desregulamentação trabalhista, o livre comércio e o 'Estado Mínimo'. Para ele, a intervenção estatal promove a falta de competição entre as empresas gerando produtos caros e de baixa qualidade, a diminuição dos lucros e dos investimentos diretos na produção com o conseqüente sucateamento tecnológico do setor privado, e ainda o protecionismo alfandegário inibindo o comércio internacional.

E esta nova situação econômica provoca a falência do modelo de Estado da Providência, abrindo

espaço para novas formulações políticas, também contrárias à centralidade social do Estado, mas (ao contrário do neoliberalismo) conscientes da necessidade de uma ampla reforma social e da construção de uma sociedade menos violenta.

Com o movimento contracultural de 1968, o eixo da luta política (e a discussão sobre a legitimidade da autoridade) se desloca do Estado central para dentro das instituições civis (a escola, o hospital, a fábrica).

ANTROPOLOGIA POLÍTICA E ANARQUISMO

A antropologia política se inicia nos anos 40, com o estudo das sociedades ditas primitivas, “sem Estado” ou “sem história” (Firth, Leach, Gluckman e Balandier – para citar os mais famosos) e acaba, nos fim dos anos 60, por se prestar também ao estudo das práticas políticas nas sociedades complexas atuais, dentro deste novo paradigma do poder microfísico, ‘privado’ e descentralizado, principalmente com **A sociedade contra o Estado** (CLASTRES, 1978) e, principalmente com Michel Foucault e Michel Maffesoli.

Foucault é o principal teórico desse anarquismo pós-moderno da contracultura, derrubando uma série de teses tradicionais da sociologia. Por exemplo: o poder foucaultiano não é ‘propriedade’ de uma classe

que o teria conquistado, mas um conjunto de estratégias materializadas em práticas, técnicas e disciplinas diversas e dispersas. “Ele se exerce mais do que se possui, não é um privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas”. Nesta lógica, Foucault também contestaria a idéia de que o Estado e a esfera pública funcionam como centros de organização social, vendo o poder disperso em uma multiplicidade de disciplinas e de manobras táticas: “o poder não nem global nem local, não está em lugar nenhum, mas infinitesimalmente difuso no espaço”. De forma que, o poder, encarnado no aparelho de estado, não estaria subordinado a um modo de produção ou a uma infraestrutura econômica.

O poder seria então diretamente ‘produção’, seria imanente à produção social e não comportaria nenhum tipo de unificação transcendente ou centralização globalizante. Assim, também seria falsa a formulação maquiavélica-gramisciana de acordo com o qual, o poder agiria ora por coerção, ora por consenso. Nessa ótica, “o poder produz a verdade antes de mascará-la na ideologia; o poder produz a realidade antes de forçar o seu enquadramento através da violência”.

Mas as coisas não são bem assim! Em seus primeiros trabalhos, Foucault estudará prioritariamente o ‘saber’. Entretanto, este saber será sempre um duplo do poder, de uma determinada correlação de forças externas. Daí - uma vez que a linguagem tem um sentido politicamente imposto - a defesa do primado metodológico do ‘dizer’ sobre o ‘ver’, dos enunciados sobre as formas não-discursivas, na **Arqueologia do Saber** (FOUCAULT, 1982).

Para desvendar o verdadeiro sentido deste saber duplicado seria necessário construir uma “Genealogia do Poder”. Em **Vigiar e Punir** (FOUCAULT, 1987), o advento da instituição carcerária e do direito penal nos últimos 300 anos na sociedade ocidental é o pano de fundo para de construção de uma analítica do poder. Já na conclusão de **A Vontade de Saber** (FOUCAULT, 1988), Foucault esboça pela primeira vez uma explicação geral de todo seu trabalho anterior. O manicômio, a clínica, o presídio e toda arqueologia descontínua das instituições se explicariam por uma mudança na forma através do qual o poder se exerce: do poder baseado na morte e na punição exemplar para o poder das punições simbólicas e administrativas. Assim, Foucault vai, neste segundo momento, estudar a passagem das sociedades de soberania (em que o poder se fundava na ameaça de morte e na punição exemplar) para

sociedade disciplinar das instituições de confinamento (o presídio, a fábrica, a escola, o exército, o hospital), em que as formas discursivas também a desempenham um papel organizador.

A princípio, Foucault imaginou identificar as origens desse poder 'da razão perversa' na história das instituições e práticas sociais dos últimos trezentos anos da Europa Ocidental, mas já no final da vida ampliou sua pesquisa até os gregos e as próprias origens do que nos faz sentir 'ocidentais': a distinção entre a "arte erótica" e "ciência sexual". Não se pode aqui remontar todo esse percurso, mas para explicar corretamente a idéia de 'poder' segundo Foucault, é necessário lembrar que o papel histórico que a ideologia cristã desempenha social e psicologicamente sobre os indivíduos apenas consolida e amplia tendências culturais mais antigas, vindas de comportamento sexual e alimentar ascético dos latinos (1984) e dos helênicos (1985).

Já a antropologia política de Maffesoli compreende a pós-modernidade, a cultura emergente da contracultura, como um encontro entre o arcaico e o novo, como uma nova relação social diferente entre imaginário e cotidiano – categorias que por ele reinventadas. Ao invés de uma sociedade hiper-individualista, ele acredita que estamos voltando ao tribalismo nômade. Sempre dando mais ênfase ao

vivido do que ao representado, Maffesoli, no entanto, desqualifica a atividade política, que considera ultrapassada e incapaz de solucionar os problemas atuais.

TEORIA CRÍTICA E ESTUDOS CULTURAIS

Enquanto Foucault e Maffesoli são extremamente descritivos, Habermas e Giddens (e em alguns aspectos, Bordieu) ocupam o pólo prescritivo nos tempos da globalização e da pós-modernidade.

Habermas (1988) pode ser colocado no pólo oposto ao de Foucault devido a terem posições simétricas sobre relação entre poder e visibilidade. Para Foucault, o poder é invisível e silencioso e a linguagem é uma duplicação através da qual vislumbramos a correlação de forças externas; para Habermas, há ampliação da esfera pública pelos meios de comunicação, produzindo um regime de hipervisibilidade.¹²

¹²A ampliação da esfera pública, também é chamada de 'publicidade mediada' (THOMPSON, 1998, p. 110) e de 'dupla publicidade' (BOBBIO, 2000, p.98), uma vez que a palavra 'público' tem dois significados diferentes: o sentido corrente de algo transparente, que não é escondido; e o sentido decorrente do Direito Romano em que o Público é o oposto do Privado. "Um espetáculo público pode ser um negócio privado e uma escola de propriedade particular não pode subtrair-se à publicidade de seus atos". A dupla publicidade, publicidade mediada ou ampliada aponta um regime de hiper-visibility dos atores sociais.

Já em oposição ao retorno ao tribalismo nômade de Maffesoli, está ontologia social de Anthony Giddens. Três temas são essenciais ao pensamento de Giddens: a teoria da estruturação, a teoria da reflexibilidade e a política de terceira via.

Vejamos cada um desses temas.

Para Giddens, não existe uma estrutura social fixa e permanente como pensava o estruturalismo e o funcionalismo, ela é processual e histórica. Aliás, os sistemas sociais não têm estruturas, eles apenas exibem propriedades estruturais. Tais propriedades, por sua vez, são o meio e o fim das práticas sociais. Logo, não existe uma ação social orientada por objetivos ou valores como pensava weber, pois os fins e os meios estão relacionados com os ditames das propriedades estruturais.¹³ Desta forma, não há uma única estrutura social, mas sim um processo de estruturação de uma ordem virtual em que as relações sociais não são rígidas, mas sim dinâmicas no tempo e no espaço, posto que são práticas recursivas.

¹³'Estrutura', segundo Giddens, é "o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas no tempo e no espaço. Ela pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação". (1991, p.34)

Aliás, a reflexibilidade, neste contexto, seria 'uma recursividade indireta'.

Em seus primeiros trabalhos (GIDDENS, 1991) a noção de 'reflexibilidade' seria uma propriedade estrutural, mas depois – principalmente após seu encontro intelectual com Ulrich Beck e a noção de sociedade de risco (BECK, 1997) – ela passou a desempenhar um papel central nas idéias de Giddens. 'Reflexibilidade' é a capacidade de retroalimentação realidade cultural e a vida social. Para pensar o conceito de reflexividade, Giddens realiza um contraponto entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. A vida social tradicional era voltada para o passado, para repetição de ciclos históricos; a modernidade inicia uma nova concepção de tempo-espaço em que a reflexividade é voltada para o presente e para o futuro.

Assim, apesar da modernidade ser mais aberta ao conhecimento, ela também gera inseguranças pela pluralidade de opções que detém. E essa falta de certeza e de segurança, por sua vez, aumenta ainda mais a reflexibilidade, isto é, a simulação de situações de risco. "O risco é a dinâmica mobilizadora das sociedades propensas à mudança, que desejam determinar o próprio futuro em vez de confiá-lo (...) à tradição". (GIDDENS, 2003, p. 34)

Com a proposta de uma **Política de Terceira Via** (2001), Giddens elabora uma resposta ao impasse entre a social-democracia tradicional (e o estado do bem-estar social) e o neoliberalismo (e o estado mínimo) com a ampliação do papel desempenhado pela Sociedade Civil. Nem a auto-regulação selvagem dos mercados, nem o Estado inoperante e falido pelo déficit público; apenas democratização social da democracia política pode mediar o conflito entre os interesses econômicos e políticos. Dentro desses parâmetros, a política de terceira via defende oportunidades iguais, responsabilidade pessoal e mobilizações constantes dos cidadãos e das comunidades, dando atenção especial à família (a entrada das mulheres no mercado de trabalho) e ao aumento da criminalidade.

Ao contrário do tribalismo de Maffesoli, Giddens acredita que a modernidade não terminou. Estamos apenas em um segundo estágio, caracterizado por uma reflexividade exarcebada pelo risco, que tem como principal produto o hiper-individualismo. Tanto a ontologia social de Giddens como a sua política de terceira via tem o foco no indivíduo como principal ator social contemporâneo.

Certamente, uma arqueologia completa das idéias políticas deveria ser mais polifônica e múltipla, não reduzindo autores tão complexos a posições

antagônicas com tanta facilidade. Por outro lado, é esse artifício metodológico de ‘bipolarização’ que nos permite, a partir dos focos descritivo e prescritivo, entender o diálogo histórico em seu movimento espiral.

Na Antiguidade, o debate sobre a política se deu no campo da filosofia (ou do bem viver); na Idade Média, no campo da teologia (e das crenças religiosas); na Idade Moderna, no campo da ciência e do direito; e na Idade Contemporânea, no campo do marxismo e da sociologia. No pós-guerra, as formas discursivas descritivas e prescritivas discutiram a relação entre Estado e Mercado; na pós-contracultura, debateu-se mais a relação entre a Comunidade e as instituições da Sociedade Civil. Cada um destes momentos anteriores é importante para chegarmos a uma compreensão atual da política.

	PRESCRITIVO	DESCRITIVO
ANTIGUIDADE	PLATÃO	ARISTÓTELES
IDADE MÉDIA	SANTO AGOSTINHO	SÃO TOMAS DE AQUINO
IDADE MODERNA	ROUSSEAU	MAQUIAVEL
IDADE INDUSTRIAL	WEBER E GRAMSCI	MARX E LÊNIN
PÓS-GUERRA	KEYNES	NEOLIBERALISMO
CONTRACULTURA	GIDDENS e HABERMAS	FOUCAULT e MAFFESOLI

O anarquismo antropológico de Foucault e Maffesoli encarna o pólo descritivo (inclusive abrindo mão de apresentar qualquer solução política para o

problema do poder), enquanto Habermas e Giddens, no pólo prescritivo, elaboram teorias voltadas para reforma da sociedade. Agora o idealismo é superdescritivo e a postura realista, hiper-prescritiva – ao contrário da situação inicial proposta pela dupla Platão e Aristóteles.

No entanto, há uma estranha semelhança entre Foucault, Maffesoli e Giddens. É que, talvez por ser um objeto muito óbvio e eles desejem ressaltar outros aspectos, ambos ignoram solenemente o papel dos meios de comunicação na esfera política. Apenas Habermas observa que esse papel se tornou claramente preponderante nos últimos 30 anos (e mesmo assim, ele o faz entendendo a mídia como forma de manipular a intersubjetividade democrática entre indivíduos prescrita da teoria da ação comunicativa).

COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Nas três últimas décadas do Século XX, com a globalização irreversível da economia e das culturas, um novo ciclo histórico tem início, na qual o regime de simultaneidade e visibilidade produzido pelos meios de comunicação eletrônica ocupa um lugar central. A conhecida hipótese de que chegamos ao fim da história (FUKUYAMA, 1992) e das utopias (porque não construímos alternativas para o capitalismo como

sistema econômico e para a democracia representativa como regime político) apesar de inverossímil, sempre retorna em novas versões.

Na verdade, o “fim da história” e suas diferentes variantes pós-modernas são apenas interpretações exageradas da tese sobre o retorno ao tempo circular anterior à escrita e à memória histórica (LEVY, 1993) resultante de um novo regime audiovisual. Neste contexto, a escrita (a memória social objetiva que distancia a fala do emissor do contexto do receptor) marca não somente o surgimento da própria idéia de história contínua, mas a formação de um espírito científico e da imagem objetiva e externa que a sociedade ocidental faz de si mesma. Agora, com o advento das mídias audiovisuais eletrônicas entramos em um novo modelo cultural que combina o paradigma histórico da escrita com a percepção da simultaneidade do universo. Porém, o retorno da simultaneidade não significa o fim da história e das utopias. Aliás, a simultaneidade-histórica produzida pelos meios de comunicação de massa é bastante diferente da simultaneidade arcaica das culturas orais e seus mitos.

Entre os analistas que reconhecem a centralidade da mídia na sociedade atual, duas atitudes são possíveis: a que crítica a espetacularização da política, a perda do caráter

ideológico do debate político e que a mídia tornou o processo eleitoral em um espetáculo entre outros espetáculos desportivos, culturais e científicos; que os eleitores votam nas imagens dos candidatos (e não mais em suas propostas) e se comportam como se apostassem em jogo de azar - posição mais freqüente entre os cientistas políticos. E a atitude que crê que a influência da mídia estabelece “um novo fazer político”, acreditando na pureza do diálogo entre eleitores e candidatos e que não há manipulação da mídia - posição típica dos pesquisadores da área de comunicação social.

Para Sartori, a linguagem da televisão, baseada em imagens superficiais e fragmentadas, anula o pensamento crítico, é a **Vídeopolítica** (2001). A TV está alterando o antropos humano, estamos passando do Homo Sapiens para o Homo-vídeo, em que a representação visual substitui a capacidade de tomar decisões racionais. Sartori lamenta o declínio dos partidos políticos, das plataformas programáticas e o crescente personalismo dos candidatos. ‘Personalismo’ não apenas no sentido de ‘personalidade carismática’, mas, sobretudo, como construção de um ‘personagem simbólico’ fabricado pela mídia através de imagens telegráficas.

Em contrapartida, existem também os que não acreditam na desfiguração da vida pública, mas sim na emergência de uma nova forma de representação política, com cidadãos mais informados e mais volúveis, dispensando a mediação de partidos políticos. O personalismo crescente, apesar de negativo, é entendido como uma nova forma de agregação das identidades coletivas em um novo contexto social. Em **As metamorfoses do governo representativo** (1995) Manin afirma que, a partir da década de 70, passamos de uma democracia representativa (organizada através de partidos e sindicatos de massas) para uma democracia participativa de público ou de audiência (co-ordenada pelos meios de comunicação social). Em uma democracia de público, o público ocupa o espaço da platéia e ali reage aos temas propostos no palco da política. Os políticos propõem temas (os “issues”) para o debate que vão sendo adaptados de acordo com a reação do público. Neste caso, vencem as eleições, os candidatos que melhor interpretarem as necessidades, desejos e anseios da audiência, apresentando propostas convincentes para resolvê-los.

Enquanto Sartori desqualifica a centralidade da mídia; Manin dá a ela um valor absoluto na explicação dos processos eleitorais. A questão é que a mídia em nossa sociedade funciona sempre de forma

enunciadora, oferecendo a si mesma como referência e como fator explicativo universal de todos fatos sociais. De forma, que tanto midiafóbicos quanto midiafílicos supervalorizam o papel dos meios de comunicação atuais e sucumbem vítimas deste (auto) encantamento da mídia, que se coloca sempre no centro da vida social contemporânea.

Thompson advoga um terceiro ponto de vista. Para ele, o importante é a idéia de que a mídia desenvolveu uma nova forma de interação social à distância. Com as formas de interação mediadas, as mensagens passaram a transcender um único ambiente geográfico e uma duração temporal determinada promovendo várias mudanças na sociabilidade contemporânea. As novas formas de interação social alteram a compreensão do lugar e da autoridade local, do passado e da tradição cultural, e da própria identidade individual e coletiva dos atores sociais.

Os meios de comunicação são instituições políticas de mediação das elites com o público, mas não substituem os governos, os parlamentos, os partidos e os demais atores políticos - apenas se sobrepõem a eles. Os mecanismos de representação e legitimidade dos dois tipos de instituições são distintos. É claro que, em cada caso específico, pode haver circunstâncias de fatores comunicacionais

sejam determinantes no campo da Política, porém ninguém garante a universalidade e a permanência desses fatores e desta determinação em diferentes situações.

Mas, de forma geral, a mídia ocupa uma dupla posição em relação à estrutura social, ela é tanto um “Campo” próprio como também um “Ator Social” no Campo Político. Na democracia, a mídia se apresenta mais como um campo em que os atores sociais debatem (seus múltiplos enquadramentos da realidade social); nas ditaduras, ela se comporta mais um ator social (de enquadramento consoante com as demais instituições políticas).

Porém, em ambos os regimes, a ambigüidade funcional dos meios de comunicação permanece envolta em outros fatores (econômicos, políticos, sociais, culturais) dando uma ilusão de predominância. Ou seja, nas sociedades atuais, tanto a democracia quanto o autoritarismo vigoram através da centralidade da mídia na difusão das informações.

Em **Ideologia e Cultura Moderna**, Thompson aborda a questão da teoria liberal sobre a imprensa livre – o “quarto poder”, *situando estruturalmente a mídia entre o Estado e o Mercado* e postulando a separação do poder estatal e o princípio do pluralismo regulado dos meios de comunicação para que eles,

por outro lado, não atendam aos interesses do mercado (1995: p. 337).

Em ***Mídia e Modernidade*** (1998), Thompson aprofunda mais a questão, abordando-a agora do ponto de vista normativo e menos analítico, com sua proposta de uma “democracia deliberativa”, em que os interesses privados e comerciais das empresas de comunicação são limitados pela concessão pública do serviço pelo Estado e o caráter múltiplo e aberto dos meios de comunicação dá transparência completa ao poder e impede a manipulação política. Thompson (e Giddens) considera(m) equivocada tanto a tese de que a cultura moderna e a ciência superaram definitivamente as tradições, como a idéia de que a modernidade e a ciência são apenas tradições contemporâneas que não se reconhecem, enquanto tal. O saber tradicional se modificou com a comunicação mediada, mas que ainda sobrevive na vida moderna através de várias formas simbólicas. A democracia não é apenas uma forma de governo, mas um regime simbólico moderno e tradicional ao mesmo tempo.

Mas, há outra forma de interpretar que a interação social configura as relações sociais! Além da *democracia deliberativa* (ou reforma midiática da democracia representativa) de Thompson, em que o

modelo dominante é a interação mediada não-recíproca à distância (ou relação um-muitos em formato audiovisual); há também a idéia de *Tecnodemocracia* (ou do retorno a democracia participativa através da inteligência coletiva), elaborada por Pierre Levy, em que a interação social dominante é a rede (ou relação muitos-muitos). A principal diferença entre as propostas de democracia deliberativa de Thompson e de tecnodemocracia de Levy é a questão da legitimidade dos mecanismos de representação do poder na cultura pós-moderna. Thompson acredita na racionalização dos interesses sociais através de uma mídia democrática; Levy deseja, a partir do controle social através da informação, reorganizar as relações com o Mercado, com o Estado e com o Meio ambiente.

Para Thompson, a modernidade ainda não terminou, nem chegou a suplantando completamente as culturas tradicionais e a globalização é a mera continuação de um processo histórico iniciado no iluminismo e ainda longe de se encerrar; e para Levy, há, a partir da contracultura, uma nova organização social do tempo e um novo regime visual de simultaneidade: o paradigma muitos-muitos. Thompson não desconhece a idéia de que a Internet permite uma interação múltipla face-a-face, mas não vê este modelo como um paradigma cultural

estruturante das relações sociais nas sociedades em rede e considera a proposta de retorno a democracia participativa uma ilusão 'plesbicitária'. Ambas as propostas, apenas atualizam o debate entre os pólos prescritivo e descritivo.

A simultaneidade midiática é uma nova forma de interação, que não só manipula os fatos que transmite, nem substitui completamente outras instituições; mas seleciona, enquadra e centraliza os acontecimentos, interpretando-os para o público. A imagem cultural da sociedade produzida pela mídia enquadra os fatos. É claro, que isto não esgota o assunto, nem do papel manipulador da mídia na democracia contemporânea, nem muito menos da possibilidade utópica de auto-organização da sociedade civil frente ao Estado através dos meios de comunicação, mas nos coloca os limites necessários para conclusão.

CONCLUSÃO

Richard Bernstein define política como simultaneamente luta, jogo e debate. Na luta, o objetivo é a destruição do inimigo; no jogo, a vitória sobre o adversário, obedecido a um conjunto de regras; no debate, o convencimento - e, portanto, a adesão do interlocutor e do público. Miguel adiciona um quarto aspecto: o espetáculo. (2000, p. 60-61)

Estas quatro características surgem nos discursos políticos de todos os tempos, mas, no discurso político mediado que aqui queremos caracterizar, há uma maior valorização dos aspectos subjetivos (o jogo e o espetáculo) em relação aos seus aspectos objetivos (a política como luta das forças e como debate racional).

O debate e o espetáculo se aproximam porque dependem de uma audiência, que aprova ou rejeita as ações dos atores; enquanto a luta e o jogo enfatizam a relação entre os adversários independente do público. Há uma luta que se desenvolve através do poder econômico e do uso da máquina governamental, há um jogo em que os atores políticos devem demonstrar sua capacidade em diversos itens, há um debate de idéias propostas para soluções dos problemas sociais e, finalmente, há uma apresentação teatral na mídia.

	Atores	Campo
Descritivo	Luta	Debate
Prescritivo	Jogo	Espetáculo

E estas distinções nos fornecem um mapa precioso para entender o quadro histórico-arqueológico das idéias políticas aqui descritas. Platão opunha a política-luta à política-debate, Aristóteles preferia contrapor a luta ao jogo. Transversalmente aos clássicos, Maquiavel combinava a política-luta à política-espetáculo; enquanto Rousseau, seu oposto simétrico, combinava a política-debate à política-jogo.

Marx e Lênin, adotando o modelo de Maquiavel assimilaram dialeticamente o pólo rousсенiano – transformando a legitimidade em legitimação, enquanto Weber e Gramsci fizeram o mesmo em uma perspectiva contrária, compreendendo o uso da força e da cultura dentro de um quadro de referências institucionais.

As principais formas discursivas do pós-guerra, a social-democracia e o discurso neo-liberal, são, na verdade, ‘substituições enganosas’ uma relação à polaridade anterior: no pólo prescritivo, o reformismo de Keynes ocupa o lugar dos idealistas Weber/Gramsci; e, no pólo descritivo, o cinismo de direita substitui o realismo de esquerda. Embora haja uma aparente homogeneidade entre os discursos da era industrial e do pós-guerra, há uma mudança dos discursos em relação a poder, que perdem sua característica crítica e passam a se preocupar em administrar a situação política da melhor forma.

Com a contracultura, no entanto, a política-espetáculo chega ao primeiro plano e as formas discursivas prescritivas e descritivas se modificam. Nesse contexto, devido ao fato de ser a única sem a presença de uma audiência ou público, a política-luta tornou-se invisível. Ela nunca foi discursiva (ao contrário da política-debate e da política-espetáculo, a política-jogo não é discursiva, mas tem aspectos

discursivos) e está pouco a pouco sendo constrangida a obedecer à lógica das políticas discursivas.

O diálogo entre formas discursivas prescritivas e descritivas, portanto, deve ser compreendido como um processo subjetivação, ou mesmo de sujeição da política à linguagem, em que a política-espetáculo, ao invés de ter sido criada pelos meios de comunicação, cumpre um papel fundamental na crítica das relações de poder.

O pólo prescritivo (Habermas-Giddens-Thompson) confunde a racionalidade dos objetivos da luta com a racionalidade do debate (contrapondo a força ao discurso e ignorando a diferença entre o debate e o espetáculo). E o pólo descritivo (Foucault-Maffesoli) tende à anulação do sujeito (da auto-referência do observador), não distinguindo o aspecto lúdico (o risco do jogo) do teatral (o desempenho da interpretação) da política.

Mas, a visibilidade do debate político e do espetáculo político apenas escondem a luta política e o jogo político. A diferença entre a retórica do discurso político clássico e a gramática imposta pelos meios de comunicação atuais é que os aspectos prescritivos do discurso político – o jogo e o espetáculo, antes tidos como idealistas, passaram a desempenhar um papel cada vez importante diante da correlação de forças

126
(da política-luta) e dos argumentos (da política-
debate).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus, Tradução: Oscar Paes Leme. Editora Vozes: Petrópolis, 1990.**
- AQUINO, São Tomas de. **Suma Teológica Parte I - Volumes 1 e 2. Edições Loyola: São Paulo, 2002.**
- ARISTÓTALES, **A Política.** Editora Martin Claret, 2004.
- BACON, Francis. **A Nova Atlântida.** Coleção Os Pensadores. Abril: S.Paulo, 1975.
- BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDENS, Anthony.
Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997. BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política.** Brasília: Editora da UnB, 2000.
- CAMPANELA, Tommaso. **A Cidade do Sol.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado.** RJ, Francisco Alves, 1978.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____ **As Palavras e as Coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____ **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____ **A História da Sexualidade I, II e III (A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si).** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985.
- DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de Jonh Maynard Keynes.** Teoria de uma economia monetária. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o ultimo homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____ **A terceira via.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

-
- O Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós.** Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o socialismo.** In Cadernos de Cárcere. Volume três. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- HAYDEK, F. **Os fundamentos da Liberdade.** Brasília: Editora UNB, 1983.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã.** São Paulo: Martin Claret, 2004 .
- LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Hucitec, 1987.
- LEVY, Pierre. **Tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LOCKE, John. **O Segundo Tratado sobre o Governo.** São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum – introdução à sociologia compreensiva.** Porto Alegre, Sulina, 2007.
- MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, ANPOCS, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX & ENGELS. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e Discurso Político - uma análise a partir da campanha eleitoral de1994.** (Tese de Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, 2000.
- MONTESQUIEU, **Do Espírito das Leis.** São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MORUS, Tomás. **A Utopia.** Porto Alegre, L&PM, 1997.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PLATÃO, A **República**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

POLANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns** – televisão e pós-pensamento. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004a.

_____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004b.

TEORIA DOS JOGOS A CONTRAPELO

Esboça-se aqui uma teoria geral dos jogos. Esta teoria, de forma abrangente e centrada na atividade lúdica em seu aspecto cognitivo, estuda apenas um dos aspectos semióticos da cultura ou da "segunda realidade". No caso específico dos jogos, pode-se falar de representação de conflitos em diálogos simbólicos. Em seguida, apresenta-se também a abordagem metodológica conhecida como "Escolha Racional" - que pressupõe que, do leque de ações possíveis numa situação dada, as pessoas escolham aquelas que maximizam as chances de conseguir suas metas e realizar seus projetos. Esta abordagem pode ser empreendida de diferentes modos e em diferentes escalas, mas que sempre se organiza como um modelo probabilístico da ação social. Por último, coloca-se ainda que, com a contextualização histórica e cultural das 'racionalidades' dos jogadores, as abordagens da escolha racional da teoria dos jogos pode ser aplicada com vantagens no estudo de processos eleitorais.

O lúdico como um fator simbólico

Antes de analisar detalhadamente a abordagem conhecida como "Teoria de Jogos e da Escolha Racional" e sua aplicação às Ciências Sociais, levanta-se, nesta breve introdução, duas questões

filosóficas mais gerais: a) a relação ao aspecto cognitivo da atividade lúdica e b) os diferentes tipos de jogos, classificados segundo sua relação com a idéia de ruído.

Este preâmbulo, demonstrando a natureza simbólica da atividade lúdica, é necessário para entender os limites e as críticas à Teoria da Escolha Racional aplicada à ação social. Dietmar Kamper estudando o jogo como metáfora da vida, chama a atenção sobre a discrepância estrutural entre "o método e o objeto" desta pesquisa, isto é, sobre a inadequação entre a atividade lúdica e o rigor científico dos discursos que pretendem estudá-la.

Norval Baitello Jr, a partir das idéias de Walter Benjamin (1985), aprofunda a questão do estudo (do) lúdico, afirmando que a dificuldade metodológica apenas espelha a dicotomia cultural e cognitiva entre o mundo adulto (e a lógica das "coisas necessárias") e o universo infantil (e do "aparentemente supérfluo"). (BAITELLO, 1997, 58)

Também neste mesmo sentido, **Edgar Morin** (1979:116-117) crê que a construção histórica do Homo Sapiens (homem do saber racional) teve como efeito colateral o (sub)desenvolvimento do Homo Demiens (homem-louco). O primeiro corresponde ao universo adulto e o último, ao mundo da desordem e

irracionalidade reprimida no inconsciente em seus diferentes aspectos.

Porém foi **Ivan Bystrina** (1995) quem melhor definiu o papel cognitivo da atividade lúdica em relação ao pensamento lógico. Para ele, há três níveis inter-relacionados de codificação de mensagens.

1. **Código primário ou hipo-lingüístico** – Os processos vitais são operações de câmbio informacional. O código genético, as trocas metabólicas, as sinapses cerebrais são os exemplos mais simples de códigos primários ou biológicos. Eles operam através de sinais simples e se organizam a partir da experiência e de regras predeterminadas dos sistemas vivos em sua evolução. Trata-se de um nível intra-individual de codificação e também pode ser chamado de “linguagem natural”.
2. **Código secundário ou lingüístico** – Algumas espécies animais desenvolvem uma consciência coletiva através de signos construídos a partir de uma estrutura comum – uma língua no sentido ampliado de também conter linguagens não-verbais, um sistema institucional de cognição coletiva. Trata-se de um nível inter-individual de codificação: “a comunicação social”.
3. **Código terciário ou hiper-lingüístico** – Aqui trata-se de um nível de codificação trans-individual, para além das instituições sociais, e que também pode ser chamado de “comunicação cultural”. Assim, este nível de codificação se constitui em uma “segunda realidade”, construída para perpetuar mensagens para futuras gerações.

Esta “segunda realidade” formada por nossos sonhos e desejos profundos teria suas origens ontológicas em quatro fontes possíveis: o sonho, as doenças mentais, o êxtase místico induzido e, finalmente, as atividades lúdicas dos jogos. Nesta

ótica, a superfluidade da atividade lúdica resulta da perda de nexos reconhecíveis com as necessidades imediatas de sobrevivência. A segunda realidade é o "não-sério" e os jogos são uma das quatro portas com que entramos deste universo simbólico.

Existem 4 tipos ideais de jogos diferentes:

Agon, Alea, Mimicry, Ilynx.

Os Jogos de Azar (a roleta, por exemplo). O ruído aqui é Objetivo e equivale ao acaso. Calcula-se a probabilidade (1/6 de chances em jogo de dados, por exemplo) e compara-se com os resultados empíricos. Obtém-se, então, um quadro analógico entre um modelo ideal (as "condições iniciais") e os resultados.

Os Jogos de Adivinhação (como o jogo de búzios). O ruído é Subjetivo e dificulta a comunicação com o futuro ou com os espíritos. Aqui não existe um "resultado errado" ou discrepante do modelo, todo ruído é, por definição, ignorância do receptor que não consegue decodificar a mensagem. A Hermenêutica, ou Teoria da Interpretação, é que aprofunda este estudo mais subjetivo do ruído.

Os Jogos de Performance são aqueles em que o desempenho individual é determinante. O ruído aqui é, em parte ambiental, em parte cognitivo. O golfe, o surf e o "jogo de paciência" são alguns dos jogos que combinam acaso e auto-conhecimento. Para estudar tais jogos é preciso tanto considerar as variações e discrepâncias probabilísticas de cada jogo (compreendido como um conjunto de regras e possibilidades lógicas) como também os diferentes níveis de intencionalidade e consciência de seus jogadores.

E, finalmente, **os Jogos Competitivos**, que tanto podem ser de estratégia pura (como o xadrez, por exemplo) como baseados na força, na velocidade ou em outras qualidades físicas e psicológicas. Estes jogos é que geralmente são estudados na chamada Teoria de Jogos

de Soma Zero. O ruído aqui é Intersubjetivo e consiste em uma forma enganar o adversário ou de ser enganado por ele.

Mas, na prática, a maioria dos jogos é uma combinação dessas modalidades ideais. Um jogo de pôquer ou de futebol implica tanto em sorte (ou escapar ao ruído objetivo), assertividade (ou não se confundir com o ruído subjetivo) e blefe (ou enganar e não ser enganado pelo ruído intersubjetivo). Nesta classificação, o interessante é a diferenciação dos tipos de ruído. Nos três primeiros tipos de jogos (de Azar, de Adivinhação e de Performance) o ruído corresponde ao que Nobert Wiener chamou de irracionalidade do "Diabo Agostiniano", enquanto os jogos competitivos (ou de soma zero) estão associados à irracionalidade do "Diabo Maniqueu".

Para compreender esta analogia é preciso lembrar que Santo Agostinho, antes de ser Bispo de Hipona, participou da seita herética dos maniqueus. Os maniqueus acreditavam louvar a totalidade de Deus, adorando tanto o Cristo quanto o Diabo. Para esta seita (de onde deriva a palavra "maniqueísmo"), o bem e o mal são princípios opostos e complementares que formam, juntos, a totalidade divina. Agostinho, no entanto, rompeu com essa concepção quando elaborou a doutrina do pecado original, segundo a qual Deus é infinitamente bom e

misericordioso, e o mal só existe por causa do próprio homem, que foi expulso do Éden e agora luta para retornar a sua condição original. Wiener diz que a ciência (ou a relação entre o homem e a natureza) corresponde à luta contra a irracionalidade do diabo agostiniano porque a natureza não inventa ardis para nos enganar e o ruído resulta de nossa própria ignorância; ao passo que a política (ou a relação dos homens entre si) representa um embate contra a irracionalidade do diabo maniqueu em que o ruído é utilizado para enganar o adversário. Ou seja: nos três primeiros tipos de jogos predomina uma desordem legítima, o "mal positivo", enquanto nos jogos competitivos há também uma irracionalidade desnecessária ou maligna, que consiste justamente em saber se utilizar do ruído em benefício próprio. Os jogos de dois jogadores com soma zero são o principal objeto de estudo da teoria matemática dos jogos - que apresentamos a seguir. Diz-se que um jogo é de soma zero se o total dos ganhos ao final da partida é nulo, isto é, se o total de ganhos é igual ao total de perdas. E a aplicação desta teoria destes jogos não-cooperativos (entre dois ou mais jogadores) ao universo da vida social deu origem a Teoria da Escolha Racional e as suas diferentes interpretações.

Teoria matemática dos Jogos

Teoria dos Jogos é a análise matemática de qualquer situação na qual apareça um conflito de interesses, com a intenção de encontrar as opções ótimas para que, nas circunstâncias determinadas, consiga-se o resultado desejado.

A teoria tem três gerações diferentes: Von Neumann & Morgenstern, os criadores da Teoria dos Jogos; Anderson & Moore, responsáveis pela passagem da teoria clássica para a moderna, caracterizada pela idéia de 'informação incompleta'; e Robert Aumann, responsável pela noção de racionalidade bayesiana e pela ampliação da incerteza no cálculo das escolhas.

Os matemáticos John von Neumann e Oskar Morgenstern (1944) lançaram as bases desta teoria no clássico **Theory of Games and Economic Behavior**, que interpretava as escolhas racionais e os acontecimentos sociais por meio dos modelos de jogos de estratégia, ou seja, diante de uma certa gama de opções, os agentes escolheriam aquelas estratégias de ação que lhes fossem mais vantajosas de acordo com um cálculo acerca de sua probabilidade e satisfação máxima de sua utilidade. Uma estratégia é a lista de opções ótimas para cada jogador, em qualquer momento do jogo. Calcada sobre fortes alicerces matemáticos, a Teoria dos Jogos propôs uma

nova maneira de formalizar os princípios da ciência política, a partir do comportamento e preferências subjetivas.

Von Neumann & Morgenstern tinham o projeto de "construir uma teoria inequívoca da racionalidade para situações cujo modelo é um jogo, onde toda ação está condicionada em alguma medida pela expectativa das reações que ela pode engendrar". Porém, ao mesmo tempo, a aplicação preferencial deste modelo à economia, manteve a abordagem ainda bem distante deste objetivo teórico mais geral.

Para poder deduzir as estratégias ótimas sob diferentes hipóteses quanto ao comportamento do resto dos agentes, a teoria da Escolha Racional tem que analisar diferentes aspectos: as conseqüências das diversas estratégias possíveis, as possíveis alianças entre "jogadores", o grau de compromisso dos contratos entre eles e o grau em que cada jogo pode se repetir, proporcionando a todos os jogadores, a informação sobre as diferentes estratégias possíveis.

Assim, com **Anderson & Moore** (1962), surgem as probabilidades subjetivas e a teoria da Escolha Racional se torna mais psicológica. Eles comparam a abordagem da Escolha Racional à comportamentalista através da analogia entre o jogo e o enigma (puzzle). Neste contraste, o puzzle

caracteriza uma situação de incerteza externa, em que há algo que se ignora e cujo conhecimento implica na solução do problema; enquanto no jogo há uma situação de incerteza interna, nas quais as próprias tentativas de se alcançar uma solução afeta os termos do problema que se quer solucionar. Uma vez que a ignorância e o conhecimento dos jogadores passam a ser estimados como ruído, as idéias de 'informação incompleta' e de 'utilidade esperada' passam a desempenhar um papel fundamental na Escolha Racional. Troca-se o modelo de jogadores completamente informados em uma racionalidade coletiva perfeita por um modelo em que a intenção e as expectativas em relação aos outros passam a ser decisivas.

Assim, destacam-se os interesses (individuais, corporativos ou públicos) e o cálculo racional orientado por eles, porém só recentemente passou-se a considerar também o papel dos valores culturais e das normas sociais no comportamento pessoal.

Com **Robert Aumann** (1987), a teoria da Escolha Racional dará um novo passo, combinando probabilidades lógica e subjetivas dos jogadores em seu modelo e adotando definitivamente as idéias de 'mundo aberto' e 'observador externo'.

Aumann amplia o papel da incerteza porque não distingue jogo e puzzle, isto é, não faz distinção entre o ruído externo e o intersubjetivo. Neste modelo, o observador é sempre um meta-jogador. Com isto, o Jogo, então, passa a ser uma questão de (auto) Conhecimento. Se o comportamento das pessoas numa situação dada é eficaz para promover seus interesses, é fácil supor que um modelo científico baseado na escolha racional 'explique' esse comportamento. Aumann observa que, levando em conta um determinado número de ações interdependentes, não há um único resultado final, mas sim um número indeterminado de soluções possíveis, de equilíbrios relativos para o sistema. O número de possíveis "soluções" se multiplica bastante se admitirmos que as pessoas reais geralmente buscam táticas suficientes para a realização de suas metas imediatas e não estratégias ótimas.

Para lidar com esta complexidade de resultados possíveis, os teóricos da Escolha Racional mais sofisticados introduziram a noção de "informação imperfeita" por meio da distinção entre "incerteza" e "risco": enfrentando o risco, os jogadores são capazes de atribuir probabilidades aos vários resultados, ao passo que, confrontadas com situações de incerteza, não são capazes de fazê-lo. Surge assim o cálculo da

"utilidade esperada" ou do "valor estimado" de cada ação quando enfrentam o risco¹⁴.

Integrando teorias

Com base nesta breve exposição da teoria dos jogos e das diferentes gerações teóricas da Escolha Racional, pode-se agora ver que a grande vantagem dessa abordagem é a forma como integra as relações entre micro/macro, entre ação/estrutura e entre indivíduo/instituição em um único modelo; e sua grande desvantagem é a descontextualização histórica e cultural dos jogadores. Entende-se aqui 'racionalidade' como a capacidade de adequar meios aos fins, condições às possibilidades, normas aos interesses; no entanto, sem reduzi-la ao seu aspecto instrumental¹⁵.

¹⁴Para obter a "utilidade esperada" é necessário, primeiro, multiplicar para cada resultado, X_i , a sua utilidade U_i pela sua probabilidade de ocorrência P_i . A utilidade esperada, então, corresponde à soma destas multiplicações: $U_1.P_1 + U_2.P_2 + \dots + U_i.P_i + \dots + U_n.P_n$ (com n representando o número de possíveis resultados). Quando existe incerteza, P_i não pode ser calculado e, conseqüentemente, a utilidade esperada também é indeterminada.

¹⁵Discorda-se assim da Teoria da Ação Comunicativa de Habermans que distingue a racionalidade instrumental das racionalidades estratégica e hermenêutica. Toda ação racional é simultaneamente instrumental, estratégica e simbólica: a racionalidade é bombardeada por ruídos objetivos do ambiente, por ruídos intersubjetivos dos adversários e pelo próprio ruído subjetivo ao mesmo tempo.

A vida não é um jogo entre máquinas calculadoras programadas com objetivos e dados variados. De forma que a teoria dos jogos vale mais como uma heurística do que como uma teoria de conceitos matemáticos de solução para situações estratégicas. Indo mais além, a teoria dos jogos é uma teoria viva, que afeta indelevelmente o mundo que estuda. Esta dupla valência, reflexiva e transformadora, faz com que ela ocupe um lugar impar em relação à representação, pois nos revela tanto o lado lógico dos jogos, mas também o lado lúdico da linguagem.

De modo, que as limitações da teoria da Escolha Racional podem ser minimizadas pela sua inclusão em teorias mais abrangentes e complexas, observando a contextualização dos jogadores em situações históricas e culturais concretas, que dê conta de todo processo de significação social. Há inclusive várias tentativas de promover esta integração entre escolha racional e os fatores culturais, principalmente em estudos eleitorais.

Por exemplo, para o livro **A decisão de Voto no Brasil** (SILVEIRA, 1998) faz uma revisão dos estudos do comportamento eleitoral brasileiro, observando diferentes explicações para manutenção e mudança do voto: o clientelismo, a identificação

partidária, as clivagens sócio-culturais, o personalismo e, mais recentemente, a teoria da escolha racional e o 'efeito da mídia'. Cada uma dessas explicações é vista como parte integrante de um mesmo contexto histórico.

Clientelismo – O clientelismo é a prática da troca do voto por vantagens pessoais, políticas ou familiares. Com a troca de favores, o político se torna freguês do eleitor e vice-versa. Até 1930, o clientelismo era o elemento central de explicação do comportamento eleitoral brasileiro. Para Silveira, apesar de hoje ele desempenhar um papel secundário, a estrutura clientelista de poder ainda é bastante presente na sociedade brasileira, principalmente nas relações entre os executivos e os legislativos federal, estaduais e municipais. (SILVEIRA, 1998, p.13)

Identificação partidária – Quando o comportamento eleitoral é determinado pela preferência programática do eleitor, que vota nas idéias e propostas do partido com o qual se identifica. A identificação partidária foi considerada como elemento-chave de explicação do comportamento eleitoral para a maioria dos estudos sociológicos dos EUA nos anos 50 e 60. No Brasil, há um mito de que o comportamento eleitoral é basicamente clientelista e personalista, havendo pouca identificação partidária. (1998, p.13)

Clivagens sócio-culturais – Renda familiar, nível cultural e de escolaridade, participação comunitária, acesso à informação de cidadania, entre outros fatores como condicionantes do comportamento eleitoral. Os estudos mais antigos enfatizam as clivagens mais econômicas (a classe social ou a renda), enquanto as abordagens mais recentes ressaltam a idéia de sofisticação política. (p. 24.)

Personalismo – Quando o fator determinante do comportamento eleitoral é o carisma do candidato. Os estudos clássicos sobre comportamento eleitoral costumam opor-se à identificação partidária e ao personalismo: onde se vota nos partidos, não se vota

nas pessoas. Mas, os comportamentos se sobrepõem uns aos outros: no Brasil, o comportamento clientelista se tornou partidário no Chaguismo¹⁶ e pode-se até falar de um clientelismo eletrônico no caso do assistencialismo dos políticos evangélicos através da mídia. (p.48)

Porém, ao mesmo tempo em que vislumbra uma sobreposição de vários comportamentos eleitorais, Silveira crê que o eleitor na era da mídia e do *marketing político* se torna cada vez mais volúvel e imprevisível. Há uma tendência à 'volatilidade eleitoral': um grande número de eleitores com comportamento imprevisível deixam para escolher seus candidatos na última hora, de acordo com o debate e com a opinião pública. Para explicar este novo comportamento, há duas formas de pensar: a teoria da escolha racional e a hipótese de um eleitor-consumidor. (1998, p.206)

A hipótese do eleitor consumidor. Para Silveira há emergência de um novo comportamento não-racional, produto de mudanças políticas, comportamentais e tecnológicas, recentes e instauradas pelos meios de comunicação. Neste comportamento, a imagem dos candidatos é o elemento-chave para a decisão de voto. Silveira acredita ainda que este comportamento eleitoral volúvel se alastra cada vez mais e se tornará dominante, ameaçando a democracia.

A teoria da escolha racional – Outra forma de explicação contemporânea do comportamento eleitoral é a da 'Escolha racional', segundo a qual cada indivíduo vota

¹⁶Grupo político do ex-governador Chagas Freitas no Rio de Janeiro, que aliava o discurso político do MDB durante a ditadura militar ao clientelismo político.

de acordo com seus interesses. Para Silveira, o voto de escolha racional é apenas uma parte do comportamento do conjunto do eleitorado e o grande erro dessa teoria é o de pensar que todos os eleitores escolhem seus candidatos racionalmente.

Silveira subdivide os comportamentos eleitorais em 3 grupos: comportamento não-racional tradicional (baseado na lealdade, na tradição e em relações de dependência duráveis); comportamento racional; e novo comportamento não-racional (baseado na sensibilidade individual de caráter instável e volúvel). Segundo o autor, este terceiro tipo de comportamento eleitoral desenvolvido a partir da linguagem da mídia, está se generalizando e tende a se tornar dominante.

Com base nessa tipologia, Silveira elabora 26 modalidades de voto: as modalidades por identificação (personalismo tradicional, personalismo ideológico, decisão por imagem do candidato, partidarismo tradicional, partidarismo ideológico, decisão pela imagem do partido, identificação grupal tradicional, identificação grupal ideológica e identificação pela imagem grupal pontual); as modalidades clientelistas (clientelismo personalista tradicional, clientelismo partidário tradicional, clientelismo personalista pragmático e clientelismo partidário pragmático); as modalidades racionais (cálculo racional estratégico, decisão ideológica

autônoma, delegação em função de interesses, delegação em função de valores, pragmatismo desinformado e alienação intencional racional); as modalidades por delegação de voto; e, finalmente, as formas de alienação eleitoral (por valores, por desinformação e por sentimentos). (1998, p.109)

Para chegar a essas categorias de análise empírica e construir sua tipologia ideal de comportamento em relação à racionalidade, Silveira se baseia em duas distinções simétricas: a diferença entre o antigo e o novo tipo de comportamentos não-rationais e a diferença entre o comportamento racional e o novo comportamento não racional. A diferença entre os antigos e os novos tipos de comportamentos não-rationais é que, enquanto o comportamento tradicional é uma relação durável, repetida, contínua, com laços de lealdade; o novo comportamento midiático é instável, mutável, descontínuo, volátil. O primeiro se baseia em uma interação social que envolve dependência, subordinação e até coerção; o segundo implica em uma autonomia individual relativa e em uma liberdade de decisão limitada. Para Silveira, o antigo comportamento eleitoral não-rationais implicava em uma perda da identidade, no qual se tinha uma confiança incondicional; enquanto o novo comportamento eleitoral não-rationais é uma

afirmação da própria identidade, uma consulta à sensibilidade, que pode levar ao apoio ou à reprovação circunstancial dos atores políticos.

Outra distinção-chave sustentada por Silveira é a diferença entre o comportamento racional e o novo comportamento não-racional. Para ele, o comportamento de tipo racional é aquele que defende seus interesses de forma lógica, geral, tomando decisões calculadas a partir de conteúdos políticos; enquanto, “a nova escolha não-racional” é formada por decisões imediatas e volúveis, motivada a partir de imagens e símbolos, uma compulsão ao apelo emocional travestido de uma consulta à sensibilidade e ao bom gosto do eleitor. Silveira afirma que o comportamento racional é resultante de critérios objetivos universais, enquanto o comportamento midiático é fruto de critérios subjetivos, singulares; que, enquanto um crê na representação conceitual da realidade e na veracidade dos fatos de forma abstrata, geral e homogênea, o outro constrói uma representação simbólica do mundo com base na autenticidade de várias referências concretas e heterogêneas.

Tais distinções, no entanto, são bastante questionáveis, uma vez que não há, nem uma racionalidade pura, nem um comportamento puramente irracional. Na verdade, Silveira faz uma

interpretação das idéias de Max Weber, traçando uma correspondência entre as “formas de dominação legítima - legal, tradicional e carismática” (WEBER, 1992, p. 349-359) - com seus tipos de comportamento eleitoral. Weber, no entanto, não reduzia a racionalidade à dominação legal (por regras) ou à ação por objetivos. Para ele, haveria também racionalidades orientadas por valores (tradicional e carismáticas). De modo que a tipologia de Silveira e o comportamento eleitoral midiático implicam em uma redução da noção de racionalidade.

Outro contraste interessante, é que Max Weber acreditava na crescente burocratização das sociedades modernas e no predomínio da racionalidade por objetivos, em detrimento das formas de dominação legítimas tradicionais, enquanto Silveira parece crer, de forma velada, em um crescente predomínio do comportamento midiático ou de uma dominação legítima do tipo carismática – o que, segundo o autor, ameaçaria a democracia. (SILVEIRA, 1998, p.230)

Apesar dessas incongruências, o trabalho de Silveira marca um passo importante no debate teórico brasileiro sobre a relação entre os meios de comunicação e os processos eleitorais. O novo comportamento não-racional proposto por Silveira é

apoiado em pesquisas de opinião quantitativa e de volatilidade eleitoral, que aponta para uma crescente imprevisibilidade (que não havia nos comportamentos clientelista e de identificação partidária). Para ele, esse comportamento, visível na crescente apatia política dos jovens de melhor instrução e renda, está se generalizando. E, é esse novo comportamento eleitoral que surge nas eleições presidenciais brasileiras a partir de 1989 – como se demonstra mais adiante.

Crítica à irracionalidade brasileira

No livro **A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais** (CARREIRÃO, 2002) é um dos que criticam a pretensa irracionalidade do eleitor brasileiro, postulada por Silveira. O autor não considera que seja irracional ou pouco racional, por exemplo, o eleitor que decide seu voto levando em conta os atributos pessoais dos candidatos. Sendo assim, mesmo considerando que as recentes eleições presidenciais brasileiras seguem uma racionalidade diferente da lógica dos comportamentos tradicionais (clientelista e de identificação partidária), pretende estabelecer as bases para análise de outra racionalidade (de um novo comportamento eleitoral). Em seu modelo, há quatro fatores principais de determinação do voto nas campanhas presidências:

As imagens políticas dos candidatos e partidos (formadas pelos eleitores). Imagem política, isto é: a personalidade pública, um perfil trabalhado de uma pessoa, instituição, empresa, produto, serviço, etc; este perfil ressalta algumas características e omite outras, segundo pesquisas de audiência. Assim, o voto a partir da imagem partidária não tem nada a ver com a identificação partidária clássica (CARREIRÃO, 2002, p.44). Mas, enquanto a noção de imagem partidária implica na noção de posicionamento político 'direita-esquerda'; a noção de imagem dos candidatos implicaria ainda na identidade (ou rejeição) em relação aos valores dos eleitores. Carreirão apresenta duas variações (Castro e Singer) da tese de que foi a imagem política de "pai dos pobres", o populismo em uma versão midiática, que elegeu Collor presidente. Coutinho (1995) também enfatiza o poder mítico do grande pai, no imaginário eleitoral brasileiro de 89.

A avaliação de desempenho. Embora sem admiti-lo explicitamente, para Carreirão, o desempenho econômico do governo, principalmente em relação ao controle da inflação, é o principal fator determinante de voto no período de 86/98. Ele subdivide a idéia de desempenho, tanto do ponto de vista retrospectivo (como o eleitor avalia o governo em exercício), como do prospectivo (como o eleitor avalia o candidato governista). Carreirão, no entanto, se apóia em pesquisas qualitativas de terceiros. Para se saber realmente qual o peso que a avaliação do desempenho de governo e dos candidatos têm no eleitorado, seria necessário desenvolver pesquisas estatísticas quantitativas. Também é preciso pensar que o efeito da inflação é amplificado pela mídia, muitas vezes se acelerando ou retardando. Em 2002, aconteceu o contrário: a 'causa' (a inflação) foi utilizada como argumento para a construção da avaliação de desempenho futuro negativo de Lula: se ele ganhar, a inflação vai disparar. Pela primeira vez, a avaliação de desempenho prospectiva do candidato do PT superou a avaliação de desempenho retrospectiva do governo FHC.

A avaliação dos atributos pessoais dos candidatos. Os principais atributos pessoais dos candidatos para o eleitor, segundo Carreirão, são a competência e a

honestidade, ou seja, as garantias de bom desempenho. Nada de magnetismo pessoal ou personalidade carismática – o eleitor vota em quem acredita ser mais capaz. Votou em FHC em 98 porque o considerou mais preparado. Novamente temos aqui uma inferência difícil de aceitar ou de recusar, uma vez que se trata de uma opinião fundamentada em pesquisas qualitativas. Em todo caso, este ponto demonstra uma preocupação de estabelecer critérios racionais em relação às escolhas personalistas.

- O nível de sofisticação política dos eleitores (reduzido à sua escolaridade por motivos de simplificação de análise). Carreirão estabelece, ainda, uma relação entre essas três avaliações (imagens políticas partidárias e de candidato; de desempenho retrospectivo e prospectivo do governo em exercício; e dos atributos pessoais dos candidatos) em relação ao nível de escolaridade dos eleitores entrevistados. Aqui ficará visível o paradoxo, indicado por vários autores nas três primeiras eleições presidenciais, de que as populações com menores renda e escolaridade votaram em Collor e em FHC; enquanto Lula foi preferido pelas elites culturais do País. Porém, a eleição de 2002 mudou este comportamento eleitoral brasileiro.

Carreirão ignora a linguagem da mídia como fator de condicionamento eleitoral e critica explicitamente as idéias de Silveira, principalmente no que diz respeito à distinção entre comportamento racional e irracional. Por outro lado, suas hipóteses de racionalidade para o voto nas eleições presidenciais brasileiras também carecem de comprovação estatística quantitativa, limitando-se apenas a levantar as possibilidades subjetivas desse novo tipo de voto. Porém, para saber se *a imagem do candidato* pesa mais ou menos que *a avaliação de desempenho*

do governo em exercício ter-se-ia que recorrer a outros métodos de investigação.

Pode-se traçar uma perspectiva intermediária entre os extremos, que nem valorize o irracionalismo diante dos comportamentos tradicionais e pragmáticos – como sonha Silveira; nem que, por outro lado, afirme que o eleitor brasileiro não é irracional – como pensa Carreirão. Em nossa perspectiva, quando as pessoas têm interesses ou metas relativamente claros, a Escolha Racional pode identificar problemas que elas têm que resolver para conseguir o que querem. Mas, o ‘como’ e o ‘porquê’ elas querem o que querem, sempre será uma questão extra-racional formada por fatores históricos e sociais. Há sempre em cada comportamento eleitoral uma conjunção de dois fatores: um componente racional, que tende ao jogo de interesses; e um componente simbólico prescritivo, formado por um sistema de regras, crenças e valores.

Assim, é preliminar definir quem tem interesses e metas claros e quem não os tem. Há diferentes níveis de informação entre a ignorância e a consciência dos próprios interesses. Quanto mais conscientes todos forem não apenas dos próprios interesses, mas, sobretudo, dos interesses dos outros, mais a abordagem da Escolha Racional será capaz de

calcular e antecipar o resultado da eleição, por exemplo. Em contrapartida, quanto menos conscientes dos próprios interesses e dos interesses alheios, menores serão a possibilidade de cálculo. Sendo assim pode-se concluir que onde o voto é simbólico, não há escolha racional e, inversamente, onde há cultura política (ou um alto nível de sofisticação política) as normas prevalecem sobre os interesses.

Ricos de esquerda, pobres de direita!

Mas, nada é mais falso e é justamente esse mito que **Democracia, Civismo e Cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade** (REIS e CASTRO, 2001) desmascara: mesmo entre eleitores com ‘alto grau de sofisticação política’ encontra-se comportamentos cínicos, em que os interesses parciais suplantam o interesse comum e as regras do jogo democrático. O artigo mostra a mediação complexa exercida por vários tipos de fatores (escolaridade, disposição democrática, posição sobre direitos civis, entre outros) com um índice de ‘sofisticação política do comportamento eleitoral’, ou entre “a adesão a normas e o apego ao interesse próprio”¹⁷.

¹⁷Quando se fala de ‘normas’ em oposição a ‘interesses’, refere-se às noções de ‘regras e princípios estruturais’ pré-convencionais e não a ‘leis’ consensualmente

Não podemos aqui comentar em detalhe essa pesquisa, porém endossamos algumas de suas principais conclusões parciais¹⁸:

- a) Não se pode imaginar uma racionalidade política sem enquadrá-la em seu contexto social;
- b) O comportamento eleitoral ideológico (ou idealismo cívico para os autores) não corresponde à mera alienação de seus interesses;
- c) O comportamento eleitoral fisiológico (ou realismo cínico) não exclui o papel condicionante dos valores e dos costumes nas intenções de voto; e, finalmente, d) os fatores cognitivo e prescritivo - ou interesses x normas, possibilidades x condições, realismo cínico x idealismo cívico - são irreduzíveis e inseparáveis, se reproduzindo em múltiplos níveis e de diferentes modos.

Aliás, as categorias de 'idealismo cívico' e 'realismo cínico' desenvolvidas por Reis e Castro são equivalentes às noções de 'ética da convicção' (a racionalidade orientada por valores) e de 'ética da responsabilidade' (a racionalidade orientada por objetivos) - forjadas por Weber. Prefere-se aqui utilizar os termos 'Descritivo' (Como é) e 'Prescritivo' (Como deve ser) como modos discursivos alternados e não como éticas fechadas porque é possível, dada a

instituídas, como na tradição rousseauiana.

¹⁸Na verdade, o artigo discute a questão da democracia, que não nos interessa diretamente aqui. A questão é como romper com um equilíbrio indesejável (ou círculo vicioso) e substituí-lo por um equilíbrio auto-positivo justo.

complexidade da política, ser descritivo em relação a alguns pontos e prescritivo em relação a outros.

E nossa objeção central a Silveira, portanto, está, não em caracterizar um novo comportamento eleitoral ou social em relação ao tradicionalismo e à modernidade, mas sim, em considerá-lo menos racional que outros comportamentos e de generalizá-lo indiscriminadamente como sendo dominante e nocivo à democracia. É preciso delimitar exatamente onde e em que medida este novo comportamento midiático se apresenta e qual seu peso específico em cada eleição.

Aliás, pode-se inclusive, utilizando essas noções, pensar que Silveira adota a perspectiva mais prescritiva, tentando compreender a abordagem da escolha racional da teoria dos jogos em uma teoria de tipos ideais, enquanto Carreirão prefere elaborar ferramentas descritivas para explicar a racionalidade do comportamento midiático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, A.R. e MOORE, O.K. "**Some puzzling aspects of social interaction**". *The Review of Metaphysics*, XV, 3, 59; 1962.
- AUMANN, R. , "**Game theory**". *The new palgrave — a dictionary of economics*, Londres, The Macmillan Press Limited, 1987.
- BAITELLO JR., N. **O animal que parou os relógios**. São Paulo: Annablume, 1997.
- BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas*, v. I, **Magia e técnica, arte e política**. (trad. S.P. Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BYSTRINA, I. **Tópicos de Semiótica da Cultura**. São Paulo: PUC/SP, 1995.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. 2002. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais.) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro, ed.Tempo Brasileiro, 1984.
- MORIN, Edgar. Método III: **O Conhecimento do Conhecimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.
- REIS, Fábio Wanderley & CASTRO, Mônica Mata Machado de. **Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade**. *Revista brasileira Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, 2001.
- MORIN, E. **O Método, volume primeiro, A natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977; **O Método 2 - A Vida da Vida**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980; **O Método 3 - O Conhecimento do Conhecimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986; e **O Método 4 - As Idéias - Habitat, costumes, organização**. Porto Alegre: Editora Sulina: 1998.

- SILVEIRA, Flavio E. **A Decisão do Voto no Brasil**. 1998 (Tese de doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.
- WIENER, Norberto. **Cibernética e Sociedade**. São Paulo: Cultrix, 1954.
- VON NEUMANN, J. e MORGENSTERN, O. **The theory of games and economic behavior**. Princeton, Princeton University Press, 1944.

HERMENÊUTICA, TEORIA POLÍTICA E IMAGEM PÚBLICA¹⁹

Trata-se aqui da integração conceitual e teórica de três elementos distintos: a metodologia hermenêutica, a teoria (sociológica da) política e a noção de Imagem Pública.

Primeiro: o que é hermenêutica?

O método hermenêutico surgiu com a tradução da Bíblia judaica para o grego, por volta do ano zero e por muitos séculos foi associado à leitura do Velho Testamento. Por extensão, em teologia, a hermenêutica é o estudo dos diferentes sentidos das escrituras sagradas. Neste sentido, a palavra se confunde com a noção de 'leitura' ou interpretação. Porém, no campo do Direito, há uma distinção e uma simetria entre esses termos. "A Hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar" (MAXIMILIANO, 1997, p. 13). Não se deve, portanto, tomar 'hermenêutica' como sinônimo de 'interpretação', uma vez que a primeira descobre e fixa os princípios que norteiam a segunda. Uma é ciência; a outra, arte. Porém, além dos campos do Direito e da Teologia,

¹⁹Trabalho apresentado no 1º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, UFBA, 2006.

houve uma progressiva generalização filosófica da noção de 'hermenêutica'.

Na modernidade, surgiu nas obras de W. Dilthey e Hans G. Gadamer como uma forma de transposição analógica da subjetividade, em que se pode compreender o outro a partir do próprio interior. No campo filosófico contemporâneo, a griff 'hermenêutica' caracteriza um grupo de autores europeus (Dumezil, Eliade, Ricoeur) que estudam a história das religiões (e do pensamento filosófico em geral) em uma perspectiva, ao mesmo tempo, arqueológica, fenomenológica e existencial. No entanto, aqui também existem convergências e divergências. Tanto há diferentes campos de investigação contemporânea em que a palavra 'hermenêutica' aparece como estudo do simbólico - na psicanálise dos sonhos e da imaginação, na crítica literária das imagens poéticas e no estudo dos mitos e das religiões em sociedades arcaicas.

Mas foi Paul Ricoeur o grande codificador da hermenêutica contemporânea, acrescentando à base teórica psicanalítica, outros conceitos e enfoques como a fenomenologia, a perspectiva historicista e o estruturalismo de Lacan.

Em **O Conflito das Interpretações** (RICOEUR, 1988), a hermenêutica é uma parte da

fenomenologia que estuda o simbólico. Enquanto o círculo de recorrência semiótica se limita ao universo dos interlocutores através do discurso, o círculo hermenêutico comporta ainda a presença de outros agentes e objetos em um universo mais vasto e aberto a influências inesperadas.

O círculo hermenêutico se caracteriza ainda pelo conflito entre duas estratégias de interpretação opostas, complementares e irreduzíveis: o discurso arqueológico e o discurso teleológico.

Estratégia Arqueológica	Estratégia Teleológica
Dialética entre passado e presente	Dialética entre presente e futuro
Causas, origem, determinantes	Finalidade, sentido, possibilidades
Estudo das Necessidades	Estudo das Probabilidades

Em meados dos anos 70, Ricoeur fez duas autocríticas: a noção de símbolo como duplo sentido da referência será reavaliada em relação à teoria da metáfora. As placas de trânsito são signos visuais (arbitrários); a mantra AUM é um símbolo sonoro. Mas, são exceções: a maioria dos signos é sonora; a maioria dos símbolos, visual. E a troca de foco da noção freudiana de símbolo pela de metáfora se dá através de uma domesticação do caráter cognitivo da imagem – presente nas narrativas oníricas - pelo discurso verbal do texto escrito.

A Metáfora Viva (RICOEUR, 2000) traça uma teoria da metáfora passando por três domínios: a semiótica, a semântica e a hermenêutica. Inicialmente, Ricoeur demonstra a diferença entre semiótica centrada na palavra ou de “um signo do código lexical” e da semântica centrada na frase de uma relação entre sujeito, objeto e uma ação verbal (p. 109). Neste contexto, a metáfora não mais um caso de ‘denominação desviante’ mas, sim de ‘predicação impertinente’, em que o sentido se expressa.

	Unidade	Objeto	Expressividade
Semiótica	Signo	Palavra	Significante
Semântica	Frase	Enunciado	Conotação
Hermenêutica	Discurso	Texto	Mito - Imagem

A partir desta mudança do foco no simbólico-visual para o metafórico-discursivo, Ricoeur então, adotará uma definição mais ampla de sua filosofia da linguagem. O mais importante, no entanto, é que este enfoque permite localizar o lado estético do discurso político e o lado engajado do discurso artístico sem confundí-los.

Mais que uma intercessão, a metáfora é um vértice em que os dois discursos nascem (e se renovam), se desenvolvendo em sentidos opostos: o discurso político em direção ao convencimento racional (flertando com o discurso científico) e o

discurso poético, ao contrário, voltado para o êxtase e encantamento.

No livro **Teoria da Interpretação** (RICOEUR, 1999), a hermenêutica é a teoria da interpretação dos discursos e da dialética entre Explicação e Compreensão. 'Explicar' é quando tentamos descrever um fato ou objeto externo (a referência), em que nossas hipóteses, leis e teorias se submetem à verificação empírica da realidade, quando temos transmitir uma informação clara sobre algo. Explicar é uma operação analítica das formas discursivas e compreender é uma operação sintética do conteúdo proposicional do discurso. Compreensão é o entendimento semântico do que as mensagens significam.

	Referência	Mensagem
Emissor	Explicação	
Receptor		Compreensão

A dialética entre explicação e compreensão tem um caráter tanto cognitivo quanto epistemológico. Do ponto de vista cognitivo, ela representa a relação dos interlocutores do discurso com a mensagem e sua referência; do ponto de vista epistemológico, a explicação tende à objetividade científica e à relação com o meio ambiente, enquanto a compreensão tende mais para intersubjetividade cultural. Devido a esta característica dupla -

explicativa e compreensiva - muitos trabalhos utilizam a hermenêutica para estudar o discurso científico e para a análise compreensiva da arte, mas ainda são poucas as iniciativas para sua aplicação ao campo político - seja tomando a ação social, o discurso político ou a imagem pública como objeto de pesquisa.

Em minha dissertação em ciências sociais, **O Hermeneuta - Uma introdução ao estudo de Si** (GOMES, 1997) elaborei uma teoria da interpretação a partir de sucessivas leituras da linguagem (Signo, Símbolo, Paradigma e Arquétipo). O método consiste em quatro leituras sucessivas de um mesmo fenômeno: a primeira, objetiva e impessoal, observa e descreve o acontecimento; a segunda leitura é uma interpretação dos referentes subjetivos e pessoais; a terceira, intersubjetiva e interpessoal, contrastando diferentes interpretações do evento; e, finalmente, a última leitura, transpessoal e transubjetiva, em que o sentido experiencial da linguagem é reconcebido e resignificado. São assim três leituras determinísticas e uma última leitura prospectiva resultante da transformação criativa da situação determinada pelas três primeiras. (GOMES, 1998).

Leitura	Conteúdo	Referência	Linguagem
DESCRITIVA	O QUE e COMO	OBJETIVIDADE	SIGNO
EXEGESE	QUEM e PORQUE	SUBJETIVIDADE	SÍMBOLO

ANALÍTICA	ONDE e QUANDO	INTERSUBJETIVIDADE	PARADIGMA
CRÍTICA	MODELO ANALÓGICO	TRANSUBJETIVIDADE	ARQUÉTIPO

Em uma escala menor, aplicado especificamente aos discursos verbais, o método hermenêutico das quatro leituras consiste em: a) *descrição* ou situar o texto no contexto cultural da vida e da obra do autor, tanto do ponto de vista histórico como do teórico; b) *exegese* ou explicitar os pressupostos filosóficos do autor que justifiquem suas posturas teóricas; c) *análise* ou aproximar e associar idéias do autor na unidade com outras idéias relacionadas com a mesma temática; e, finalmente, d) *crítica* ou re-enunciar o texto fora de seu contexto.

A crítica é uma leitura ativa de um texto, seja ele um texto escrito, visual ou sonoro; é a atividade de interpretar este texto em um sentido diferente do que é proposto pelo enunciador do discurso. É, portanto, oposto a uma leitura passiva, que aceita incondicionalmente a interpretação do que lhe está sendo dito. A crítica não tem haver com a idéia de “falar mal dos outros”, “apontar falhas, erros e equívocos alheios” ou de brandir o espírito de contradição que a tudo nega e minimiza, sem critérios ou parâmetros²⁰. Porém, em um ambiente autoritário,

²⁰Do ponto de vista da análise dos discursos científicos ou teóricos, adotamos os parâmetros críticos de SEVERINO

a polêmica é vista como encrenca e o crítico, como um desagradável criador de casos, jogando-se fora assim o que há de mais rico na convivência humana: o confronto das inteligências, o diálogo entre diferentes interpretações de mundo.

Ampliando esta perspectiva do discurso para um plano filosófico, defende-se a seguinte proposição: a tarefa metodológica contemporânea como uma arte de três diálogos e um monólogo. O diálogo entre as ciências humanas em torno de uma única realidade empírica como forma de combate à fragmentação do saber ou pesquisa interdisciplinar. A pesquisa intradisciplinar ou o diálogo entre as ciências de forma a evitar interpretações paradigmáticas. E, por fim, a pesquisa extradisciplinar ou o diálogo entre ciência e tradição – em que se sonha objetivamente um futuro para sociedade.

Não se trata de recortar, dividir ou separar. Muito pelo contrário: os três diálogos são eixos de uma única metamorfose do saber, são as possibilidades de intercâmbio que o discurso científico tem para sobreviver. Eles serão insuficientes caso não sejam resignificados por uma última, solitária e

(1998): a) coerência interna da argumentação; b) validade dos argumentos apresentados; c) originalidade do tratamento dado ao problema; d) profundidade da análise do tema; e) o alcance de suas conclusões e conseqüências; f) apreciação e juízo pessoal das idéias defendidas.

definitiva leitura reunificadora, um monólogo arquetípico, onde reencontrará seu espírito em uma consciência científica de si. Pois não se trata de voltar a uma situação cognitiva pré-moderna, nem de interpretar cientificamente os paradigmas tradicionais, mas de estabelecer as bases de um novo saber em que não haverá espaço para as atuais distinções entre ciência, arte, política.

Isto nos leva ao segundo elemento: a teoria política. No livro *Teoria Geral da Política* (2000b), Norberto Bobbio esboça uma teoria política muito filosófica, oposta e simétrica a uma teoria geral do Direito. Entende-se a Teoria da Política como um sinônimo da disciplina 'Filosofia Política' em quatro sentidos diferentes, segundo sua temática principal: a) a república ótima (o estado ideal ou a utopia social); b) a questão da legitimidade (a quem obedecer); c) a autonomia da política em relação a outras atividades humanas; e d) a epistemologia da linguagem política ou a análise crítica dos discursos políticos. É claro que existem autores que combinam duas ou mais destas temáticas: Maquiavel postula a "autonomia da política frente à moral"²¹ e aborda a questão da legitimidade, Platão sonha com uma república ótima em que o estatuto discursivo da política seja idêntico ao da

²¹Interpretação de Bobbio da máxima "os fins justificam os meios". (2002b: p.193)

ciência. O marxismo contempla o comunismo como utopia, entende a ideologia como legitimação e discute a autonomia do político frente ao econômico. Há várias combinações possíveis, porém esta distinção temática funciona como um “mapa” capaz de esclarecer os conceitos e analisar criticamente as crenças da Filosofia Política.

Em relação à Ciência Política, cada uma das temáticas da Filosofia Política assumiria uma posição. Assim, a temática filosófica do estado ótimo por ser prescritiva vai se contrapor ao caráter descritivo da metodologia científica; já as teorias da legitimidade são descritivas e vão justamente ao encontro deste imperativo explicativo da ciência; em relação à autonomia da política, filosofia e ciência políticas vão se fundir em uma Teoria Geral da Política; e em relação à análise discursiva, a Filosofia Política vai funcionar como uma metaciência histórica, uma supervisora crítica da Ciência Política, extraindo princípios lógicos gerais de diversas comparações históricas. Bobbio considera que apesar das combinações já realizadas das quatro temáticas, as primeiras temáticas não são rigorosamente científicas: o Estado Ótimo é um projeto político; as teorias da legitimidade são, invariavelmente, contra ou a favor do poder que descrevem; a identidade entre Ciência e Política em suas diferentes versões é sempre artificial

e subjetiva. Apenas a Filosofia Política como hiper-retórica supervisora metodológica do discurso científico sobre o discurso político, atende plenamente às três exigências da Ciência: a) é validada pela verificação; b) tem a explicação dos fatos como objetivo e c) é orientada por uma ética que pense seus próprios valores. (2000b: p. 74)

No *Dicionário da Política* (2000, BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO), há, no verbete FILOSOFIA POLÍTICA (p. 493/500), uma pequena variação deste mapa quádruplo, subdividindo-se a tarefa da filosofia de organizar uma metodologia para ciência política da tarefa de analisar a linguagem do discurso político. Em ambos os casos, no entanto, além de relegar a Ciência Política a um segundo plano (o campo da aplicabilidade de ações, da previsibilidade eleitoral, entre outras), a teoria política filosófica não leva em conta outras disciplinas conexas como Antropologia Política e Sociologia Política.

E que me desculpem Bobbio e os filósofos, mas as Ciências Sociais não precisam de uma consciência crítica externa aos seus domínios epistemológicos! Aliás, a 'ética orientada para pensar criticamente os próprios valores' nos avisa que a Ciência Política não pode nem deve ignorar temas prescritivos se limitando a descrição dos fatos e nos aconselha a não

descartar as questões da utopia, da legitimidade do poder e da autonomia política tão rapidamente, uma vez que elas não só reaparecem nos discursos políticos analisados, como também orientam silenciosamente nossas escolhas.

Mas, com base neste mapa temático da filosofia política, pode-se pensar em quatro campos analíticos de uma Teoria Política sociológica auto-referenciada: a Utopia (o sonho da sociedade perfeita e a memória de uma comunidade anterior ao Estado); o Poder (a dialética entre coerção e consenso; e este último, domesticando, através da força, o sonho da utopia e transformando-o em ideologia); a Política (o campo de Ação Social demarcado a partir das relações históricas entre a utopia e o poder); e a Retórica (o estudo científico do discurso político).

Não pretendemos aqui erigir esta teoria sociológica geral da política, mas apenas pensar a retórica do Discurso Político contemporâneo e da Imagem Pública dentro da gramática imposta pelos meios de comunicação de massa, utilizando o método hermenêutico. Mas, para chegar a uma proposta metodológica descritiva voltada para a análise do discurso político mediado; é preciso explicitar nossas interpretações sobre os temas prescritivos da filosofia

política e chegar à análise científica dos discursos políticos consciente dos próprios valores.

Restam ainda dizer, algumas poucas palavras sobre a retórica, disciplina que não deve nem ser reduzida à semântica, como faz a hermenêutica de Ricoeur; nem elevada à consciência crítica da Teoria Política, como quer a filosofia de Bobbio.

Na verdade, tanto para os pensadores gregos como para os teóricos contemporâneos a retórica é uma arte e não uma teoria sistemática. Para alguns, adeptos de uma retórica-política, ela é a “arte da persuasão e do convencimento”; para outros, partidários de uma retórica-poética, a “arte do bem dizer”. Os primeiros dizem que o verossímil não pode ser mais importante que o verdadeiro; os últimos afirmam que a verdade quando mal defendida será sempre derrotada pela ignorância do senso comum; e por mais que todos concordem que tanto o discurso político como o discurso poético se inter-relacionam na arte retórica e na teoria da metáfora, não há até hoje uma palavra final sobre quem predomina nesta relação.

E este é nosso primeiro objetivo aqui: atualizar esta discussão da retórica clássica contextualizando-a de uma forma mais sociológica, centrada na Imagem Pública e nos discursos em uma dimensão audiovisual.

Imagem Pública

Desde o Império Romano se sabe que à mulher de Cezar não basta ser honesta, ela deve parecer honesta também²², pois a Imagem Pública dos governantes e de seus familiares diretos tem um papel fundamental na vida política. Maquiavel, no famoso capítulo de **O Príncipe** (2004) sobre se mais vale ser amado que temido ou se é melhor ser temido que amando, estabelece, pela primeira vez, a idéia de que a Imagem Pública é um instrumento de legitimação do poder e deve ser combinada com o uso da força.

Hoje se tornou lugar comum entender que a disputa política se converteu, em grande parte, em uma competição por visibilidade na mídia, pela imposição da Imagem Pública dos atores políticos e de seus interesses. Os eleitores não votariam mais em programas, idéias ou propostas; votariam nas Imagens Públicas formadas qualidades pessoais e simbólicas dos candidatos. E até mesmo os eleitores mais sofisticados e menos vulneráveis ao personalismo da linguagem da mídia votam de acordo com a Imagem

²²Quando Julio César estava no Egito com Cleópatra, o senado romano exigia a presença de sua esposa legítima nas festas e cerimônias desacompanhada, como prova de fidelidade ao marido ausente. Tal fato deu origem ao ditado popular atribuído a Cícero: 'à mulher de César não basta ser honesta, mas deve também parecer honesta'.

Pública partidária ou do grupo político e dos interesses que representa.

Thompson (1998: p. 192) usa o exemplo da infidelidade imaginária de uma fã (que faz amor com o marido pensando em seu ídolo) para definir a categoria de *'intimidade não-recíproca à distância'* (que chamamos de Imagem Pública ou simplesmente 'Imagem Pública'). Hoje, com a ampliação na formação de nossa identidade cultural para além dos limites geográficos imediatos, habitamos um mundo trans-presencial constituído indistintamente tanto de objetos imediatos como de Imagens Públicas distantes e indiferentes às nossas ações. A comunicação mediada globalizada tornou o processo de autoformação dos indivíduos muito mais aberto e reflexivo que na relação face a face.

Por outro lado, o mundo das Imagens Públicas não somente enriquece e transforma o processo de formação do Self, mas também troca da experiência vivida pela experiência mediada, gerando uma situação antes inexistente. O surgimento desta relação de intimidade não recíproca à distância passou a ter mais relevância do ponto de vista artístico, desportivo e político (como o advento de diferentes galerias de estrelas e ídolos) do que do ponto de vista religioso, embora o comportamento do

fã da cultura de massas seja essencialmente o mesmo do fanático religioso em um ambiente mediado.

Por isso, esta nova experiência do Self em um mundo mediado aponta para uma nova ancoragem das tradições. Thompson considera equivocada tanto a tese de que a cultura moderna e a ciência superaram definitivamente as tradições como a idéia de que a modernidade e a ciência são apenas tradições contemporâneas que não se reconhecem enquanto tal. Há um terceiro ponto de vista, em que o saber tradicional se modificou com a comunicação mediada, mas que ainda sobrevive na vida moderna através de várias formas simbólicas.

Para demonstrar seu ponto de vista, Thompson faz uma distinção operacional em quatro aspectos da tradição: hermenêutico, normativo do cotidiano, legitimador do poder e identificador cultural. No aspecto hermenêutico, a tradição é uma estrutura de interpretação. Assim, podemos dizer que a ciência é uma tradição de interpretar os acontecimentos como fatos objetivos. Já no aspecto normativo, a tradição é um sistema de normas que orienta a Ação Social segundo o passado. De forma que as rotinas produzem a história e a história produz as rotinas cotidianas. No aspecto legitimador, a tradição é também ideologia que autoriza o exercício do poder.

Weber crê no desencantamento do mundo, isto que a secularização das formas simbólicas tem como consequência um declínio da legitimidade tradicional e o predomínio da legitimidade legal (através de leis e regras) e da legitimidade carismática (através da personalidade e do magnetismo pessoal dos líderes). E no aspecto de identificador, a tradição é ainda um fator cultural de auto-formação de identidade coletiva e individual, do Self de um determinado grupo ou região. A tese de Thompson é que a globalização acabou com os aspectos Normativo e Legitimador das tradições, mas os aspectos Hermenêutico e Identificador Cultural permanecem vivos na cultura moderna. (THOMPSON: 1998; p. 165) Assim, houve um desenraizamento do local, uma desritualização do cotidiano e uma despersonalização da autoridade tradicional e carismática. E desta despersonalização presencial da autoridade, surgiu uma re-personalização mediada: *a intimidade não-recíproca à distância*. (p. 181)

Outra característica atual importante na formação das Imagens Públicas é a hipervisibilidade ou dupla publicidade. Um acontecimento era público porque era presenciado por um grande número de pessoas; agora, um evento é considerado público quando é tornado visível através da mídia, mesmo que com pequena participação presencial. Thompson

cita discretamente Bobbio, mas repete quase que integralmente suas idéias sobre a duplicidade de sentido do termo 'Público' (1998; p. 110).

Tanto atletas como artistas ganham visibilidade e se tornam Imagens Públicas em processos complexos devido às qualidades nas atividades que desempenham, mesmo que apoiados pela mídia. O caso dos políticos é mais artificial e interessante, pois até mesmo a capacidade de argumentação retórica nos remete antes a um julgamento político de opinião pública do que nas Imagens Públicas legitimamente construídas por desempenho. Por isso, consideramos o espaço eleitoral como um momento privilegiado para o estudo da fabricação e destruição das Imagens Públicas.

No Brasil, **Wilson Gomes** (2004: p.239) é um dos principais pensadores da noção de Imagem Pública aplicada especificamente à política. Para ele, a disputa política contemporânea se converteu em uma luta pela imposição das Imagens Públicas de políticos. A Imagem Pública, no entanto, é de natureza conceitual e não visual. Ela é uma sobreposição de imagens semióticas com a imaginação cognitiva.

Para Semiótica, a imagem é um suporte discursivo, uma representação visual de um objeto (a imagem pictórica). Isto é, ela é dotada de sentido, é

uma mensagem codificada e decodificada de alguém para alguém. Na semiologia européia, devido a influência da lingüística estruturalista centrada no signo verbal, a imagem foi reduzida ao “significante”, só se constituindo como signo em si com os estudos mais recentes. No lado americano, a semiótica de Pierce se mostrou bem mais fértil em relação à imagem tomada como signo, rendendo vários estudos e abordagens diferentes. Contra todas essas abordagens, no entanto, pesa o fato de que não existe um código para as imagens (há no máximo uma sintaxe da linguagem visual) ou se existe, ele não explica a universalidade inata da representação pictórica sobre a diversidade cultural. Aliás, a espontaneidade da representação visual e a universalidade das imagens psíquicas ainda se constituem em uma barreira epistemológica intransponível para a lingüística.

Já para a psicologia cognitiva as imagens são representações mentais sintéticas. E para Análise do Discurso há um curioso meio termo: as imagens são os significantes que sustentam a produção do discurso

verbal²³. Assim, além das 'imagens semióticas', temos também 'as imagens cognitivas'.

Mas, a Imagem Pública é uma terceira categoria. Ela é um “fato social” enunciada por mecanismos sócio-lingüísticos e precisa ser vista a partir de uma conjunção de enfoques.

Outra contribuição importante para entender a imagem como suporte discursivo é a história da representação visual da **Midiologia** de Regis Debray (1998). Para ele, a imagem, na Antiguidade e na Idade Média, representava um mundo invisível e sagrado; a partir do Renascimento e da perspectiva do ponto de fuga, a imagem moderna passou a representar o mundo visível com objetividade, se tornou uma figuração da realidade sensorial; e agora vivemos um momento em que a imagem publicitária instaura uma representação mista da realidade visível e o inconsciente. Debray, no entanto, não discute a relação da representação pictórica com a representação conceitual (levantada pela semiologia europeia) nem explica porque a imagem publicitária

²³Em um telefonema, por exemplo: Qual imagem o locutor faz do ouvinte? Qual imagem o locutor pensa que o ouvinte faz dele? Que imagem o locutor faz da referência? Que imagem o locutor pensa que o ouvinte faz da referência? Qual imagem o ouvinte faz do locutor? Qual imagem a ouvinte pensa que o locutor faz de si? Que imagem o ouvinte faz do mundo? Que imagem o ouvinte faz que o locutor faz do mundo?

independe de suporte material, ou seja: porque a Imagem Pública não é uma imagem de verdade, é apenas uma metáfora da imagem, uma representação analógica da representação pictórica.

Na psicologia cognitiva, a representação pictórica desempenha um papel fundamental nos processos mentais ao lado do cálculo das proposições e dos predicados do pensamento. Na verdade, a dialética irreconciliável entre palavra e imagem remonta aos filósofos gregos e chega até a atual neurociência sem que um termo consiga englobar o outro. Durante o império da escrita e da representação objetiva do universo, pensou-se que a palavra se sobrepunha à imagem; com a chegada eletrônica do audiovisual e um retorno do observador da representação ao mundo, muitos defenderam (e ainda defendem) a primazia da representação cognitiva pictórica ao “cálculo proposicional (e de seus predicados)” ou simplesmente que “uma imagem vale por mil palavras”. Porém se por um lado, sabemos que a representação pictórica faz parte do pensamento e que este não é apenas uma descrição verbal, mas também um processo cognitivo de associação de imagens; por outro lado, sabemos também que o conteúdo proposicional do pensamento é que faz a dupla cognição humana ser tão singular e que as percepções pictóricas podem ser simuladas por

processos computacionais através de uma lista de instruções algorítmicas (PINKER: 1998).

Ao contrário da concepção semiótica e midiológica da imagem como um suporte discursivo, a noção de imagem como percepção, ou melhor, como parte do processo cognitivo é uma representação subjetiva (a imaginação), mas também não corresponde ao que se chama 'Imagem Pública – porque não é fabricado, produzido artificialmente segundo critério previamente planejado. De forma, que a noção de Imagem Pública se distingue da Imagem-suporte porque não possui materialidade específica e se diferencia da Imagem-percepção porque não é espontânea e involuntária. Mas, para se constituir enquanto tal, a Imagem Pública precisa da combinar as imagens semióticas materiais veiculadas pela mídia às imagens psíquicas elaboradas pelo público em geral.

Maria Helena Weber (RUBIM, 2004: 262) define a noção de Imagem Pública como uma sobreposição das noções de imagem semiótica e cognitiva, ampliando (involuntariamente) a proposição de Regis Debray de que a imagem publicitária combina o visível e a imaginação invisível:

“A Imagem Pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na síntese de

imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)”.

A Imagem Pública, então, é uma estratégia que implica em três elementos distintos: o conceito-imagem, a imaginação e o visível. E cada um desses elementos corresponde a um nível de participação discursiva na elaboração da Imagem Pública (o ator, o diretor e o público) e pode também ser vista de modo dinâmico e integrado, como uma função estrutural presente em todos os momentos e em cada parte. Embora toda Imagem Pública seja política, tomando essa noção no sentido mais abstrato; existem imagens públicas políticas no sentido estrito, diferente das imagens de artistas, atletas e de outras celebridades.

Discurso Político Mediado

Atualmente, há vários tipos de estudos sobre o discurso político mediado: pesquisas sobre o efeito da propaganda eleitoral sobre a intenção de voto, análises das estratégias de marketing das campanhas em relação às demandas dos eleitores e dos adversários, discussões sobre o papel da imprensa e dos meios de comunicação sobre o processo eleitoral, estudos semióticos a respeito da linguagem dos meios de comunicação eletrônica, entre outros. Destacamos aqui duas abordagens: as pesquisas retóricas sobre o aspecto simbólico do discurso mediado e os estudos

focados na relação recíproca entre os campos da política e da comunicação.

Murilo Cezar Soares (1995) elaborara importante estudo retórico sobre o discurso político contemporâneo, levando em conta a dicotomia entre os aspectos racional e o simbólico da linguagem e a ação da mídia sobre a atividade política. Para Soares, a argumentação e a dramatização devem ser tomadas como duas formas básicas da linguagem política e consideradas expressões de dois processos retóricos gerais, que atuam conjuntamente, mas que se fundam em princípios de naturezas distintas: o primeiro, a persuasão, cujo princípio é o convencimento da audiência através de argumentos; e o segundo, a sedução, que se estruturaria como espetáculo, em torno de personagens de um drama público.

A (...) "representação faz parte integrante da vida cotidiana, onde o relacionamento social é montado como uma cena teatral, com seu cenário, seus adereços, suas aparências e seu script, por meio dos quais as pessoas se dirigem às platéias, exibindo uma 'fachada' pública, que nem sempre é congruente com sua privacidade". (SOARES; 1995. p. 46)

A partir das noções de Persuasão e Sedução, entendidos como modos retóricos fundamentais do discurso político contemporâneo, e com base na noção de que o teatro é um modelo adequado para compreender a luta política na sua dimensão

comunicativa, Soares utiliza consistentemente algumas categorias da análise teatral para estudar campanhas eleitorais: papel, cenário e ator social. No entanto, apesar da interessante analogia entre análise discursiva da política e teatro, os discursos audiovisuais da TV tentam menos seduzir do que representar e mais sugerir do que convencer.

MODOS DISCURSIVOS

Estratégias de Identificação	Persuasão	Sedução
Conteúdo Significativo	Temas	Imagens
Paradigmas de Estruturação Discursiva	Argumentação Estrutura Dialética	Dramatização Estrutura Estética
Formas de Apresentação	Ação Oratória	Encenação
Representações Sociais Correspondentes	Ideologia A Doutrina	Imaginário O Mito

No âmbito nacional, o mais completo estudo de tipo retórico sobre o discurso político contemporâneo é o livro **Transformações da política na era de comunicação de massa** (GOMES, 2002), em que se investiga os diferentes estágios da literatura científica sobre o discurso político e atitudes em relação à mídia: inicialmente, até os anos 50, os estudos entusiasmados sobre fenômenos singulares em que a política e a comunicação se encontram (o funcionalismo de Lazarsfeld é dado como exemplo); em um segundo momento, os diferentes estudos críticos (de Adorno a Baudrillard); e, finalmente, os

estudos sobre a inter-relação entre os campos da política e da comunicação.

Em relação aos diferentes pontos negativos desta pretensa mudança midiática da política, Gomes discute minuciosamente: os vários aspectos da desideologização do discurso político (a redução das diferenças a gostos, a imagem como inimiga do pensamento abstrato, a linguagem da TV como empecilho à polêmica argumentativa); o crescente desinteresse do público; o caráter artificial da Opinião Pública; a perda de autenticidade; a substituição dos partidos e das instituições políticas representativas pelos meios de comunicação; e a “cidadania privada”, isto é, a exclusão social em relação ao consumo e ao universo cultural da mídia. Estudando os aspectos positivos, no entanto, Gomes reconhece que o discurso político atual realmente se organiza pela gramática específica da linguagem dos meios de comunicação de massa (com ênfase na novidade, no inusitado e em padrões estéticos), produzindo uma cultura política centrada no consumo de imagens políticas, gerando novas competências políticas, como marketing político (que adapta o discurso político às preferências do público através de pesquisas) e se baseia na similitude aparente entre audiência e eleitorado (ou entre a opinião pública e o mercado consumidor).

Assim, enquanto há abordagens que enfatizam o aspecto negativo das mudanças (na verdade, o contexto social e a mídia como ator social), outras ressaltam apenas o positivo: a mídia como um campo aberto para o diálogo direto entre os atores políticos e o público. Mas, a maioria dos autores contemporâneos postula uma posição intermediária: os campos da Política e da Comunicação se interpenetram numa relação recíproca, mais ambos preservam suas especificidades; nem a política se dilui frente ao efeito da mídia, nem a mídia é um mero instrumento da política. Observando a inter-relação entre os dois campos podem-se localizar vários focos temáticos discursivos: a) o que há de político na comunicação (o campo jornalístico); b) o que há de comunicação na política (a imagem pública e a propaganda política); c) o que há na política que está na comunicação (a negociação invisível); d) e o que há na comunicação que não está no campo político (o simbolismo aparentemente apolítico do mundo do entretenimento).

Para Gomes, a política sempre esteve associada à retórica, entendida como uma explicação discursiva de convencimento e da persuasão racional. Mas, atualmente, a política estaria se aproximando da poética e a retórica da estética orientada para a

produção de representações miméticas: a narrativa e o drama.

Assim, a comunicação tornou a retórica política mais compreensiva e sedutora, sem deixar de ser persuasiva e racional. Gomes conclui que, apesar da supervalorização equivocada de sua transformação pela mídia, a “comunicação pode dispensar a política, mas a política não pode prescindir da comunicação” (2004, p. 321).

Por outro lado, os meios de comunicação são instituições políticas de mediação das elites com o público, mas não substituem os governos, os parlamentos, os partidos e os demais atores políticos - apenas se sobrepõem a eles. Os mecanismos de representação e legitimidade dos dois tipos de instituições são distintos. ‘Praticar atos que o coloquem em evidência, no centro dos acontecimentos, conseguir manter ao máximo esta visibilidade mediante o desempenho e atitude’ são, segundo Wilson Gomes as “astúcias da política” (2004, p. 331).

Mas, para Gomes, os domínios da comunicação e da política são insuficientes para explicar o fenômeno da política midiática, recorrendo, então, para “perspectiva de um terceiro convidado”: o mundo dos negócios (p. 129). Esta ampliação

econômica e sociológica de Gomes extrapola o âmbito discursivo da perspectiva do “duplo domínio”, permitindo ao autor abordar a questão de um ângulo mais abrangente. *Para compreender e explicar o discurso político mediado é preciso conhecer seu contexto social e as motivações estruturais dos atores e instituições.*

Outro ponto importante para compreensão do discurso político atual é seu pretense caráter espetacular. Muitos analistas consideram o caráter espetacular a principal característica do discurso mediado, afirmando que a política se transformou em show de entretenimento. Gomes vai combater as diferentes versões desta concepção de predomínio teatral do discurso político: “a política como espetáculo cênico” (GOMES, 2004, p.386), “a dramaturgia política” (2004, p. 387), “a espetacularização da política” (2004, p. 392) e o “simulacro político” (2004, p. 394).

Não podemos reproduzir aqui todos seus argumentos, porém o núcleo de sua argumentação é que, no discurso político, seja mediado ou não, o efeito estético é um artifício do convencimento (e não da manipulação).

Para ele, o aspecto simbólico da linguagem, deve ser procurado através da definição de mito

político. Na tradição da filosofia política, o mito político é considerado como a linguagem apropriada para as massas enquanto a racionalidade é adequada às elites. A narrativa mítica é uma dramatização das fórmulas e estratégias políticas. Quem entende a política atual como um espetáculo, substitui esta distinção entre elite e massas pela oposição entre bastidores e palco.

O mito se refere ao grande público e a racionalidade ao que fica fora da cena. No entanto, mesmo “entre as elites e nos bastidores”, não há política sem sentimentos nem disputa de valores. Não há racionalidade pura: sem emotividade a política perde todo seu fascínio. Miguel inclusive estuda o mito político da racionalidade no discurso de FHC em 94.

No âmbito internacional, uma das principais abordagens sociológicas sobre o aspecto simbólico do discurso político mediado, é a desenvolvida por Thompson sobre o estudo das ideologias (1995) e sobre a interpretação das mensagens dos meios de comunicação (1998). Thompson define ideologia como uma forma simbólica que está a serviço do poder, deixando claro que existem outras formas simbólicas que não cumprem este papel (formas simbólicas não-ideológicas), ou mesmo que a ideologia é apenas uma das formas de interpretação possíveis de uma

determinada forma simbólica. São Jorge e o dragão, por exemplo, tanto representam a luta do bem contra o mal quanto à dominação da cultura celta pelo Império Romano.

Por entender que os processos de compreensão e de interpretação devem ser vistos não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que está no início e no final do conhecimento ao mesmo tempo, Thompson parte da compreensão imediata que se tem de uma determinada forma simbólica na vida cotidiana, depois busca construir uma concepção objetiva explicativa desta interpretação preliminar (consoando vários métodos de análise), e finalmente reinterpreta o significado da forma simbólica. A esta metodologia geral de interpretação dos discursos dos meios de comunicação, chama-se “enfoque tríplice”. (THOMPSON: 1995; p. 355)

Inicialmente (1995, p. 366), o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e difusão das formas simbólicas. As maneiras como essas condições influenciam podem variar de acordo com a situação e o objeto pesquisado, mas Thompson propõe alguns níveis de análise: as situações de tempo e

espaço em que as formas simbólicas são produzidas; os campos de interação (face-a-face, interação mediada, quase interação mediada, etc); as instituições sociais (quais as organizações que produzem as formas simbólicas); a estrutura social (as classes sociais, as relações entre gêneros e outros fatores sociais permanentes) e os meios técnicos de construção e transmissão de mensagens (a fixação material e a reprodutividade técnica dos sinais).

MODELO DE ANÁLISE DE DISCURSOS MEDIADOS

OBJETO	ETAPAS	MÉTODOS CONJUGADOS	RESULTADO
Emissor	Análise sócio-histórica da produção e transmissão	Situações espaço-temporais Campos de interação Instituições Sociais Estrutura Social Meios técnicos de transmissão	Síntese Hermenêutica
Mensagem	Análise Formal ou Discursiva	Análise semiótica Análise de conversação Análise sintática Análise narrativa	
Receptor	Análise sócio-histórica da apropriação	Interpretação das Mensagens Mapa das diferentes interpretações Re-interpretação da interpretação	

Em um segundo momento (p. 369), toma-se a forma simbólica como um texto, isto é, como uma

estrutura narrativa relativamente autônoma de sua produção e de seu consumo.

Neste sentido, a análise simbólica implica em uma abstração metodológica das condições sócio-históricas de produção e recepção das formas simbólicas. Thompson adota vários métodos de análise discursiva: semiótico, sintático, conversação, narrativo e argumentativo.

Finalmente (p. 375), na última fase de sua hermenêutica, Thompson leva em conta a interpretação criativa do significado das formas simbólicas em diferentes contextos de recepção, inclusive no próprio contexto do analista/enunciador da interpretação. O estudo analógico dos diferentes contextos de recepção demonstra que por mais rigorosos que sejam os métodos e técnicas analíticas, eles não podem abolir a liberdade de interpretação dos públicos e das situações em que se encontram inseridos.

Thompson utiliza a hermenêutica não como uma alternativa aos outros métodos de análise de formas simbólicas e ideológicas já existentes, mas sim como um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e correlacionados entre si.

Mas, há uma diferença marcante entre a hermenêutica clássica e a de Thompson. Os hermeneutas clássicos dão mais ênfase ao 'texto', isto é, ao significado intrínseco das mensagens, do que às condições de enunciação e de apropriação deste sentido. E por ser sociólogo, para Thompson, a 'autonomia semântica das mensagens' (e sua análise independente dos interlocutores) é secundária diante dos contextos sócio-históricos de transmissão e recepção.

Aliás, para Ricoeur, 'o texto', 'a ação social' e 'a imagem' são equivalentes e o mesmo procedimento metodológico para interpretação de uma mensagem discursiva podem também ser utilizados para compreender e explicar uma ação social específica ou uma determinada imagem. Ao enfatizar os contextos sócio-históricos de transmissão e recepção, Thompson não está apenas ampliando o alcance discursivo da hermenêutica, mas também adaptando sociologicamente a teoria da interpretação para a interação social dentro do contexto dos meios de comunicação de massa.

E este modelo foi aplicado em minha pesquisa empírica de doutorado em Ciências Sociais, **Decifra-me ou te devorarei – a Imagem Pública de Lula**

192
**no Horário Eleitoral nas quatro campanhas
presidenciais (GOMES, 2006).**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. **Teoria Geral da Política**. Brasília: Editora da UnB, 2000b.
- BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário da Política**, Brasília: Editora da Unb, 2000c.
- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem** – um olhar sobre o ocidente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos Sonhos**. In Obras Completas. Volume IV. São Paulo: Imago, 1990.
- GOMES, M. B. **O Hermeneuta - Uma introdução ao estudo de Si**. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.
- _____. **Hermenêutica e os erros de interpretação**. Artigo na Revista Vivência p.05-18. Natal: UFRN, v.12, n.jul/dez, 1998.
- _____. **Um mapa, uma bússola – hipertexto, complexidade e eneagrama**. Rio de Janeiro: Editora Mileto, 2001.
- _____. **Decifra-me ou te devorarei – A imagem pública de Lula no horário eleitoral em 1989, 1994, 1998 e 2002**. Natal, EDFURN: 2006.
- GOMES, Wilson. **Transformação da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- JASMIM, Marcelo Gantus. **História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005
- MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Cia Ed. Forense, 1997.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e Discurso Político - uma análise a partir da campanha eleitoral de1994**. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, 2000.

PINKER, S. **Como a Mente Funciona**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**, ensaios de hermenêutica. Lisboa: Rés Editora, 1988.

_____. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **A Metáfora Viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20ª Edição (revista e aumentada) São Paulo: Cortez, 1998.

SOARES, Murilo César. **Construindo o significado do voto**: retórica da propaganda política pela televisão. 1995 (Tese de doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Maria Helena. A Imagem Pública. 2004. In: RUBIM, Albino; **Comunicação e Política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004b; p. 262.

A IMAGEM PÚBLICA DE LULA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS (1989/2002) ²⁴

*Descreve-se aqui a formação da Imagem Pública de Luis Inácio Lula da Silva através do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, as quatro eleições presidenciais que marcaram o período de democratização do País: 1989, 1994, 1998 e 2002. O fato de um candidato contrário às elites, três vezes derrotado em eleições anteriores, conseguir convencer através da mídia a elegê-lo eleitores que votavam antes em seus adversários, demonstra que a democracia representativa brasileira é institucionalmente compatível com regime de informação imposto pelos meios de comunicação de massa na sociedade atual? Além de comprovar a preponderância da Imagem Pública em processos eleitorais em que o Cenário que se caracteriza pela imprevisibilidade, a pesquisa constatou ainda que a atual luta política, mais que uma luta meramente pela visibilidade imposta pela TV e pelos meios de comunicação em geral ainda é uma disputa política. E que a mídia enquadra a política, mas também é por ela agendada, principalmente em momentos de grande incerteza política e/ou pouca previsibilidade eleitoral. Este artigo resume a tese de doutorado em Ciências Sociais pela UFRN, **Decifra-me ou te devorarei** – a Imagem Pública de Lula no Horário Eleitoral nas quatro campanhas presidenciais (GOMES, 2006) ²⁵.*

²⁴Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, UFBA, 2006.

²⁵ Parte da pesquisa, com clipes e vídeos comentados dos melhores momentos dos horários eleitorais das campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002,

Em sua primeira eleição presidencial - com 31.076.364 votos (44,23% dos válidos) – Lula foi derrotado no 2º turno por Fernando Collor de Mello, com 35.089.998 votos (49.9% dos válidos). Nesta eleição, tornou-se lugar comum dizer que Lula perdeu o 2º turno contra Collor devido a três *factóides* (fatos artificialmente produzidos pela mídia): a entrevista da ex-namorada Mirian Cordeiro acusando Lula de incentivar o aborto da filha Lurian; as insinuações de que os seqüestradores do empresário Abílio Diniz tinham ligação com o PT; e a polêmica edição do último debate presidencial transmitido pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão.

Em 92, Lula participa das mobilizações do *impeachment* de Collor; em 93, integra a campanha pela manutenção do regime presidencialista. No mesmo ano, dá início a uma série de viagens pelo Brasil, chamada de *Caravanas da Cidadania*. Lula viajou por todos os Estados brasileiros apresentando políticas específicas para cada região. A idéia era usar as imagens no programa eleitoral, mas logo veio a lei 8.713/93, que proibia a exibição de cenas externas. No ano seguinte, candidata-se pela segunda vez à Presidência. De janeiro a março, Lula liderava as pesquisas.

Em julho, logo que foi lançado o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da Fazenda de Itamar, passou à frente, disparou e ganhou no primeiro turno. Lula chama o Real de estelionato eleitoral, acusando o adversário de lançar o pacote de estabilização da moeda para se eleger presidente. FHC acaba vencendo a disputa no 1º turno com 34.364.961 ou 54,27% dos votos válidos. Lula somou 17.122.127 votos (27,04%).

Em 1998, a campanha de reeleição de Fernando Henrique Cardoso ofuscou a terceira tentativa de Lula de chegar ao Planalto, ainda no 1º turno. O petista fez 21.475.218 votos (31,71%). FHC, que colheu a segunda safra de frutos políticos da estabilização e fim da inflação com o Plano Real, teve 35.936.540 votos (53,06%). Em 89, as votações de Lula e Brizola somadas alcançaram 30% dos votos válidos; em 98, juntos na mesma chapa, o resultado era o mesmo.

Mas, em 2002, Lula manteve a liderança da disputa presidencial durante todo o 1º turno nas pesquisas, com grande vantagem em relação ao 2º colocado, posição que marcou disputa acirrada entre Serra, Garotinho e Ciro. Partindo de um patamar de 30% no início da campanha, Lula chegou aos 62% no 2º turno (52 milhões de votos), conquistando os eleitores de menor renda e escolaridade da

população, que nas eleições anteriores votaram em seus adversários (JACOB et al, 2003, p. 287-327).

Uma vitória conquistada, portanto, após ter chegado três vezes consecutivas em 2º lugar e sempre ter sido o favorito de todas as pesquisas de opinião nos períodos entre as eleições.

Na campanha presidencial de 1989, a Imagem Pública de Lula era de um sindicalista corporativista que entra na política para defender o interesse dos trabalhadores, emblematizada no slogan *trabalhador vota em trabalhador*. Em 1994, houve uma evolução desta posição, com um discurso mais amplo buscando o apoio de outros setores da sociedade, mas, novamente, a tentativa de se contrapor à mídia (mais do que ao Plano Real em si), levou a uma imagem negativa do petista em relação ao futuro. Em 98, sempre batendo de frente com a mídia, Lula ficou com uma Imagem Pública de despreparado enfrentar para crise econômica internacional.

Mas, em 2002, a imagem do Lula radical, agressivo, crítico, negativo, destrutivo, intransigente deu lugar à imagem do *Lula light* de discurso moderado; o *Lulinha paz e amor*; *Lula, o negociador*; Lula encarnando a esperança (de mudança) contra o medo (da mudança). E após três eleições nadando contra a corrente midiática; em 2002, Lula decide voar

a favor do vento e constrói, em conjunto com a mídia que tanto combateu, a imagem de negociador pacifista, ideal para o governo democrático.

Houve uma mudança histórica de comportamento eleitoral em relação às eleições anteriores, uma vez que os eleitores que votavam em adversários, desta vez, resolveram elegê-lo. Segundo a pesquisa *Cartografia do Voto* (JACOB et al), que estuda o comportamento eleitoral brasileiro tomando como referência as 558 micro-regiões econômicas definidas pelo IBGE, Lula ampliou sua votação em regiões em que não era votado (como Goiás, Bahia e Piauí) e não absorveu os votos transferidos de seus aliados (como Sarney no Maranhão, Ciro Gomes no Ceará e Garotinho com os votos evangélicos). A julgar pelas votações obtidas por Collor (1989) e FHC (1994 e 1998) percebe-se que, em certas regiões (no interior do país), o eleitorado tende a votar de forma conservadora, enquanto noutras (as capitais e centros industrializados), de forma progressista. Esses dados *apontam para uma mudança significativa do comportamento eleitoral brasileiro em 2002*, em relação às três eleições anteriores.

Vários fatores contribuíram para esta mudança. Entre as mais citadas estão: a ampliação do leque das alianças políticas do PT, o programa de

centro-esquerda da coligação e a nova imagem de Lula produzida por Duda Mendonça. Para chegar à Presidência, o PT atraiu um amplo leque de partidos e linhas políticas. O vice de Lula, o empresário e senador mineiro José Alencar, é do Partido Liberal. Também aceitou os apoios de José Sarney (PMDB) e de sua filha, a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PFL), ex-pretendente à sucessão e dos peemedebistas Orestes Quércia (SP) e Roberto Requião (PR), e o governador mineiro Itamar Franco (sem partido). No segundo turno, a aliança se ampliou ainda mais, incluindo as candidaturas derrotadas de Ciro Gomes e de Antony Garotinho.

Então, a pergunta é: qual foi a mudança?

Foi apenas uma mudança no discurso e na atitude política do Partido dos Trabalhadores que atraiu espontaneamente os eleitores mais conservadores? Ou houve realmente um forte desejo de mudança por parte da população? Ou será que marketing político de Lula foi mais efetivo com Duda Mendonça do que com outros marqueteiros e publicitários? Ou ainda terá sido a crise no modelo neoliberal, as fraturas no bloco dominante e das oligarquias políticas tradicionais que propiciou a chegada da esquerda à Presidência da República? E a pertinência do programa do PT, as alianças sociais e partidárias, a escolha do candidato à vice, a

campanha publicitária na TV e no rádio, a sintonia de Lula com o sentimento popular e sua performance na imprensa - e se considerando que cada um desses fatores contribuiu para vitória de Lula, qual o peso que cada um teve na sua eleição?

A eleição de 1989

A eleição de 89 coloca uma situação nova na política brasileira. Além de marcar a volta da tão esperada eleição direta para a Presidência da República, após três décadas de regime ditatorial, ela foi uma eleição *solteira*, isto é, ocorreu sozinha, ao contrário das eleições presidenciais seguintes que aconteceram conjuntamente às eleições legislativas e majoritárias estaduais.

Foi a primeira eleição com analfabetos em um país integrado por uma indústria cultural (235 emissoras, cinco redes nacionais, 25 milhões de aparelhos receptores, 94% de audiência potencial). 47% dos eleitores não tinham 30 anos, nunca haviam votado e tinham grande intimidade com a linguagem televisiva. O perfil do eleitor de Collor coincide com dos tipos mais suscetíveis à influência da mídia (baixa renda, baixa escolaridade, área rural, acesso à informação via TV, etc). (LIMA, 2001, p. 230)

Mas, como foi essa influência? Vários estudiosos atribuem um papel importante às

telenovelas Vale Tudo (16/5/88 a 7/1/89); O Salvador da Pátria (9/1 a 12/8/89); e Que rei sou eu? (13/2 a 16/9) com reprise a partir de 23/10; portanto às vésperas da eleição. Além de Lima (p. 231), também Rubim (1990) dedicou estudo ao tema. Rubim é particularmente feliz em demonstrar os dois aspectos principais do papel dessas novelas na formação do cenário eleitoral de 1989: a desqualificação da política e do Estado; e a mistura entre ficção e realidade em um único discurso.

Nas novelas da TV Globo, os exploradores são os políticos e não os empresários; o Estado (ineficiente e corrupto) é o culpado da situação da imoralidade nacional e não o mercado ou o capitalismo (RUBIM, 1990, p.13). É bem verdade, no entanto, que há, entre os intelectuais de esquerda, um grande desejo político de que o tema dominante das eleições de 1989 não seja a corrupção ou a inflação, e sim a privatização de parte do Estado.

Por outro lado, o que está em jogo na disputa discursiva é justamente qual a questão central do cenário político; e o que se observa é que as novelas ajudam a agendar a idéia de que a corrupção é o grande problema nacional e de que a moralização e a diminuição do Estado são as respostas adequadas para sua solução.

Carlos Eduardo Lins da Silva criticou a pretensa motivação política da programação de entretenimento como parte da paranóia conspiratória dos intelectuais de esquerda.

[...] ridicularizando a percepção de um Roberto Marinho 'incrivelmente maquiavélico', preferindo apontar a 'extraordinária sensibilidade política de Collor', que captava os sentimentos de muitos eleitores, que 'os roteiristas da novela estavam captando ao mesmo tempo'. (MIGUEL, 2002, p. 52)

A fusão entre a realidade política e social e a ficção é uma das chaves para a construção de um cenário favorável à candidatura Collor, principalmente na novela 'Que rei sou Eu?', em que a Nova República é satirizada na forma do Reino imaginário de Avilã. Mas, além da realidade representada pela ficção, esta também era representada na realidade: as atrizes Tereza Rachel (a rainha de Avilã), Isis de Oliveira (Lucy Laugier) e Mila Moreira (Zmirá) declararam votar em Collor, e o próprio, no horário eleitoral, fazia alusão à novela e seus personagens. Até o autor da novela, Cassiano Gabus Mendes, passada a eleição, afirmou que sua intenção era a de agendar uma mudança contra a corrupção na política brasileira. E o Bode Zé (paródia do macaco Tião, colocado como candidato de protesto em uma eleição ilegítima na novela) teve uma votação expressiva, na realidade.

Obviamente, as telenovelas foram apenas um entre vários elementos do cenário político.

(...) as razões para o sucesso da candidatura Collor devem ser buscadas no CR-P (Cenário de Representação da Política) que foi sendo construído pela mídia, especialmente pela TV, sobretudo a partir da decisão sobre a duração do mandato presidencial de José Sarney pela Constituinte (junho de 1988). Este CR-P já estava delineado em meados de 1989, bem antes do início do Horário Eleitoral Gratuito do Tribunal Superior Eleitoral (15/09/89) e pelo menos seis meses antes da realização do primeiro turno. A grande habilidade de Collor foi, mediante eficiente estratégia de marketing, identificar-se com a temática e as posições políticas construídas no e pelo CR-P. Adaptando sua imagem pública ao 'perfil ideal' de candidato, paulatinamente impôs-se ao 'moderno' establishment (nacional e/ou associado) como o único capaz de encarnar e representar os seus interesses, articulando assim seu apoio e conquistando os votos 'não-ideológicos' dos eleitores que lhe garantiram a vitória. (LIMA, 2001, p. 219)

Pode-se dizer que o ano de 1988 ficou conhecido como o ano da *lei do Gerson* e da *Cultura da razão cínica*, tamanho era o clima de *vale tudo* e de pessimismo com a política e a cultura no próprio País, provocado pelo governo Sarney e pela decepção com a Constituinte e com a Nova República. Assim, o correto seria reconhecer que as novelas globais mais retrataram (claro que ampliando e adaptando esse retrato aos seus interesses) do que simplesmente criaram este ambiente de desqualificação da política.

E que, além da desqualificação da política e dos políticos, outros elementos importantes do CR-P são levantados pelos analistas: a crise dos países socialistas do Leste Europeu; a propaganda partidária do PRN (30/3), do PTR (24/4) e do PSC (18/5) e seu grande impacto nas pesquisas, dando ao candidato 43% das intenções estimuladas de voto em 7/6; a divulgação massiva e sistemática destas pesquisas pela imprensa, desde abril com Collor em 1º lugar, construiu um CR-P em que ‘o caçador de marajás’ surgia como “o vencedor virtual do primeiro turno.” (LIMA, 2001, p. 246) e o telejornalismo da Rede Globo.

Segundo Rubim, no Jornal Nacional de 28 de agosto a 29 de outubro, Collor ocupou 21,5% do tempo total do programa, enquanto Lula apenas 9%, segundo pesquisa da Datafolha veicula pela revista Veja, n. 1.105, páginas 74-76, de 15 de novembro de 1989. Rubim cita ainda a pesquisa do Dentel no 2º turno, 64,1% para Collor contra 35,9% para Lula do tempo dedicado para a campanha eleitoral. (1990, p. 21) Também se considere que ao ficar fora dos debates na TV (e que, coincidentemente, a Globo não fez debates no 1º turno) durante o período de horário eleitoral do primeiro turno, Collor não apenas preservou-se, como fez com que sua imagem se tornasse mais forte do que sua presença.

Collor subiu aos 42% das intenções de voto em junho, principalmente devido aos programas partidários do PRN, PTR e PSC e à ação da mídia, seja pela imprensa ou pelos diferentes programas televisivos, como as telenovelas, que construíram um cenário favorável à estratégia e à propaganda do candidato. Este, no entanto, teve que *administrar a queda*, evitando debater com outros candidatos e atacando agressivamente o governo Sarney.

Lula, ao contrário de Collor, sobe de sete para 15% com o começo do HGPE e consegue 16,08%, de votação. Reparem que Brizola sempre esteve ligeiramente à frente de Lula (na verdade, em empate técnico), só sendo ultrapassado no início de novembro, já no fim da campanha. Tal fato deu margem a denúncias do PDT de fraude pró-Lula para beneficiar Collor, uma vez que o petista seria um adversário mais fácil de derrotar. No 2º turno, Cenário de Representação da Política se tornou mais ideológico, com Collor atacando diretamente o posicionamento político de Lula e ao mesmo tempo se fazendo de vítima de agressões forjadas. E, mais uma vez, teve o apoio do conjunto da mídia impressa e televisiva. As pesquisas de opinião, no entanto, mostram a subida de Lula e a queda de Collor até o dia 12/12, até o *Episódio Miriam Cordeiro*, quando então Lula cai um ponto e Collor sobe outro.

A eleição de 1994

Duas questões centrais marcaram o Cenário das eleições presidenciais de 1994: as mudanças restritivas na legislação eleitoral e o Plano Real. Tãmanha foi a influênciã da mídiã, principalmente da linguagem televisiva, dentro e fora do horário eleitoral, nas eleições de 1989 que, em 1994, decidiu-se tomar providênciãs para limitar essa influênciã. A lei 8.713/93, artigo 76, proíbe externas, efeitos especiais e participaçoẽs de outros no discurso do candidato na TV. Tudo deveria ser feito em estúdiõ e os VT's não poderiam ser editados, evitando montagens e trucagens - como no debate Lula x Collor, televisionado ao vivo tarde da noite e reapresentado de forma parcial pela Rede Globo e pelo próprio programa de Collor às vésperas do segundo turno de 1989. Mas, as restriçoẽs impostas por esta legislaçoã acabaram por prejudicar a estratégia de campanha de Lula para TV, que esperava poder utilizar os vídeos da *Caravana da Cidadania*, uma série de viagens pelo interior do país. Aliás, além de Lula, todas as campanhas (as próprias eleições) foram prejudicadas por essas restriçoẽs legais aos efeitos da mídiã nos processos eleitorais. A audiênciã dos horário eleitoral não diminuiu em 94, mas sim sua eficácia persuasiva. Em contrapartida, o *papel da imprensa ganhou destaque*.

No entanto, o fundamental passou despercebido pelos analistas do cenário político: a segmentação da agenda. Não só pelas restrições legais ao uso da linguagem televisiva no HGPE e na valorização do papel da imprensa, sobretudo a escrita, mas, principalmente, através do advento da TV por assinatura; houve uma diferenciação da audiência mais sofisticada em relação às classes C e D. A segmentação da audiência e a criação de duas agendas (uma de elite e outra de massas), no entanto, tem conseqüências sociais e políticas, profundas, na sociedade brasileira e a eleição de Fernando Henrique contra Lula, após o fracasso do governo Collor, está certamente entre uma das mais importantes. A dupla agenda beneficia diretamente FHC porque ele articula as elites e se vende como elite para as massas, deixando o candidato do PT identificado com a falta de perspectiva das classes mais pobres.

Também teve razoável importância o *Caso Ricupero*. No dia 1º de setembro, antenas parabólicas de todo o país captaram uma conversa em *off* entre Ministro da Fazenda Ricupero e o jornalista Carlos Monfort, da TV Globo. O ministro dizia ao jornalista que tanto ele quanto a Globo estavam ajudando a eleger Cardoso. Apesar da oposição ter insistido na denúncia, o efeito do escândalo nas pesquisas de intenção de voto foi insignificamente pequeno. FHC

usou como estratégia desconsiderar a denúncia e deu pouco destaque ao assunto, estratégia que surtiu bons resultados, uma vez que, apesar do episódio e das denúncias do PT no horário eleitoral, ele não caiu nas pesquisas de opinião.

O fato das eleições presidenciais serem *casadas* com as eleições gerais em 1994 (eleições majoritárias para os governos de Estado e eleições proporcionais para o Congresso Nacional) teve várias conseqüências e distingue-se bastante das eleições presidenciais de 1989. Houve apenas nove candidatos à presidência da República, e destes, Flavio Rocha, do PL, desistiu em plena campanha, vítima de denúncias de corrupção, e Walter Queiroz, candidato do PRN, foi substituído durante a campanha por Carlos Gomes. Os partidos, que pouca ou nenhuma influência tiveram na eleição anterior, passaram a desempenhar um papel importante tanto do ponto de vista da mobilização, como no plano das idéias.

Outra diferença significativa, com várias conseqüências para o Cenário eleitoral de 94, foi a *bipolarização precoce* entre Lula e FHC. Enquanto em 89, Collor se apresentava como oposição ao governo Sarney; em 94 todo o governo Itamar Franco apoiava (de várias formas) a candidatura do ex-Ministro da Fazenda e do Itamarati para a sucessão. Na verdade,

FHC foi 'pré-eleito' pelas elites para ser seu candidato contra Lula. Compreendendo estas diferenças, o PT, por sua vez, também foi bem mais moderado, do que em 89.

O impeachment do presidente Collor e o plebiscito em que o presidencialismo foi mais uma vez escolhido como forma de governo do país também tiveram grande influência na constituição desse cenário. Agora, além da grande rejeição à política e aos políticos, havia também uma grande rejeição aos comportamentos messiânicos aparentemente apolíticos (como os de Collor) e ao uso exagerado de técnicas midiáticas. O próprio perfil de FHC (sociólogo crítico ao personalismo na política brasileira e defensor dos partidos como atores da democracia) parecia se moldar melhor a este Cenário político do que o de um novo salvador da pátria. Mas, o fator decisivo da eleição presidencial foi o Plano Real. Um plano monetário de controle da inflação, cuja grande inovação em relação aos anteriores era a forma gradativa e aberta com o qual foi conduzido, sendo votado e debatido no Congresso Nacional sob as luzes da mídia.

Nas principais pesquisas de opinião (IBOPE, DataFolha, Vox Populi), no início de março Lula tinha em média 42% das intenções de voto, portanto, mais do que a soma dos outros três candidatos mais

votados (16% de Fernando Henrique Cardoso, 8% de Brizola e 7% de Orestes Quércia). Então, o Plano Real é lançado pelo governo Itamar Franco e começa a queda de Lula e a subida de FHC. No fim de julho, há um empate técnico em que Lula tem uma pequena vantagem (32% contra 29%); em agosto, há uma virada (FHC 45%, Lula 23%); no dia 30 de setembro, FHC chegava aos 48% das intenções de voto, enquanto Lula tinha 22%, Brizola 5% e Quércia 4%. A queda da inflação e a estabilidade econômica foram determinantes na vitória de Cardoso. O horário eleitoral não apresenta nenhum efeito de impacto sobre as tendências de subida de FHC e de queda dos outros candidatos nas pesquisas de opinião.

Porém, apesar de baixar a inflação e garantir a vitória de FHC, o Plano Real não teve consequências desastrosas. Embora o Real pregasse o ajuste fiscal não apenas como uma medida estrutural para contenção da inflação de custos, mas também como parte da concepção neoliberal do Estado mínimo; a dívida interna brasileira quintuplicou em apenas quatro anos. A dívida mobiliária interna passou de US\$ 62 bilhões em 94 para US\$ 324 bilhões em 98. E a dívida externa total passou de US\$ 149 bilhões de dólares em dezembro de 1994 para US\$ 229 bilhões em dezembro de 98. (Dados do IBGE apud LESBAUPIN, 1999. p. 07).

E nem mesmo a Lei que impôs a responsabilidade fiscal aos estados e municípios brasileiros, nem a privatização das estatais, do modo como foram realizadas, foram suficientes para minimizar esse endividamento colossal. Além de conceder empréstimos com o dinheiro do FAT para financiar as privatizações, o governo também investiu dinheiro para recuperá-las. Só na Telebrás o governo investiu R\$ 21 bilhões (em dois anos e meio) para vendê-la por apenas por R\$ 22,2 bilhões.²⁶

A privatização das estatais rendeu cerca de R\$ 87,2 bilhões líquidos, com mais R\$ 18,1 bilhões de transferências, somando um saldo de R\$ 105,3 bilhões no BNDES (LESBAUPIN: 2002; p. 29) – que foram usados para a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER, garantindo, com dinheiro público, a liquidez e reforma do sistema financeiro privado, do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES e a manutenção artificial da paridade monetária entre o Dólar e o Real. Resultado: a inflação caiu (mas não sumiu porque suas causas estruturais permaneceram) à custa de uma acentuada recessão. A atividade

²⁶Para uma análise completa da privatização do setor elétrico e das telecomunicações v. LESBAUPIN; MINEIRO, 2002; p. 31-34.

econômica caiu, porém a inflação persistiu, de modo residual, mas com tendência à alta. Esse novo fenômeno, até então inédito, foi chamado de 'estagflação'.

As Importações subiram vertiginosamente de US\$ 13,1 bilhões no 1º semestre de 94, para US\$ 20 bilhões no 2º e para US\$ 25 bilhões no 1º semestre de 1995 – e com isto um crescimento econômico qualitativamente diferente do conhecido até então, sempre impulsionado por superávits comerciais dos modelos agro-exportador e da industrialização dependente. A entrada de capital à curto prazo também, passando de US\$ 10,1 bilhões em 93, para US\$ 14,3 bilhões em 94 e US\$ 30,7 bilhões em 95.

Na verdade, o Plano Real foi uma tentativa fracassada de estabilização da moeda, associada ao câmbio supervalorizado e à abertura comercial acelerada, gerando crescentes déficits de pagamentos nas contas externas, encobertos pela entrada de dólares do capital à curto prazo. Já em 1995, na crise do México, o Brasil sofre o primeiro ataque especulativo, com grande evasão de divisas e o perigo de retorno da hiperinflação. FHC acaba com a paridade entre dólar e real e começa o regime das duas bandas cambiais (uma desvalorização gradativa de longo prazo). O presidente do BC, Gustavo Franco,

pede demissão por defender uma desvalorização imediata do Real e o câmbio flutuante. Para manter e atrair o capital especulativo que deixava o país, os juros (a taxa nominal interbancário) subiram de 42,4% no 1º trimestre de 95 para 58,5% no 2º trimestre. Tentando evitar a recessão, o BC baixou os juros três vezes: no 4º trimestre de 95 baixou para 35,21%; 1º trimestre de 96, 27,88%; e 2º trimestre de 96, 22,71%.

Porém, no 2º semestre de 97, quando a economia se recuperava, há um outro ataque especulativo, com a *crise dos tigres asiáticos*. FHC cortou novamente o crédito e subiu os juros (de 20,88% no 3º trimestre de 97 para 35,40% no 4º), queimando US\$ 84 bilhões das reservas cambiais para manter a estabilidade da moeda. O Brasil sofreu, ainda, um 3º ataque especulativo às vésperas das eleições, com a crise da Rússia, em agosto de 1998, como se verá adiante, no capítulo referente à terceira eleição presidencial. E, mais uma vez, o governo respondeu com o corte no crédito e o aumento de juros, deslocando a agenda econômica da questão do controle inflacionário para o problema do desemprego e da retomada do crescimento econômico.

Assim, o primeiro governo de FHC foi um desastre: privatizações, perda das reservas cambiais,

queda da renda salarial média, desemprego, deterioração dos serviços públicos, aumento do endividamento interno e externo, vulnerabilidade internacional ao fluxo de capitais. Bem diferente das cinco prioridades sociais da campanha de FHC em 94 (a mão): saúde, educação, emprego, agricultura, segurança (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002).

Na área da saúde, a falta de verbas e a utilização de parte da CPMF (o imposto sobre movimentação financeira, na época provisório e voltado exclusivamente para a área de saúde) para o PROER levou ao pedido de demissão do ministro da saúde Adib Jatene. Lesbaupin também lembra os episódios da epidemia de dengue no Rio de Janeiro (2002, p. 43) e do aumento abusivo nos preços dos remédios (2002, p. 45), que ocorreram por causa do corte de verbas e da falta de fiscalização do Ministério da Saúde levaram a um verdadeiro caos durante 6 dos 8 anos do governo FHC. Com a entrada de José Serra, no entanto, haverá uma mudança significativa na administração.

E na área de educação, para investir no ensino básico e médio, o governo decidiu privatizar o ensino superior. Congelou os salários, cortou verbas de manutenção, diminuiu o número de bolsas, ameaçou aposentadorias. Ao mesmo tempo, o BNDES financiou

o crescimento do ensino privado superior. Antes de FHC, o ensino superior era 70% público; depois de FHC, 66% dos estudantes universitários estão em universidades privadas – sem que isto tenha mudado o fato de que os alunos mais pobres estudam nas universidades privadas enquanto os de melhor renda estudam nas universidades públicas.

Na área de agricultura, somando os dois governos de FHC, foram assassinados 243 trabalhadores rurais e houve duas chacinas (Corumbiara e Eldorado dos Carajás). E os números do governo e do MST sobre os assentamentos são bastante discrepantes. Também na área de segurança pública, nenhuma de suas propostas de campanha foi adotada e houve um aumento da violência. Mas, das prioridades sociais de campanha de FHC em 94, aquela que ele *mais se esqueceu* foi a questão do emprego. Qual a razão do apoio monolítico da imprensa e dos meios de comunicação a FHC antes e durante seus dois governos?

Em primeiro lugar, FHC governou para a TV – e em vários sentidos. Para aprovar a emenda da reeleição (com um detalhe institucional inédito na história das democracias republicanas: sem a exigência de se licenciar do cargo que disputava) promoveu uma segunda leva de concessões de canais

de rádio e TV para políticos, contemplando os interesses regionais das empresas de comunicação na privatização das telecomunicações, aprofundando ainda mais o *coronelismo eletrônico*²⁷, que passou a partir de então a também controlar os mercados de telefonia e Internet (KUCINSKI, 1999).

A revista *Veja* (07/10/98, p. 28-33, reportagem de Expedito Filho) afirma que FHC procurou os principais empresários de comunicação pedindo para não colocarem fatos desfavoráveis ao governo em 98 e ameaçando desistir de se candidatar à reeleição. E, certamente, houve pelo menos duas grandes abafadas de escândalos: em maio de 97, foi descoberto que o deputado federal Ronivon Santiago do Acre vendeu ao governo seu voto em favor da emenda da reeleição; e,

²⁷*Coronelismo Eletrônico* é o nome dado por alguns pesquisadores ao contexto político midiático resultante da simbiose institucional entre o mercado de comunicação e os grupos políticos, antes das eleições diretas para a presidência em 1989. O apogeu do poder global, no entanto, foi o 5º ano de mandato presidencial pago através das concessões públicas de rádio e televisão aos congressistas durante a Assembléia Nacional Constituinte. Noventa e um parlamentares foram nominalmente concessionados com estações de rádio e/ou canais de TV, mas é impossível saber o número real contando com o uso de familiares e testas-de-ferro. Tal fato levou à fusão da classe política brasileira com a maioria das empresas de comunicação, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. O próprio Sarney e seus ministros ACM e Aluísio Alves possuíram repetidoras do sinal da Rede Globo em seus estados de origem.

em novembro de 98, os acordos e propostas das escutas telefônicas não autorizadas no BNDES.

Mas, o apoio monolítico da mídia não era à pessoa de FHC ou ao seu governo, mas sim ao projeto neoliberal de desmonte do Estado e de abertura comercial para o mercado externo. O apoio da mídia apenas expressava e reforçava o apoio da população a esse projeto político, o único reconhecido como viável e responsável.

A eleição de 1998

Nas pesquisas de opinião, Lula e FHC, em 1998, estiveram em empate técnico no final de maio e início de junho (FHC 34%, Lula 30%); em julho, Lula cai para 28% e FHC sobe para 40%; em agosto, a diferença aumenta (FHC 42%, Lula 26%). Durante o período de propaganda eleitoral, Lula permanece estável, em torno de 26%; FHC começa com 48%, cai para 46% no final de setembro e sobe novamente, em outubro, para 49%. Também não se pode dizer que, nesta eleição, houve efeito de impacto do horário eleitoral sobre as pesquisas de opinião eleitoral. O tempo das campanhas diminuiu de 60 para 45 dias.

Três fatores marcaram as eleições presidenciais de 1998: a crise internacional das economias emergentes, o desemprego e a reeleição.

Em 1997, já havia estourado a crise dos tigres asiáticos. As bolsas de valores ficaram imprevisíveis e houve fuga de capital especulativo nos países emergentes, inclusive no Brasil. Em junho de 1998, uma nova crise explodiu na Rússia. Em setembro, poucos dias antes das eleições, a situação se agravou e houve pânico nas bolsas. Dia 06, a Bovespa caiu 8,6% e US\$ 15 bilhões abandonaram o país.

O governo aumentou os juros e anunciou um pacote de medidas fiscais. FHC faturou eleitoralmente o fato, tranqüilizando a todos e se apresentando como o único com preparo e capacidade para superar a crise. *Ruim comigo, pior sem mim* – sugeriam os últimos HGPE's tucanos. Enquanto isso, Lula quis explorar a crise responsabilizando FHC pela situação ao invés de apresentar propostas para resolvê-la – repetindo assim o mesmo erro da campanha anterior.

O desemprego foi o principal tema da campanha dos dois candidatos, mas enquanto Lula responsabilizava a política econômica recessiva e neoliberal do governo do PSDB, FHC afirmava que *só quem venceu a inflação, pode derrotar o desemprego* - como se a estabilidade monetária do Real nada tivesse a ver com a queda vertiginosa do crescimento econômico e do PIB. Porém, tanto a postura de superioridade intelectual diante da crise internacional,

como a *atitude otimista* frente ao problema do desemprego, realçaram os atributos pessoais de competência de FHC, diante de um Lula ainda *revoltado e irresponsável*.

Há também um importantíssimo fator de posicionamento que é a aprovação da emenda de reeleição - com todas as suas conseqüências: adesão política dos governadores, também candidatos à reeleição, a aliança entre os três principais partidos nacionais (fazendo com que em alguns estados os dois principais candidatos a governador apoiassem o candidato-presidente), mais tempo nos programas de propaganda eleitoral do TSE, entre outras. Esse posicionamento deu uma grande vantagem a FHC, fazendo com ele surgisse como franco favorito nas pesquisas, mesmo antes de a campanha eleitoral começar.

E, nas eleições, o número final de votos brancos, nulos e abstenções (38.351.547) foi superior aos votos de FHC (35.922.692). Em 1998 não houve mudança na intenção de voto. Sendo assim, pode-se dizer que, nesta eleição, a agenda da mídia como um todo durante um longo período de tempo, combinado com outros fatores extra midiáticos, como a reeleição, foi mais importante do que a propaganda eleitoral.

A resolução n. 20.106/4, de março de 1998, determinou que, além dos 50 minutos de horário eleitoral, houvesse também 30 minutos de *spots* (de 30 segundos) durante todo o horário comercial das programações de TV. Porém, a proibição de externas foi mantida. Não houve debates (FHC não aceitou participar de nenhum). Novamente, houve abusos e denúncias em jornais e telejornais, e a imprensa passou a ser investigada pela justiça eleitoral.

Em relação à agenda através da imprensa, a campanha presidencial em 98 teve duas etapas distintas (AZEVEDO, 2000), separadas pela derrota do Brasil na Copa da França (junho/julho). Na primeira etapa (abril/maio) havia uma agenda negativa para o governo: seca no NE, saques de flagelados, um mega incêndio florestal em Roraima, invasões do MST, e a declaração de FHC de que *os aposentados com menos de 50 são vagabundos*. E esta agenda de mídia negativa ao governo espelhava um empate técnico entre FHC e Lula na pesquisa Data Folha (10/04).

Porém, em uma segunda etapa (agosto/setembro) observa-se uma mudança significativa no comportamento da mídia, que passou a esconder a campanha eleitoral, dando prioridade a outros assuntos. Houve um distanciamento da campanha eleitoral presidencial da agenda da mídia

(crise financeira, corrupção no futebol, as campanhas estaduais e proporcionais).

E o mais importante: excluindo-se a cobertura da campanha eleitoral como um todo, a presença do Presidente e do Executivo ocupa boa parte do noticiário. A agenda da mídia é favorável a FHC porque o enquadra de forma positiva como o presidente (que é candidato) e não um candidato (que está presidente). A pesquisa mostra claramente que a Rede Globo escondeu a campanha eleitoral presidencial e o fato chegou a ser denunciado por outros candidatos (houve até um manifesto contra a omissão da mídia, assinado por Ciro e Lula).

Também se pode dizer que, o fato de FHC aparecer muito à frente de seus adversários nas pesquisas de opinião do segundo semestre, evitando o efeito *Horse Race* e a inexistência de debates televisados ou públicos diminuiu o interesse do público pela disputa eleitoral, que já parecia decidida desde o início.

Ou seja, através da metodologia da agenda da imprensa, constata-se que não foram a imagem e as propostas de campanha de FHC que ganharam as eleições, mas a sua ausência como candidato do governo, aliada à sua presença no noticiário como Presidente da República dentro de um agendamento

temático, principalmente em relação à crise internacional do momento. O abafamento do noticiário pela imprensa, em conjunção com o posicionamento de sua candidatura (conquistada a partir da aprovação da emenda constitucional da reeleição) garantiu antecipadamente o resultado da eleição de 98.

E, para disfarçar, no dia 15 de agosto, o Jornal Nacional colocou o candidato Luis Inácio Lula da Silva no ar acusando "o governo de pedir e conseguir dos meios de comunicação, que suprimissem do noticiário informações sobre a seca e o desemprego". E a presença da acusação no próprio noticiário servia como o melhor desmentido ao acusador: passava como evidência a imparcialidade da emissora.

A eleição de 2002

Entre 15 e 18 de maio, Lula chega ao patamar 43% das intenções de voto (mais do que a soma dos outros três candidatos). Em junho, o Governo resolve dar uma força a Serra, lançando um plano habitacional, com a declaração pública do ministro Malan de voto em Serra, liberando verbas do orçamento da União e até baixando os juros através do Banco Central. Então, o Risco Brasil e o dólar disparam. Em julho, George Soros diz que ou Serra será presidente ou o caos levará o Brasil à *argentinização*. No início de agosto, FHC chama os

candidatos para encontros individuais para falar sobre a crise econômica e a necessidade de compromisso com o FMI.

DATA	PERCENTUAL	EVENTO
02/05	Lula (42%), Serra (19%) e Ciro (13%)	Situação Inicial
14/07	Lula (33%), Serra (15%) e Ciro (22%)	Empate técnico entre Lula (43%) e Ciro (45%) no 2º turno e vitória fácil do PT (51%) sobre Serra (36%)
12/08	Lula (34%), Serra (12%) e Ciro (27%)	(última antes do HGPE)
02/09	Lula (35%), Serra e Ciro (17%)	Efeito do HGPE
30/09	Lula (43%), Serra (19%), Garotinho (16%) e Ciro (11%)	Ciro cai, mas Serra não sobe e sim Lula e Garotinho.

Outro evento pré-horário eleitoral importante foi a ascensão e queda de Ciro Gomes. De 10 a 23 de julho, o segundo lugar é festejado com apoio de ACM, Roseana e parte do PFL. Então surgem as associações com Collor, o coordenador de campanha Palmieri é comparado a PC Farias e os escândalos envolvendo José Carlos Martinez, presidente do PTB, aliado de Ciro. Também há as “mentiras de Ciro” (pagou a dívida do Ceará, estudou toda vida em escola pública, entre outras). O candidato agride a repórteres e a um estudante negro que perguntou sobre cotas. Denuncia-se ainda que Paulinho, da Força Sindical, vice da chapa, teria usado irregularmente o dinheiro

do FAT. Em agosto começa a queda. Na última pesquisa antes do horário eleitoral, Lula avança 10 pontos sobre Ciro que continua no segundo lugar. Além dessas mancadas, no dia 1º de setembro Ciro Gomes ainda diz que o papel da namorada, a atriz Patrícia Pillar, na sua campanha era o *de dormir com ele*. Os seus aliados bem que tentam reverter a situação e um jogo de futebol da seleção brasileira no Ceará é transformado em um ato público pró-Ciro. Mas já era tarde demais.

Há várias semelhanças entre os Cenários eleitorais de 1989 e de 2002. Uma primeira constatação é que, como 1989, a campanha presidencial na mídia começou muito antes do horário eleitoral, tanto na imprensa escrita e televisiva propriamente dita como através da propaganda partidária (Abril e Maio), em que o PFL (repetindo a estratégia de Collor) lança a pré-candidatura de Roseana Sarney e Lula aparece chorando ao contar as mortes de sua primeira mulher e de sua filha recém-nascida em um hospital público. A imprensa também deu destaque a vários assuntos relativos à campanha (aliança PT/PL, a briga entre Serra e Tasso Jereissati, as resistências do PSB ao nome de Garotinho, as convenções partidárias, entre outros).

Outra constatação unânime é que a mídia deu muito mais visibilidade à eleição presidencial de 2002 do que às de 1994 e 1998. Só no primeiro turno, os presidenciaíveis estiveram em 4 sabatinas realizadas pelos jornais O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, além destas, os candidatos compareceram a quatro debates e 63 entrevistas na TV e outros eventos setoriais promovidos pelas mais diversas entidades da sociedade civil. A quantidade de debates promovidos, por si só, demonstra uma mudança radical no comportamento da mídia sobre as eleições. Em 1998, por exemplo, ninguém se dispôs a promovê-los.

O TSE fez uma campanha publicitária sobre a importância das eleições. A campanha foi espontaneamente engrossada pela mídia em geral: a Rede Globo colocou no ar uma série de *spots* publicitários com artistas famosos sobre eleições e cidadania; e o jornal Folha de São Paulo publicou várias matérias contra o clientelismo. Curiosamente, a estética dos programas eleitorais do PT lembrava (pelos artistas globais e pelos recursos de computação gráfica) esta campanha institucional agendando fortemente o tema de ética na política nas eleições 2002.

Aliás, pautados pela necessidade de perceber como a imprensa estaria cobrindo a eleição presidencial de 2002, a assessoria de imprensa do próprio Partido dos Trabalhadores iniciou um trabalho de acompanhamento da cobertura dos principais jornais diários (Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil) e revistas semanais (Veja, Isto É, Época e Carta Capital) – cujos resultados estatísticos se encontram no site da campanha de Lula em 2002, juntamente com comentários sobre diversos episódios da campanha.

Candidato	Apelos no Horário Eleitoral
LULA	Análise de conjuntura (28,2 %), Políticas Futuras (18,4%), mais jingles (10,6%) e menos Propaganda Negativa (2,5%).
SERRA	Políticas Futuras (36,4%) e Políticas Passadas (15,6%)
CIRO	Propaganda Negativa (29%) e Políticas Futuras (14,5%)
GAROTINHO	Políticas Passadas (23,8%) e Políticas Futuras (17,7%)

Entre os estudiosos e analistas, também é consenso que a mesma imprensa que escondeu as eleições em 1998, decidiu torná-la seu espetáculo principal em 2002. Porto vai constatar um aumento significativo na visibilidade das eleições na mídia e o predomínio do enquadramento político dos candidatos na agenda econômica (PORTO; VASCONCELOS; BASTOS, 2004). Esta pesquisa aponta ainda para uma

alteração significativa no padrão de interação entre os meios de comunicação e o processo eleitoral. A pesquisa também constatou que houve mudanças qualitativas no noticiário (que se tornou mais substantivo) e que a superexposição das eleições na mídia colocou a construção da Imagem Pública dos candidatos em primeiro plano. O texto estuda a relação entre a agenda do Jornal Nacional e agenda dos candidatos no horário eleitoral. Em relação ao JN, a campanha ocupa 51,8% do tempo do noticiário de 1/6 até 6/10. Enquadramento noticioso: personalístico (0,3%), episódico (45,7%), temático (35,5%) e *horse race* (18,4%) – o que aponta para uma cobertura substantiva. Também se constatou um equilíbrio entre os candidatos em termos de tempo, com destaque para cobertura negativa de Ciro (29,1% de valência negativa). Para Porto, a predominância de um enquadramento interpretativo restrito da economia favorecia a interpretação de conjuntura do governo e seu candidato. Em relação ao horário eleitoral, Porto utilizou sua metodologia dos apelos de HGPE. E observando a interseção dos dois espaços de interpretação da realidade política, Porto conclui que o candidato do PT foi o que mais dialogou, através do HGPE, com as controvérsias apresentadas no Jornal Nacional.

Miguel (2004) também acredita que a intensa visibilidade das eleições e o fechamento do campo discurso em torno do agravamento da crise econômica foram instrumentos da mídia para o enquadramento dos candidatos num figurino estrito, de confiabilidade em relação aos contratos internacionais, ao pagamento das dívidas e à necessidade de um ajuste fiscal. A associação das oscilações do dólar, da bolsa de valores e do risco Brasil em relação à temática eleitoral, dando uma visibilidade exponencial às expectativas do mercado financeiro, também pode ser constatada.

Em contrapartida, outros temas foram silenciados, como a entrada do país na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), uma vez que não eram do interesse da mídia e dos candidatos. Miguel lembra ainda que TV Globo sempre foi um instrumento de hegemonia em simbiose com o poder. Em 82, a Globo tentou fraudar as eleições estaduais do RJ, no caso Proconsult; em 84, lutou contra as eleições diretas para presidência; em 89, entre outras manobras, reeditou o debate entre Lula e Collor em benefício do último; em 94, apoiou o Plano Real em combinação com o ministro Ricupero para eleger Fernando Henrique Cardoso; e em 98, o Jornal Nacional comandou o esvaziamento das eleições no noticiário, ajudando a reeleger FHC. Para Miguel, em 2002, “a

Globo atribuiu a si mesma a posição de *regente das eleições*” (2004, p. 100). O pesquisador acredita que a situação financeira da empresa contribuiu para a mudança de comportamento da emissora. Mas que daí também resultou um telejornal mais cidadão, voltado para os temas da esfera pública e até mesmo os temas cotidianos ou classificados como políticos, como assassinato do repórter Tim Lopes pelo narcotráfico carioca que, normalmente seria tratado como um assunto de polícia, passaram a ser tratado de forma mais sociológica, mostrando a necessidade de políticas públicas contra a violência urbana e o crime organizado. Em relação ao fechamento do campo discursivo

[...] a simples exigência de um comportamento confiável e responsável fecha o campo político, excluindo os grupos que não se conformam com os papéis que lhes cabem e que buscam redefinir as fronteiras da própria política. (MIGUEL, 2004, p.100)

Ou seja: a mídia elogia o *amadurecimento* dos que se enquadram nos limites impostos e ignora (ou folcloriza) os que se rebelam contra eles. Nesta linha, o texto descobre duas estratégias de fechamento discursivo: a promessa do candidato (de manter os compromissos com o FMI - honrar os contratos, não deixar de pagar a dívida externa e fazer o ajuste fiscal

nas contas públicas) e agendamento de alguns temas em detrimento de outros.

Miguel conclui que Lula se adaptou ao modelo discursivo dominante. Conclusão com que concordamos com uma ressalva. Na última sentença do texto Miguel afirma que “**A** incerteza, própria do jogo eleitoral e mesmo da democracia, opôs-se, com êxito, **a** necessidade de ‘segurança’ para os investidores externos”. (MIGUEL, 2004, p. 104) Ou seja: a segurança das elites prevaleceu sobre a possibilidade de mudança. Um erro de leitura poderia alterar o lugar da crase desta frase, mudando-lhe o sentido. **A** incerteza, própria do jogo eleitoral e mesmo da democracia, opôs-se, com êxito, **à** necessidade de ‘segurança’ para os investidores externos. Isto é: a indução ao risco exigindo mudanças prevaleceu sobre os interesses das elites, que também tiveram (contra vontade) que se adaptar à vitória de Lula e do PT.

Comparações

Em 1989 e em 2002 havia uma péssima avaliação de desempenho dos governos Sarney e FHC. E uma constatação importante desta pesquisa foi que *a estabilidade do Cenário de Representação da Política é inversamente proporcional à disputa por visibilidade das imagens públicas*. Em 1989, no 1º

turno da eleição houve uma disputa por Imagem Pública; e, no 2º turno, as pesquisas de opinião e a mídia formaram um Cenário de Representação Política amplamente favorável a Collor. Havia uma grande insatisfação popular com o governo Sarney, com a inflação e com a própria classe política em geral, levando o eleitor a votar em candidatos novos, que conquistaram visibilidade através da mídia, tais como Collor, Lula e Enéas. No 2º turno, houve a construção de CR-P negativo ao candidato do PT, principalmente através de simulações negativas da idéia de um Brasil governado pela esquerda.

Em 1994 e 1998 não havia a mesma insatisfação, as condições eram mais adequadas para uma 'modernização conservadora' do que para rupturas e o eleitorado não estava disposto a apostar em novidades. Neste contexto, as pesquisas de opinião e a mídia apenas confirmavam (e dessa forma, reafirmavam) um CR-P construído pela avaliação de desempenho retroativo das administrações federais anteriores. Havia uma 'disposição natural para continuidade' tornada definitiva pela mídia, de dois modos diferentes. Em 94, não houve disputa de Imagem Pública por visibilidade e a mídia participou ativamente da campanha de forma indireta, elaborando um CR-P favorável à continuidade do Plano Real e da estabilidade monetária, logo à eleição de

FHC. E em 98 também não houve disputa de Imagem Pública nas eleições. Ao contrário, houve um abafamento da campanha eleitoral pela mídia, que preferiu enfatizar o papel responsável do governo frente à crise econômica internacional, esquecendo-se de dizer que este disputava uma reeleição. E o estudo de Oliveira (1999) sobre o HGPE de 98 nos mostra como a imagem que o candidato faz do país passou a ser um conceito importante das campanhas publicitárias nos programas de rádio e TV. FHC firmava um bom presente e simulava um futuro melhor, enquanto Lula não conseguia convencer de que o presente não era tão bom assim e que o futuro só seria melhor, se votassem nele.

Nas eleições de 2002 havia uma grande insatisfação, como em 89, e o bloco hegemônico dominante também se achava dividido. A mídia, ainda tentando ser imparcial, adotou a estratégia da hiper-visibility, de fazer as eleições um grande show. Também se leve em conta que nas três primeiras eleições o peso do poder econômico, dos esquemas políticos clientelistas e o conjunto da mídia (os principais jornais, revistas e redes de televisão) estiveram monoliticamente do mesmo lado. E, em 2002, houve uma diversidade de posicionamento político dentro e fora dos meios de comunicação.

Em 89, houve um confronto entre as mensagens da mídia e as do HGPE. Não apenas da PT com a Rede Globo, através da sátira Rede Povo, mas também de outros candidatos que desqualificavam os meios de comunicação e eram por eles desqualificados. Em 94, a mídia tratou apoiou monoliticamente o Plano Real por fora da campanha, facilitando bastante a vitória de FHC. Em 98, escondeu as eleições e em 2002 preparou em verdadeiro show para, através da hiper-visibility, enquadrar antecipadamente os candidatos à agenda do FMI.

E não se trata apenas da visibilidade do candidato ou da campanha, a mídia oculta ou superexpõe as eleições de acordo com suas próprias necessidades de visibilidade. A superexposição das eleições na mídia gera também uma disputa de visibilidade interna, tanto dos candidatos em busca de votos como de emissoras de TV em busca de audiência. E o candidato do PT foi certamente o presidenciável que mais soube tirar proveito desta situação, tanto pelo fato de já ser bastante conhecido das outras três eleições presidenciais de que participou, mas principalmente pelo seu posicionamento de diálogo permanente com a imprensa durante a campanha.

É o que alguns analistas chamaram de *Lua de mel entre Lula e a TV*; e que Fausto Neto aponta como uma manobra de dupla utilização entre o candidato e a mídia, em que um dá visibilidade ao outro. Mais do que um *duplo uso* houve e há um diálogo entre Lula e a Mídia. Aliás, um não; vários diálogos, uma vez que o estilo do candidato do PT interage com diversos atores com e através da mídia. Lula responde a tentativa dos seus adversários de capturar o voto feminino indeciso com um belo clipe no HGPE; responde às críticas sobre sua falta de formação superior com humildade e com espírito de colaboração; responde ao mercado financeiro assumindo compromissos (na *Carta ao Povo Brasileiro*); revida aos ataques dos adversários com a estratégia do *Lulinha, paz e amor*; monitora a imprensa e briga por sua imparcialidade. Nada Lula deixa sem resposta.

Na metodologia de apelos no horário eleitoral de Porto, Lula foi o candidato que mais tempo dedicou às músicas e jingles (10,6%) e que menos utilizou o recurso da propaganda negativa (2,5%). Dos temas, ocupou 28,2% do seu tempo total com análise de conjuntura e ao diagnóstico dos problemas do país e, em segundo lugar (18,4%), às políticas futuras, sempre apresentadas como soluções aos problemas levantados. Os dados revelam uma profunda mudança política do PT em relação às eleições anteriores. Porto,

comparando os apelos aos enquadramentos da imprensa, observa ainda que a agenda de Lula foi a que mais se aproximou da agenda da mídia em relação ao tema 'Análise de Conjuntura', isto é, que Lula foi quem mais interagiu com o jornalismo dentro do campo temático de seu interesse, usando o noticiário a seu favor, com alusões freqüentes aos fatos noticiados e à própria mídia dentro de sua campanha. Ou seja: mudaram as propostas, o discurso, as alianças com outras forças políticas, o cabelo, a barba, as roupas. Lula e o Partido dos Trabalhadores mudaram? Ou terá sido o eleitor que mudou?

Rubim (2003) estuda principais imagens políticas da campanha de 2002 – Lula encarnando a esperança (de mudança) contra o medo (da mudança); o *Lulinha paz e amor*; e Lula, o negociador. Rubim ressalta ainda a importância da imagem de *Lula negociador*, enfatizada por Duda Mendonça principalmente em oposição às críticas sobre a falta de preparo (de experiência administrativa e acadêmica) para governar feitas pelos adversários. Porém, o golpe de mestre em termos publicitários está na resposta às tentativas de intimidação do eleitorado por parte de José Serra (e também da mídia e, através dela, do mercado financeiro): associando o medo (invocado pelos adversários) à mudança (de si mesmo

e do país como um todo), Lula associou-se à idéia de que a mudança é possível, à esperança de sua realização.

A idéia de que a *Esperança venceu o Medo* - baseada na percepção de que houve uma mudança na auto-imagem de Brasil da qual Lula e sua equipe souberam tirar vantagem política - é a que melhor combina os elementos visíveis e invisíveis da estratégia petista nas eleições de 2002. A disputa pelo voto feminino por todos os candidatos na mídia durante a campanha é um caso particular desta relação limiar entre o visível e o simbólico.

Desde cedo, os marqueteiros perceberam que a grande massa de votos indecisos era feminina. Então, primeiro houve uma tentativa de emplacar a candidatura da governadora Roseana Sarney pelo PFL (abortada por escândalos de corrupção). Depois, a escolha da deputada Rita Camata, do PMDB, para candidata à vice na chapa de José Serra (com a dura missão de adicionar sensibilidade ao economista); o papel desempenhado pela atriz Patrícia Pillar, 'mulher' do candidato Ciro Gomes, recém-recuperada de um câncer; as constantes menções de Garotinho a sua esposa Rosinha, candidata vitoriosa ao governo do Estado do Rio de Janeiro - todos os candidatos

tentaram associar sua imagem às mulheres e ao ideal feminino.

O PT colocou no ar um belo clipe com mulheres grávidas, símbolos da renovação, lembrando às eleitoras que Lula é quem realmente defende um mundo voltado para os valores femininos da solidariedade e da paz: a mudança light, sem rupturas ou sustos. O clipe tornava visível o que os outros candidatos tentavam utilizar um modo subliminar e ainda desqualificava sutilmente as outras iniciativas de cooptação do voto feminino.

Observa-se também que em suas três primeiras eleições Lula adotava uma estratégia centrada na análise crítica do passado/presente; e na quarta optou por uma estratégia voltada para o futuro e para idealização. Por outro lado, se adotarmos as categorias da ação social weberiana, constatamos que Lula e o PT *amadureceram*, ou seja, passaram da ética da convicção para ética responsabilidade. Em 2002, o PT combinava uma estratégia idealista com uma ética política responsável e pragmática. E esta combinação de opostos funcionou.

Outras características discursivas de 89 foram retomadas em 2002. Na primeira eleição, os programas de Lula eram menos personalistas, e o próprio candidato falava sempre em nome da Frente

Brasil Popular. Nas duas eleições seguintes, os programas foram mais centrados do personagem de Lula. Em 2002, o PT e seus aliados reaparecem com os atores políticos e como sujeitos históricos no discursivo televisivo, sem com isso ferirem a linguagem do veículo.

Descritos os cenários políticos eleitorais e comparados suas semelhanças e diferenças essenciais, resta-nos agora a tarefa de voltar à pergunta inicial que norteia nossa investigação: o que mudou realmente mudou em Lula e no PT e se esta mudança foi determinante na vitória de sua quarta eleição.

Mas, há ainda duas questões polêmicas entrelaçadas no debate teórico sobre as quatro eleições presidenciais: a dialética entre o medo e a esperança no discurso político contemporâneo e a mudança no padrão de representação de nossa identidade nacional.

Na eleição de 1989, Collor venceu Lula no 2º turno através do medo de um governo de esquerda estatizar ainda mais a economia e fazer a reforma agrária. Em 1994, FHC ameaçava que, se Lula fosse eleito, a inflação voltaria. Houve também o medo da incapacidade administrativa de Lula e o medo da crise de governabilidade devido ao sectarismo do PT. Em 98

e 2002, com a queda das bolsas e a alta do dólar, o medo se torna risco, isto é, o medo fabricado institucionalmente por um sistema político para estimular a obediência dos cidadãos a determinadas condições. Assim, há uma evolução histórica em relação à constituição e ao funcionamento conjunto desses dispositivos durante as eleições presidenciais.

Em cada um dos quatro momentos eleitorais, o medo e a esperança assumem um estágio de desenvolvimento específico. Em um primeiro momento, o medo da possibilidade da vitória de Lula era suscitado através do passado radical e da mudança de linha política. Tratava-se de convencer os eleitores que o PT estava mentindo, que logo que assumisse o poder, revelar-se-ia a verdadeira índole esquerdista do partido e todo esforço feito para controlar a inflação seria perdido, as privatizações das empresas estatais seriam desfeitas, os compromissos com o FMI seriam descumpridos, etc. Neste sentido, no final da campanha, José Serra adotará uma campanha nacionalista, usando as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, e sempre caracterizando Lula e o PT com bandeiras vermelhas, repetindo, de certa forma, a mesma estratégia de Collor no 2º turno de 1989.

O excesso de visibilidade de Lula – que por estar em sua quarta campanha era o mais conhecido dos candidatos – e a questão sobre a validade da mudança de seu discurso político foi um dos pontos centrais da eleição: quando a atriz Regina Duarte declarou no HGPE que temia a eleição de Lula, era porque não confiava em quem antes tinha propostas diferentes das que estava defendendo. Insinuava-se que detrás da publicidade light escondiam-se bandeiras vermelhas. Tentava-se colocar a imagem passada em contradição com a imagem imediata, invocando o medo – um forte apelo emocional contra o excesso de visibilidade de Lula.

Eleições no Brasil: O medo como estratégia política (CHAIA, 2004^a, p. 06) tem por objetivo analisar a estratégia de criar um clima de medo para combater a candidatura de Lula nas quatro eleições. O texto, no entanto, supera em muito seu objetivo inicial uma vez que, em alguns momentos, descreve também o aspecto positivo do medo no discurso político, o convite à aventura, à mudança e ao desconhecido. E vê o medo em sua dimensão social, silenciosa, não-discursiva.

Outro trabalho semelhante é o artigo **O Discurso do Medo versus o Discurso da Esperança – a disputa de sentidos decisiva das**

Eleições de 2002 (ALBUQUERQUE, 2004). Na verdade, Albuquerque apenas resume o aspecto teórico do trabalho de Chaia, detalhando mais a análise das campanhas eleitorais e reduzindo (metodologicamente) o medo à esfera discursiva. No entanto, pelo fato de ambas desconhecerem a bibliografia mais recente sobre a noção atual de indução ao Risco como um mecanismo coercitivo do poder (presente em inúmeras abordagens contemporâneas) e trabalhar apenas com o aspecto negativo do medo (medo ideológico em 89, medo da inflação em 94 e medo da crise internacional em 98), as pesquisadoras chegam a uma conclusão ingênua, atribuindo o medo a um discurso e a esperança a outro. Assim, o medo venceu em 89, 94 e 98; e, em 2002, a *“esperança venceu o medo”* e Lula foi eleito contra indústria do medo promovida pelo mercado financeiro com os institutos de pesquisa e redes de TV.

Mas, o medo não é mais uma ameaça discursiva, mas sim um sistema organizado de chantagem e enquadramento formado pelo mercado financeiro, pela mídia e os institutos de pesquisa; a esperança não é mais um sonho de um dia ser feliz, mas um sofisticado dispositivo da simulação em situações de risco induzido.

O medo é dialeticamente indissociável da esperança. Um homem sem medo é um homem sem esperanças. Mas, um só existe em função do outro. Só há esperança quando tememos e só temos medo quando temos expectativa. Na prática, são duas faces da mesma moeda.

E se utilizarmos o modelo das estratégias persuasivas nesta questão pode-se dizer a estratégia de situação consiste em defender a confiança no presente e fazer uma projeção negativa de futuro caso o adversário vença, em contraposição à estratégia de oposição é o pregar o medo diante do presente e a esperança em um futuro melhor.

Ambos se utilizam simultaneamente do medo e da esperança no âmbito discursivo, só que de modo invertido. Durante toda sua trajetória política, Lula também se utilizou várias vezes do medo discursivo ao seu favor na tática do *quanto pior, melhor* e fez ameaças, dizendo que quem tinha medo dele eram as elites, que temiam o advento da justiça social no Brasil e que este medo era real, uma vez que ele faria as reformas sociais necessárias para acabar com os privilégios caso eleito. Inspirar medo aos adversários faz parte das qualidades do herói ou do líder com que se identifica. Não é possível estudar a utilização

política-eleitoral do medo sem observar também sua inter-relação com as esperanças que ele suscita.

No entanto, pode-se colocar a idéia de uma dialética entre medo e esperança tanto no patamar conjuntural do CR-P (o medo de mudança de nosso modelo econômico e da esperança de mudança da situação social injusta) como no âmbito estrutural da Imagem de nossa identidade nacional (o medo e a esperança de ser brasileiro).

Outra polêmica se refere à mudança na representação da identidade nacional e ao fato novo que é o eleitor brasileiro eleger, em 2002, pela primeira vez em toda sua história, alguém que não faz parte da elite e que contesta seus interesses. A esperança de ser alguém superou o medo de não ser ninguém.

Será que a eleição de Lula representa dissolução histórica de complexo de inferioridade cultural dos brasileiros em relação ao Primeiro Mundo? Sendo assim não se trata apenas de uma mudança de embalagem ou fachada, ao aperfeiçoar sua imagem no sentido a atender esta demanda de auto-estima nacional, Lula *deu uma cara* ao país e sua vitória terminou com nossa inferioridade étnica de mestiços colonizados e subdesenvolvidos.

A Era FHC foi perpassada, na prática e na imaginação, por um programa de fazer o Brasil 'contemporâneo' pela via de uma globalização subordinada ao chamado Primeiro Mundo. A adoção, sem adequações, e mesmo a mera imitação dos valores e da cultura daquele ideal de sociedade tornaram-se as suas marcas registradas. Em contrapartida, a nação e o nacionalismo foram reiteradamente estigmatizados, na prática e na imaginação. Valores culturais como o globalismo, o individualismo, a competitividade, dentre outros, conformaram-se como matrizes do panorama cultural vigente. Em síntese, o horizonte existencial orientava-se por um olhar subalterno e embevecido para o Primeiro Mundo. Ao Brasil restava o esquecimento, quando não a vergonha e a repulsa. O amesquinçamento cultural propiciado por essa atitude fica evidente. A 'aventura interrompida' – para recordar a expressão de Gilberto Gil em seu discurso de posse como Ministro da Cultura – do país como projeto de nação encontrava assim novas interdições, que reforçando nosso complexo de inferioridade nacional ao imaginar um outro sempre idealizado. É a reinvenção da auto-estima e a retomada de valores, como a solidariedade; a preocupação com o outro e com o social. (RUBIM, 2003. p. 62).

Mas ainda é cedo para afirmar, como faz Candido Mendes na conclusão de seu *livro Lula: a opção mais que o voto* (MENDES, 2003. p. 265), que a vitória de Lula tenha posto fim em nosso complexo de inferioridade, mas é certo que sua eleição já altera profundamente a identidade que povo brasileiro tem

de si mesmo²⁸. Os índices de popularidade do presidente durante seu primeiro mandato, apesar da agenda contrária da mídia e do desgaste político imposto pela votação de reformas impopulares e escândalos comprovam que a *Lua de mel* de Lula foi com a população brasileira e não com os meios de comunicação. Senão como entender o favoritismo de Lula para reeleição em 2006, independente do fraco desempenho administrativo de seu governo e da complicada situação de seu partido, perdido em meio a denúncias de corrupção?

Devido a várias mudanças (em seu programa político, em suas alianças sociais e partidárias e, sobretudo, em sua Imagem Pública na mídia como um todo), Luis Inácio Lula da Silva ampliou gradativamente a sua notável capacidade de dialogar com os diferentes atores do cenário político, chegando à Presidência da República. Portanto, não se discute aqui a relação entre essas mudanças e o resultado de 2002, mas sim o processo de construção da Imagem Pública de Lula desde 89. Embora não seja nossa intenção demonstrar, acreditamos que a mudança na

²⁸O próprio Candido Mendes, mais cauteloso em um segundo livro, **Lula: entre a impaciência e a esperança** (2004), ao invés de se contaminar com a esperança vai defini-la como “um pacto com o inconsciente dos excluídos” (p.79) e temer que a decepção do fracasso do governo petista dê margem ao crescimento de correntes evangélicas na política brasileira.

Imagem de Lula em 2002 está associada à duplicação de sua votação, à ampliação de sua base de alianças e, sobretudo, a conquista da confiança dos setores de menor renda e escolaridade da população, que nas eleições anteriores votaram em seus adversários.

Portanto, de nada serve enumerar as determinações estruturais e as condições conjunturais que permitiram sua vitória na quarta eleição, se não observamos o papel da ação social que, engendrada por esses fatores, os utiliza e transforma: *Lula ganhou as eleições devido a sua capacidade política de dialogar com a mídia, com os eleitores, com os outros partidos e candidatos, com as instituições e com a realidade social brasileira.* É claro que o crescimento do PT como partido político ao longo dos anos e o grande desgaste dos governos FHC também contribuíram, mas este caráter interativo do discurso político e da Imagem Pública de Lula transpassa todas suas campanhas, mas vão progressivamente se aperfeiçoando e se consolidando.

E isto, no entanto, não implica em negar ou diminuir a existência de outros fatores interdeterminantes, como o crescimento progressivo do PT e o grande desgaste do governo FHC. Ao contrário: é justamente a autonomia relativa da popularidade de Lula às vésperas de sua quinta

eleição do PT (envolvido em corrupção) e do fraco desempenho de seu governo que demonstra a importância eleitoral e política de sua Imagem Pública – ou, ainda, generalizando: demonstra a relevância das Imagens Públicas nos cenários eleitorais das democracias em que a mídia tem papel central.

O voto personalista para presidência no Brasil (Vargas, JK, Jânio Quadros) é anterior à TV e ao *ambiente social midiocêntrico*: Mas, observando-se as quatro eleições presidenciais, após o período ditatorial constata-se que a mídia amplificou esta tendência histórica, construindo gradualmente uma *popularidade de novo tipo*, a Imagem Pública.

E além de comprovar o tremendo impacto da imagem pública em processos eleitorais, esta pesquisa constatou ainda que a atual luta política, mais que uma luta meramente por visibilidade ainda é uma disputa entre interpretações de mundo. E que a mídia enquadra a política, mas também é por ela agendada, principalmente em momentos de grande incerteza política e/ou pouca previsibilidade eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Andréa Moreira. **O Discurso do Medo versus o Discurso da Esperança** – a disputa de sentidos decisiva das Eleições de 2002. Apresentado no GT de Comunicação e Política da Compos, 2004.
- ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais, 2004; In: RUBIM, Albino. **Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Editora Hacker, 2004a. p. 106.
- AZEVEDO, Fernando. Imprensa, Campanha Presidencial e agenda da Mídia, 2000, in: RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) **Mídia e Eleições 98**. Salvador: Editora da UFPB, 2000, p.31.
- BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDENS, Anthony. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.
- CHAIÁ, Vera. Eleições no Brasil: O medo como estratégia política, 2004. in RUBIM, A. **Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Editora Hacker, 2004a.
- FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloísa; e JORGE, Vladimyr. Estratégias Eleitorais em Eleições Majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. in FIGUEIREDO, Rubens (org.) **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- GOMES, M. B. **Decifra-me ou te devorarei – A imagem pública de Lula no horário eleitoral em 1989, 1994, 1998 e 2002**. Natal, EDFURN: 2006.
- JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? **Revista Alceu** – v.3 – n.6 – p. 287 a 327 – Departamento de Comunicação Social da PUC/RJ: jan/jun, 2003.
- KUCINSKI, Mauricio. A mídia de FHC e o fim da razão 1999; in LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação** Petrópolis: Vozes, 1999; p. 181.

LESBAUPIN, Ives (Org.), **O desmonte da nação** Petrópolis: Vozes, 1999.

LESBAUPIN, Ives; e MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados** Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Venício A. **Mídia, Teoria e Política**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

MENDES, Candido. **Lula: a opção mais que o voto**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2003

_____. **Lula: entre a impaciência e a esperança**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e Discurso Político - uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994**. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, 2000.

_____. A descoberta da política – a campanha de 2002 na Rede Globo, 2004; in RUBIM, A. **Eleições Presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Editora Hacker, 2004a, p. 91.

PORTO, Mauro; VASCONCELOS, Rodrigo; e BASTOS, Bruna. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do horário eleitoral, 2004; in Rubim, A. **Eleições Presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Editora Hacker, 2004a. p.68.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação, Espaço Público e Eleições Presidenciais. **Revista Textos de Cultura e Comunicação**. N. 24 Salvador: FACOM/UFBA, fevereiro, 1990.

_____. As imagens de Lula presidente, 2003. in FAUSTO NETO, Antonio (Org.s) **Lula Presidente**: televisão e política na campanha eleitoral. Porto Alegre: Hacker Editores / Unisinos, 2003. p.43.

_____. (Org.) **Eleições Presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Editora Hacker, 2004a.

_____. (Org.) **Comunicação e Política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004b.

Confrontação mediada pela Dialógica

Mais do que uma teoria, o conhecimento sobre os conflitos é uma saber prático: como evitar conflitos e como, se não puder evita-los, vence-los. Trata-se de um conhecimento mais político que científico ou filosófico. Para alguns, este conhecimento é um 'saber fazer', uma técnica composta de diferentes estratégias para variadas situações. Mas, o conhecimento sobre conflitos exige criatividade e tem um componente fortemente ético relativo à liberdade (como não ser forçado à vontade dos outros e como fazer prevalecer minha vontade contra as resistências).

Por isso, pensamos aqui o conhecimento sobre conflitos como uma arte, isto é, como uma prática criativa voltada não apenas para o autoconhecimento e para a satisfação estética de seus agentes, mas, sobretudo, para o desenvolvimento das possibilidades cognitivas de um determinado coletivo, que dá suporte e sentido a esses conflitos. Para tanto, abordamos três aspectos: os estágios subjetivos de uma escalada de conflito, bem como as estratégias dialógicas adequadas a cada momento; o campo grupal como suporte-contexto do conflito e a 'humanização' de nossos padrões animais de liderança; e, finalmente, através de uma análise sistêmica, os princípios sócio-culturais de organização dos conflitos.

²⁹ Trabalho publicado pela Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação (BOCC) em 28 de dezembro de 2006. <<http://bocc.ubi.pt/pag/gomes-marcelo-arte-do-conflito.pdf>>

Introdução

O homem sempre viveu mergulhado em paradoxos, dividido por extremos e pólos opostos. Para uns, o universo está em permanente movimento e a vida é um conflito com a morte; para outros, não existem tantas rupturas e saltos, e todo conflito pode ser mediado e transformado em um diálogo. Uns acham que nunca um mesmo homem se banha em um mesmo rio; para outros, 'nada há de novo sobre o sol'. Alguns acreditam que foi a cooperação frente à Natureza que engendrou a Sociedade, outros pensam que foi o medo e a violência do poder de impor a outrem, contra a vontade, seus desejos e gostos.

Heráclito e Marx são exemplo de pensadores dialéticos, que pensam o mundo como uma sucessão de conflitos e contradições irreconciliáveis. Sócrates/Platão, Sigmund Freud e Edgar Morin são 'pensadores dialógicos', que pensam a 'inteireza das coisas' através de suas alternâncias e oposições. Mas, então, há uma dialógica filosófica que busca a verdade através do debate lógico em Platão; há uma dialógica clínica, baseada no jogo de transferência e contra-transferência analíticas em Freud; e há uma dialógica complexa, que envolve mais atores cognitivos (inclusive o ambiente e seus ruídos) do que os sujeitos interlocutores tradicionais em Morin.

Ou como disse Cremilda Medina, no livro **A Arte da Entrevista – o diálogo possível** (1986): há uma dialógica comunicacional ou ternária, em que o entrevistador, o entrevistado e o público realizam um discurso ao mesmo tempo compreensivo e espetacular. Compreensivo, quando a conversa se aproxima de um diálogo interior, seja clínico ou filosófico. E espetacular, quando a presença do público mediado se torna predominante no interior do diálogo dos interlocutores.

O Diálogo como reverso do Conflito deve ser entendido como um exorcismo deste ruído maniqueísta, das polaridades não-dialéticas. No diálogo, é preciso abrir mão das certezas; e, no conflito, há uma fixação emocional em certezas parciais construídas no confronto com outras certezas parciais. Para os autores pós-modernos (Foucault, Deleuze) que não trabalham com polaridades, o Conflito (ou a correlação de forças) é externo, silencioso e invisível; e o Discurso é sua subjetivação na linguagem, sua duplicação no 'lado de dentro'.

Não se deve pensar, no tanto, que a dialógica é uma 'dialética pacifista', que resolve os conflitos através da conversa e de reformas parciais. Quando afirmamos que a dialógica é o reverso do conflito não significa negar o choque das polaridades, mas sim sua

irreversibilidade. O diálogo é o reverso do Conflito e as polaridades tanto podem ser dialógicas ou dialéticas dependendo da forma como entendam a noção de ruído e de acaso – como vimos ao estudar as disputas de soma zero da teoria dos jogos.³⁰

Morin fundamenta a Teoria da Complexidade em três princípios que funcionam não apenas como postulados epistemológicos, mas, sobretudo, como fundamentos éticos de uma nova conduta de vida: o princípio dialógico (ou a dualidade dentro da unidade), o princípio da recursividade organizacional (ou da causalidade circular de retroalimentação múltipla) e o princípio da representação hologramática (segundo o qual o todo está contido em cada parte e as partes estão contidas no todo).

A partir destes três princípios pode-se pensar uma ética, que valorize o diálogo como conflito produtivo, que incentive a adaptação como forma de vencer as dificuldades e que sempre nos remeta à responsabilidade do universo em que estamos inseridos.

³⁰Diz-se que um jogo é de soma zero se o total dos ganhos ao final da partida é nulo, isto é, se o total de ganhos é igual ao total de perdas. E a aplicação desta teoria destes jogos não-cooperativos (entre dois ou mais jogadores) ao universo da vida social deu origem a Teoria da Escolha Racional e as suas diferentes interpretações.

Somos parte do universo que se estuda como um sistema aberto. Conhecimento objetivo e autoconhecimento são duas faces de uma mesma moeda, duas dimensões (física e psicológica) de um único processo. Nem o idealismo universal e abstrato, nem o relativismo concreto de cada realidade local, a complexidade quer pensar o universo concreto em suas múltiplas dimensões simultâneas: o todo é mais e menos que a soma de suas partes ao mesmo tempo.

Assim, não se deve pensar que a Dialógica mediadora é simplesmente uma versão conciliadora ou negociadora dos conflitos ou que ela favorece o consenso, a estagnação ou a conservação de situações injustas e desequilibradas. A Dialógica é o reverso do conflito no sentido de media-lo dentro de uma unidade de ação, permitindo que a expressão dos extremos sem a destruição do seu contexto – e não no sentido de abafar os conflitos. Ao contrário: abafar ou reprimir os conflitos faz parte do contexto de produção do conflito destrutivo que a Dialógica intenta tornar produtivo.

Aliás, a idéia de uma “confrontação atenciosa”, termo elaborado por Friedrich Glasl, no livro **Auto-ajuda em Conflitos – uma metodologia para reconhecimento e solução de conflitos em organizações** (1999) para designar uma terceira

atitude frente ao conflito. Esta atitude também é chamada de 'auto-afirmação em conflitos' ou simplesmente de 'assertividade' (SMITH, 1977; THOMAS, 1976, APUD GLASL, 1999, p. 14) e exige estratégia, objetividade, iniciativa, conhecimento do comportamento e dos pontos fracos do oponente.

O certo que todo conflito nasce de duas atitudes básicas opostas: o receio de conflitos e a vontade de brigar. Há pessoas com propensão ao conflito porque acreditam que este levará a mudança da situação e há pessoas com propensão a evitar o Conflito, o choque aberto de interesses contrários, que consideram destrutivos e desnecessários. Conservadores e acomodados tendem ao consenso e à defesa da estabilidade; pessoas injustiçadas ou progressistas tendem a ser agressivas em relação às regras e convenções sociais.

O conflito sempre é resultado da polarização dessas duas atitudes opostas, contra e a favor das mudanças. E a 'confrontação atenciosa' ou auto-afirmação seria uma terceira atitude que permita o desenvolvimento do Conflito das Partes dentro de um contexto de estabilidade estrutural do Todo.

Ou seja, fazendo com que cada extremo expresse seu ponto de vista sem ameaçar o rompimento da relação (os conservadores

expressando sem medo em relação às mudanças; os progressistas expressando sua insatisfação com as situações injustas), transformando o Conflito de interesses contrários em um Diálogo sobre as diferenças (de idade, de cultura, etc) e em uma negociação realista sobre os limites e os critérios das mudanças possíveis. E a negociação é sempre o objetivo e a saída construtiva para o Conflito.

O roteiro do Conflito

Glasl também elabora um roteiro de fases e etapas em que o desenvolvimento do Conflito se organiza como um círculo vicioso em que as polaridades se retroalimentam em uma escala crescente de auto-contágio.

FASE	ETAPA	INTERVENÇÃO
Diferenças Objetivas – Disputa	Temos um Conflito!	Auto-ajuda
Diferenças Pessoais – Conflito simples		
Conflito sobre o próprio Conflito	O Conflito tem a nós!	Ajuda de outros
Conflito sobre a solução do Conflito		Ajuda profissional
DESTRUIÇÃO RECÍPROCA DOS PROTAGONISTAS		

Em uma primeira fase, o Conflito nasce de interesses comuns e diferenças objetivas. Em todas as espécies, os machos disputam fêmeas e territórios. Uma disputa entre adversários não significa necessariamente um Conflito entre inimigos, porque o

pacto de cooperação entre os disputantes supera a competição. O derrotado 'sabe perder' e apóia seu vencedor. O Conflito começa efetivamente quando as diferenças objetivas se tornam pessoais, quando o espírito da competição supera a da cooperação. O Conflito é resultante da possibilidade de ruptura das regras do jogo, de um dos protagonistas 'virar a mesa' e não aceitar a vitória do adversário.

Então, ao mesmo tempo, que aumentam os pontos de litígio, diminui a capacidade de perceber o ponto de vista do outro. As partes tornam-se cada vez mais irracionais, instintivas, inconscientes em relação ao conjunto e elaboram 'racionalidades' próprias: os contrários à mudança enfatizam as necessidades materiais, as causas históricas, a relação entre o passado e a situação presente; os favoráveis à mudança ressaltam as finalidades, as novas possibilidades de ação e as diferentes probabilidades de construção do futuro a partir da situação presente. E ambos tornam-se cegos e surdos em relação ao discurso contrário. Então, passa-se das palavras às ações.

O terceiro passo na escalada do desentendimento se dá quando cada um passa a compreender e explicar o Conflito de uma forma diferente definitivamente diferente a do outro. Neste ponto, o Conflito se personaliza nos protagonistas e,

ao mesmo tempo, paradoxalmente, 'perde sua cara', envolvendo um número maior de pessoas nos dois lados do embate. O Conflito passa então a 'possuir' seus protagonistas, que passam a representar 'causas' coletivas, encarnando os extremos da estrutura na qual estão inseridos. Para os protagonistas, o conflito se torna uma questão pessoal; mas, para o conjunto, ele encarna e representa formas de ver e de pensar coletivas.

O quarto passo da escala crescente de auto-contágio do Conflito se dá quando as esperanças de negociação se esgotam e os protagonistas passam a divergir quanto a solução do Conflito, cada um excluindo o interesse do outro do desfecho de sua vitória. Glasl defende que só neste ponto é preciso de uma interferência externa da autoridade para refrear o confronto, não permitindo a prática de intimidações e retaliações parciais. A cada fase do Conflito uma forma de intervenção é prescrita: na fase do Conflito simples, a confrontação atenciosa – a expressão das diferenças e a compreensão das projeções das transferências simbólicas involuntárias; na fase do Conflito sobre o próprio Conflito, a mediação por amigos comuns e terceiros pontos de vistas em dinâmicas grupais – a despolarização dos extremos através da multiplicidade e pluralidade democrática; apenas na fase do Conflito sobre a solução do Conflito,

quando o sentimento de exclusão mútua se torna irreversível e o confronto caminha para destruição recíproca, prescreve-se a necessidade de uma intervenção externa da autoridade para impedir que as intimidações e retaliações entre os protagonistas levem o Conflito às suas últimas conseqüências.

FASE	ATITUDE	AÇÃO
Conflito simples	Endurecimento	Cooperação > Competição
	Debate	Cooperação = Competição
	Ações ao invés de palavras	Cooperação < Competição
Conflito sobre o próprio Conflito	Imagens e Coalizões	Personificação do Conflito
	'Perder a cara'	Ampliação dos envolvidos
Conflito sobre a solução do Conflito	Estratégias de ameaça	Intimidação do Inimigo
	Ataques destrutivos limitados	Retaliação do Inimigo
	Desunião	Destruição do Inimigo
Conflito destrói o Conflito	'Juntos para o Abismo'	Autodestruição

Apesar de apresentar suas idéias para dar consultoria a diplomatas, a negociadores de greves e de seqüestros, Glasl é pensador idealista (na verdade, um pensador esotérico do movimento antroposófico) e acredita que os conflitos sociais sempre se originam em conflitos interiores, mais precisamente no conflito

entre o Ego e o Self. Segundo Glasl, para compensar seus desequilíbrios de desenvolvimento, a relação Ego/Self 'diaboliza' o outro, projetando sua sombra (seus aspectos negativos) no inimigo e, por sua vez, servindo como um 'suporte alter-ego' para que ele projete sua sombra também.

Também é preciso perceber que os conflitos são processos complexos e que sua estruturação em fases e etapas lineares é apenas didática. Na prática, os estágios de um conflito concreto se sobrepõem e se interpenetram, com várias possibilidades de manobras táticas de ambos os lados. A estratégia do homem-bomba, por exemplo, é uma antecipação do último estágio.

O Contexto do Conflito

Embora concordando com a dinâmica subjetiva proposta por Glasl, é impossível investigar o Conflito de forma descontextualizada, sem levar em conta os interesses contrários e diferenças objetivas que o motivaram. É claro que existem conflitos sociais entre diferentes coletivos históricos (entre classes sociais, entre partidos políticos, entre estados, etc), como também conflitos pessoais entre indivíduos, mas é o cerne da noção de Conflito reside no contexto Grupal. Na verdade, tanto a Sociedade como o Indivíduo são noções abstratas modernas, construções históricas

bem posteriores ao nosso vínculo grupal com os conflitos. A colocação do Conflito em um contexto grupal esbarra, no entanto, em alguns obstáculos teóricos, como a tentação a definir a categoria de grupo, de buscar suas origens históricas ou de classificá-lo em diferentes tipos. Ana Maria Fernández, no livro *O campo grupal – notas para uma genealogia*, diz o seguinte:

Em primeiro lugar, enfatizamos uma diferenciação: os grupos não são o grupal; portanto, o que importa é uma teoria do que fazemos e não uma teoria do que existe. Neste sentido, sua preocupação é epistêmica (como se constroem os conhecimentos sobre o grupal) e não ôntica (o que são os grupos). (2006, p. 4-5)

Interessa aqui observar algo que escapa à pedagogia e à psicoterapia em grupo: que é o Conflito que cria o Grupo e o Grupo que gera o Conflito. O inimigo - seja outro grupo, a natureza em seus diferentes aspectos ou a própria violência do grupo personificada em um deus, demônio ou em traidor interno – é que justifica o vínculo social. Para haver cooperação é preciso haver conflito contra um inimigo externo/interno, é necessário existir um mal a ser vencido e exorcizado – um bode expiatório a ser sacrificado³¹. Considere-se falsa, portanto, a questão

³¹ Aliás, o bode expiatório é uma expressão alegórica oriunda de um fato literal: nos rituais de magia negra, um bode ocupava o lugar simbólico do Cristo e era imolado

se foi o conflito externo (a cooperação frente à natureza) anterior ao conflito interno do grupo ou foi a dominação entre os participantes que iniciou a exploração predatória do meio ambiente.

E o que distingue os conflitos dos rebanhos mamíferos (disputa pelas fêmeas e pelo território) do regime de dominação e exploração contínua através da força de um grupo sobre outro da mesma espécie? Não podemos aqui reproduzir, em toda sua extensão, o conteúdo de outras pesquisas específicas sobre a 'humanização' de nossas relações biológicas de convivência. Há, no entanto, dois pontos de vistas contrários importantes de destacar como parcialmente equivocadas: a idéia de que não há diferença fundamental entre o comportamento de rebanho e o comportamento de grupo (DELEUZE & GUATTARI); e a idéia de que o comportamento grupal humano é essencialmente diferente do comportamento coletivo dos mamíferos (FREUD).

Deleuze e Guattari vão enfatizar a questão do território, mas, de forma um tanto quanto romântica, opor o comportamento de rebanho dos grupos humanos (associado ao comportamento de massa) ao comportamento da matilha (um superindividualismo anti-social idealizado – que na verdade não

para expiar os pecados dos participantes.

corresponde ao comportamento real dos lobos). O rebanho tem um comportamento essencialmente sedentário (enraizado no território pela agricultura e pela escrita), enquanto o comportamento da matilha é do tipo desterritorializado e desterritorializante: nômade, guerreiro, em constante deslocamento no espaço geográfico, com ênfase na caça, pesca e no extrativismo com meios de subsistência.

{...} Canetti distingue dois tipos de multiplicidade que às vezes se opõem e às vezes se penetram: de massa e de matilha. Entre os caracteres de massa, no sentido de Canetti, precisa-se notar a grande quantidade, a divisibilidade e a igualdade dos membros, a concentração, a sociabilidade de conjunto, a unicidade de direção hierárquica, a organização da territorialização, a emissão de signos. Entre os caracteres de matilha, a exigüidade ou a restrição do número, a dispersão, as distâncias variáveis indecomponíveis, as metamorfoses qualitativas, as desigualdades como restos ou ultrapassagens, a impossibilidade de uma totalização ou de uma hierarquização fixa, a variedade browniana das direções, as linhas de desterritorialização, a projeção das partículas. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, pág. 46/47)

Já Freud, ao contrário, acredita que a diferença entre o grupal e a horda primitiva reside nos humanos terem se tornados neuróticos, isto é, sublimarem seus instintos sexuais e sua agressividade através de uma linguagem. Há, pelo menos dois livros fundamentais com esta posição: a delirante hipótese sobre a gênese

do poder e da violência de **Totem e Tabu** (1969a) e a primeira análise sistemática do papel do líder no interior dos grupos e das instituições, com **Psicologia das Massas e Análise do Ego** (1969b).

Em Totem e Tabu, Freud advoga a tese de que houve, em tempos imemoriais, houve o assassinato do pai da horda primitiva e que esse crime teria gerado um profundo sentimento de culpa, produzindo uma necessidade de reparação permanente e se transformando em um objeto de adoração: o poder. Por mais estapafúrdia que nos pareça hoje, essa primeira façanha sociológica freudiana é importante porque quer explica a organização do poder através de mecanismos involuntários e inconscientes e não simplesmente através da ameaça de violência física. Freud foi pioneiro em explicar que o poder não se funda na simples dominação dos corpos através do medo, mas sim domesticação das almas.

Já na Psicologia das Massas, Freud estuda as razões que determinam a formação e a persistência dos grupos e instituições em relação aos mecanismos do ego. Na primeira parte, aplicando a noção de Complexo de Édipo na cultura desenvolvida de forma geral em Totem e Tabu a instituições específicas como a igreja e o exército. Freud observa que essas associações teriam fundamento na libido

dessexualizada (ou na exclusão do feminino, como diz atualmente) em torno de um líder, que funcionaria como objeto comum de vinculação afetiva. O líder moderno ocuparia o lugar simbólico do pai primitivo assassinado, garantindo, assim, através da atualização desta memória arcaica, a unidade e a identidade dos membros do grupo.

Nem Freud, nem os pensadores pós-modernos, apesar de suas significativas contribuições ao debate sobre os conflitos humanos (Freud com a noção de inconsciente grupal, Deleuze & Guattari com a oposição dos comportamentos sedentário e nômade) estão inteiramente corretos sobre a continuidade ou a ruptura com nosso comportamento arcaico. O certo é que o grupal como contexto dos conflitos interpessoais humanos é híbrido (inato e adquirido, genético e cultural) e resultante de outros conflitos estruturais: entre o singular e o coletivo; entre as necessidades instintivas das partes e a racionalidade do conjunto; e, sobretudo, entre *as vontades de poder pela liderança do grupo* dentro de um meio ambiente hostil e imprevisível.

Servir ou ser servido

Platão e Nietzsche, rivais irreconciliáveis no campo das idéias filosóficas, partilham, no entanto, da crença política que a democracia é uma degeneração

da ordem natural. E entre as muitas abordagens sobre o papel da liderança em grupos, há algumas que, tentando retomar a contribuição freudiana, atribuem ao cristianismo um papel 'humanizador' de nossa natureza selvagem, isto é, de mudança do padrão animal de liderança através da força e dos atributos físicos para um padrão baseado na renúncia aos instintos e no atendimento das necessidades individuais e coletivas do grupo.

Um caso é a conversão do psicanalista-marxista alemão Wilhelm Reich ao cristianismo em seu último livro, **O assassinato de Cristo** (1997), escrito pouco antes de sua morte nas prisões norte-americanas - em que esta renúncia pulsional da morte é problematizada como uma ética. Neste trabalho, a lembrança de um assassinato primordial não é apenas uma questão de culpa edipiana, mas um ideal voluntário de desenvolvimento através das restrições (mentais, alimentares, sexuais), uma prática ascética.

Outro caso, ao mesmo tempo semelhante (pois considera o cristianismo como responsável pela mudança de um padrão mais instintivo que 'racional) e completamente contrário (pois considera este novo padrão uma forma de controle social mais sofisticada) é a noção de poder pastoral enunciada por Michel Foucault, também em seus últimos escritos (1984).

Foucault quis levar a crítica de Nietzsche à ideologia cristã às últimas conseqüências como um modelo de domesticação das almas pela ordem social. Assim, quando, nos primeiros versículos do décimo terceiro capítulo do Evangelho esotérico de João, Jesus lava os pés de seus discípulos, instaura-se uma nova forma de liderança e autoridade, uma nova conduta de poder, se constitui tanto do ponto de vista ideológico como no campo organizacional. Por isso, Foucault dá tanta importância à crítica do cristianismo, porque ele representa uma nova conduta de poder, que, diferentemente da conduta do 'príncipe' maquiavélico não se baseia na força ou da ação sobre os corpos, mas sim na admoestação das almas pelo espírito de rebanho.

	PODER DO PRÍNCIPE	PODER PASTORAL
SERVIÇO	Os liderados se sacrificam pelo líder	O líder se sacrifica pelos liderados
EXERCÍCIO	Sobre os corpos através do Medo	Sobre as almas através da Culpa
DOMÍNIO	Domina identidades coletivas se colocando acima dos interesses de cada parte	Domina cada indivíduo durante toda vida
MORTE	Promete a satisfação das necessidades imediatas inclusive a vida; a desobediência é a morte ou o castigo.	Promete a vida eterna e a salvação em outro mundo
IMAGEM	Soberania e representação do conjunto pelo centro	Oblativo e coextensivo à vida

Nesta perspectiva, as duas condutas, a do Príncipe e a do Pastor, rivalizaram e se completaram por muitos séculos. Durante toda primeira metade da Idade Média, enquanto os padres condenavam os pecados e perdoavam os pecadores, salvando-lhes as almas; os soberanos puniam os corpos dos criminosos. A partir do Estado Moderno, justamente quando se separou juridicamente religião e política, a conduta pastoral extrapolou a organização eclesiástica, tornando-se um padrão e multiplicando-se em várias escalas: o pai pastor, o chefe pastor, o professor pastor, a polícia pastora, etc.

A partir de então, todo poder passou a se organizar tendo como objetivo o controle individual das almas. Mas, ao invés da salvação em outro mundo, passou-se a prometer o bem-estar social, a utopia; mas a conduta manteve o mecanismo de confessar os corações pela chantagem emocional e pela culpa. O poder pastoral foi assimilado pelo poder laico e passou a fazer parte de sua natureza.

No entanto, esta ênfase no cristianismo como fator de modificação dos padrões de liderança nos grupos humanos, defendida (por motivos diferentes) por Foucault e Reich é apenas parcial. O príncipe maquiavélico, ao contrário do desejado, combina o uso da força ao consentimento. A questão da liderança

não é servir ou ser servido, mas sim usar e seu usado para manter o controle.³²

Após estudar os padrões de relacionamento de vários grupos de animais (mamíferos, répteis, insetos, etc), Kurt Lewin (1965, 1989) observou que três atitudes recorrentes, três comportamentos biológicos possíveis no interior de um grupo genérico: *se identificar com o poder, ser contra o poder e se aceitar o poder como algo fora de si.*

É claro que eles foram superdesenvolvidos, deformados, sofisticados enfim, transformados de diferentes modos pelos homens e por outras espécies. Não existem 'lobos' nas sociedades das abelhas, das formigas e de outros insetos gregários; não há 'ovelhas' entre os répteis; os peixes não têm 'pastores'. E entre nós - os humanos - encontramos, em parte graças ao cristianismo, à indústria cultural e ao próprio Freud, esses três papéis funcionando como paradigma do comportamento grupal. Em ***Um mapa, uma bússola*** (GOMES 2000) coloquei esses três comportamentos atávicos no cenário pastoral: os que

³²O objetivo principal de Foucault; seu verdadeiro projeto era entender "o modo como um ser humano se transforma em sujeito". Sujeito, tanto no sentido de 'submetido a outro por controle e dependência', quanto no sentido de 'consciência, identidade de si'. E é para escrever uma história do sujeito que Foucault irá detalhar esses confrontos de resistência entre as pessoas e essa 'racionalização excessiva' da sociedade.

se identificam com o poder são Pastores; os que são contra, Lobos; e os submissos, Ovelhas³³.

O roteiro subjetivo dos confrontos interpessoais, o contexto grupal e seus papéis (de liderança, contestação e obediência) ainda são insuficientes para entender a lógica dos conflitos em nossa sociabilidade violenta senão levarmos em conta a intenção e o propósito dos desentendimentos.

Focos conflitantes da Elipse Grupal

Com a intenção de propor um ordenamento nas abordagens e focos sobre o campo grupal, Fernández estabelece “três momentos sistêmicos”, indicando ao mesmo tempo aspectos e etapas da discussão por diferentes autores.

O primeiro momento sistêmico é definido pela frase “o todo é mais que a soma das partes”, isto é, o grupo é mais que um agregado de indivíduos. E o paradigma correspondente, estudando “o a mais” do

³³*Os lobos* são os que não aceitam ser usados ou usar os outros, os que recusam as relações de dominação e entendem o poder como capacidade e potência. [...] *As ovelhas* trocam afeto por manipulação. São elas que dominam o pastor, mas, dissimuladas, fingem que é ele que as domina. Elas usam enquanto fingem ser usadas e só desejam se divertir. Transformam tudo em espetáculo e em divertimento. [...] *Os pastores* são os que se identificam com o poder. Embora se considerem protetores das ovelhas, são escravizados pela bajulação do rebanho e usados como espantalhos contra a liberdade dos lobos.

conjunto e a disputa pela liderança em diferentes espécies, é a microsociologia de Lewin.

O segundo momento sistêmico, para Fernández, corresponde à noção de 'Pressupostos Básicos', desenvolvida pela psicologia cognitiva de Bion (1975). 'Pressupostos Básicos' são padrões de comportamento coletivo – situações emocionais arcaicas - que tendem a evitar a frustração inerente à aprendizagem por experiência, quando esta implica em dor, esforço ou sofrimento. Bion identifica três tipos: pressuposto básico de dependência; pressuposto básico de acasalamento; e pressuposto básico de ataque e defesa diante do inimigo.

Nessa perspectiva, os grupos operam em dois regimes distintos: o grupo de trabalho (e de cooperação consciente) e a emergência dos pressupostos básicos do inconsciente arcaico estabelecendo sentimentos comuns aos indivíduos do grupo. No pressuposto de dependência, por exemplo, o sentimento de proteção e de adoração em relação aos líderes ou às divindades; no pressuposto do acasalamento, o sentimento de esperança no futuro da comunidade; no pressuposto de ataque e fuga diante do inimigo, os sentimentos de medo e de raiva, tão freqüentes nos conflitos. Nesse segundo momento, a incorporação do "setting" terapêutico ao trabalho com grupos descentralizou o papel da coordenação

das decisões, passou-se do “líder ao oráculo”, isto é, de uma liderança baseada na força e no carisma para uma liderança conquistada através do poder de interpretação o eixo singular-coletivo, de “dar a última palavra” sobre o que o grupo é, o que ele quer, qual seu significado, etc.

O terceiro momento sistêmico de Fernández é enunciado por Anzieu e pela psicanálise de grupo pós-lacaniana: o “esgotamento do objeto discreto”. Ou seja: não basta observar como os processos inconscientes operam nos grupos, mas é preciso enunciar a própria noção de grupo como uma função do inconsciente, como um objeto psicanalítico (de investimento pulsional), como um sonho coletivo. Assim, adota-se a psicanálise de grupo como método não apenas terapêutico, mas de investigação da ‘grupalidade’ – a sociabilidade anterior ao indivíduo moderno.

O grupo é um lugar de fomentação de imagens; é uma ameaça primária para o indivíduo. A situação do grupo face a face (reunião, discríção, trabalho em equipe, vida comunitária com companheiro que mal conhece, em número superior ao que normalmente convive nas relações sentimentais, sem uma figura dominante por cujo amor a pessoa possa se sentir protegida e unidade aos demais) é vivida como uma ameaça para a unidade pessoal, como uma colocação em questão do eu. (ANZIEU APUD FERNÁNDEZ, 2006, 138).

E a des-individualização das pessoas em situação de grupo se dá através do exorcismo de seus fantasmas individuais e coletivos. Para psicanálise pós-lacaniana, o grupo é um aparelho de trabalho simbólico dos fantasmas individuais (o pai, a mãe, o outro, a morte, etc) como também pode encarnar fantasmas coletivos (a família, a equipe, o exército, o próprio grupo é um fantasma do campo grupal). E, é justamente o fato da teoria psicanalítica dos grupos não dar conta de uma teoria geral (ou genealógica) da grupalidade (embora tenha sua contribuição) que Fernández chama de “esgotamento do objeto discreto”. Qual a relação entre o campo grupal, a comunidade primitiva e a estrutura familiar?

Ora, a noção de grupo na perspectiva psicanalítica é insuficiente para responder essas questões. Aliás, trata-se de uma confusão entre duas ‘grupaldades’ arqueológicas distintas: a roda de canto e dança, contexto-suporte da memória social antes do aparecimento da escrita; e o grupo psicanalítico que pensa suas relações estruturais de convivência social. E assim, os ‘organizadores fantasmáticos’ dos grupos analíticos não correspondem aos princípios de organização dos diferentes grupos históricos no campo sócio-cultural.

Edgar Morin, no princípio hologramático da sua teoria da complexidade, também tece uma trama sistêmica em três momentos:

Consideremos um tapete. Comporta fios de linho, de seda, de algodão, de lã, com cores variadas. Para conhecer esta tapeçaria, seria interessante conhecer as leis e os princípios interessantes a cada um destes tipos de fio. No entanto, a soma dos conhecimentos sobre cada um destes tipos de fio que entram na tapeçaria é insuficiente, não apenas para conhecer esta realidade nova que é o tecido (quer dizer, as qualidades e as propriedades próprias de cada textura), mas, além disso, é incapaz de nos ajudar a conhecer a sua forma e a sua configuração. Primeira etapa da complexidade: temos conhecimento simples que não ajudam a conhecer as propriedades do conjunto. Uma constatação banal que tem conseqüências não banais: a tapeçaria é mais que a soma dos fios que a constituem. Um todo é mais que a soma das partes que o constituem. Segunda etapa da complexidade: o fato de que existe uma tapeçaria faz com que as qualidades deste ou daquele tipo de fio não possam exprimir-se plenamente. Estão inibidas ou virtualizadas. O todo é então menor que a soma das partes. Terceira etapa da complexidade: isto apresenta dificuldades para o nosso entendimento e para a nossa estrutura mental. O todo é simultaneamente mais e menos que a soma das partes. (MORIN, 1997)

Mas, sobrepondo os três momentos sistêmicos de Fernández à hologramática da teoria complexa de Edgar Morin (segundo o qual o todo é, ao mesmo tempo, mais e menos que a soma de suas partes), encontramos uma solução diferente para o campo

grupal, que nos permite pensar também a intenção estrutural dos conflitos.

No primeiro momento sistêmico, o grupo é mais que a soma dos esforços dos seus componentes. Mas, não só no sentido dado por Lewin. A este excedente de trabalho coletivo (o resto que sobra do todo menos as partes) chama-se 'Capital'. Capital, entendido não apenas no sentido marxista, mas no de Bourdieu (1998) de sobreproduto das trocas simbólicas. Já no segundo momento sistêmico, o grupo é menos que a soma das suas partes e recalca as qualidades de seus componentes. A este déficit (o inibido das partes através do todo) chama-se 'Inconsciente'. O inconsciente grupal, como vimos, não é nem singular nem coletivo, mas opera como uma energia latente através de padrões inibidos pela cultura.

Observando-se o terceiro momento sistêmico da teoria da complexidade moriana – em que “o todo é, ao mesmo tempo, mais e menos que a soma das partes” – percebe-se que os princípios organizadores da grupalidade-total não são nem os pressupostos básicos da psicologia cognitiva de Bion, nem as imagens fantasmáticas pós-lacanianas ou os arquétipos mitológicos dos psicanalistas neo-junguianos.

O Capital e o Inconsciente são os dois epicentros do Conflito no campo grupal. A disputa pelo excedente simbólico do grupo e o recalque da energia psíquica nos tornam violentos a partir de nosso vínculo social, constituído pela repressão sobre as Partes e pela expropriação do excedente do Todo. O Capital e o Inconsciente, juntos, funcionam como focos opostos na constituição elíptica dos Conflitos.

Nossas perdas e nossos excessos são as causas de nossos conflitos? Dito assim parece simples. Bastaria (para viver em uma paz dinâmica) reinvestir o excedente do todo para compensar o inibido das partes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BION, W. R. **Experiências com grupos**. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP, 1975.
- BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDENS, Anthony.
Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.
- BOHM, David. **On dialogue**. New York: Routledge, 1996.
- DELEUZE & GUATTARI, G. e F. - Segundo platô: 1914 - Um só ou vários lobos. **in Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia** v.I Coleção Trans. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FERNANDES, Ana Maria. **O campo grupal – notas para uma genealogia**. Coleção psicologia e pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade I, II e III (A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 a 82)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FOUCAULT, Michel. "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in Freyfus, Hubert e Rabinow, Paul. **Michel Foucault. Un parcours philosophique**, Paris, Gallimard, 1984.
 <<http://jornalista.tripod.com/midiaepoder/contemp.htm>>
- FREUD, Sigmund. A psicologia de grupo e a análise do ego. (Originalmente publicado em 1921) In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969a.
- _____. Totem e Tabu. (Originalmente publicado em 1913) In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969b.
- GASL, Friedrich. **Auto-ajuda em Conflitos – uma metodologia para reconhecimento e solução de conflitos em organizações**. São Paulo, Editora Antroposófica, 1999.

- GOMES, M. B. **Um mapa, uma bússola – hipertexto, complexidade e eneagrama**. Rio de Janeiro: Editora Mileto, 2001.
- LEWIN, Kurt **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix. 1989
- _____**Teoria de Campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira Ed., 1965
- MEDINA, Cremilda. **A Arte da Entrevista – o diálogo possível**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MORIN, Edgar. Método III: **O Conhecimento do Conhecimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986
- _____**“La complexité et l’entreprise” in Introduction à une pensée complexe**, ESF, Paris, 1990 pp 113-124. Tradução do professor José Maria Tavares de Andrade (UFBA), 1997.
- REICH, Wilhelm. **O Assassinato de Cristo**. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1997.

Será tudo mentira?³⁴

Aforismos para uma Genealogia da Teoria da Conspiração

O presente texto estuda as origens ideológicas da(s) Teoria(s) da Conspiração, isto é, da concepção de mundo que acredita que o mundo é governado por forças invisíveis. O fio condutor desta investigação é a análise pontual do texto **A Arte da Mentira Política** (2006) – atribuído a político inglês Jonathan Swift e encontrado em Amsterdã em 1733. Durante a exposição e análise das idéias deste texto-guia, abordando-se também várias questões políticas atuais: a noção de ideologia, a crise da polaridade esquerda-direita, a imagem pública dos governantes, as idéias de risco e simulação, a modernidade e o papel dos meios de comunicação na democracia contemporânea.

#1 - A Verdade, essa soberba ...

De nada adianta dizer que não há uma única verdade absoluta; que a verdade é sempre relativa ao seu tempo, ao seu local e aos seus sujeitos – como afirma Nietzsche. É preciso observar como essas diferentes verdades são produzidas, através de que critérios históricos seus sujeitos às elaboram. Pode-se conceber a Verdade em três modos distintos indissociáveis: a verdade objetiva ou a idéia de verdade; a verdade subjetiva ou sentimento de verdade; e a verdade intersubjetiva ou paradigmática.

³⁴ Texto apresentado no 1º Colóquio Internacional de Comunicação, História e Política, UFRN, Natal, 2007.

Edgar Morin (1986, 124)³⁵, por exemplo, é um dos que distingue a idéia de verdade do sentimento da verdade.

“(...) A idéia de verdade corresponde a uma resolução da alternativa verdadeiro/falso, sem que ela nos implique ou nos afete necessariamente. Reencontramos ou formulamos incessante a idéia de verdade nos nossos cálculos, nas nossas percepções, nas nossas observações sem nos sentirmos implicados nela. (...) O sentimento de verdade traz a dimensão afetiva/existencial à idéia de verdade, e tanto pode apoderar-se da idéia de verdade como lhe obedecer. (...). O sentimento de verdade suscita uma dupla possessão existencial: uma tomada de posse da verdade (‘a verdade me pertence’) e uma tomada de posse pela verdade (‘pertencço à verdade’); as duas posses ligam-se num anel que as alimenta uma à outra: ‘pertencço à verdade que me pertence’; assim, ao mesmo tempo em que se torna uma entidade transcendente que adoramos, a verdade torna-se um bem pessoal, incorporado a nossa identidade”.

A noção de verdade como paradigma, por sua vez, é contexto e estrutura da idéia e do sentimento

³⁵Morin define a noção de ‘idéia’ (p.138) a partir de dois equívocos polares. Em primeiro lugar o idealismo, certamente inaugurado por Platão, supervaloriza a autonomia das idéias em relação ao mundo objetivo das coisas; por outro lado, estaria o erro de subestimar a autonomia das idéias, reduzindo-as a meras ilusões ideológicas. Para Morin, as idéias guardam uma autonomia relativa em relação ao seu contexto social, porém isto não resulta de uma primazia diante dos fatos e da realidade, mas sim de um Diálogo entre os dois aspectos cognitivos do homem no mundo: o mito e o logos.

de verdade de acordo com regras e procedimentos epistemológicos válidos durante algum tempo, isto é, enquadra as dimensões objetiva e subjetiva em um determinado modo histórico de ver e pensar. Assim colocada, a idéia de Verdade é um universal transcendente, mas só se pode chegar a ela através do seu oposto, daquilo que, em determinado momento e lugar, foi considerado como ilusório e “não-verdadeiro”. Só se conhece a verdade através das mentiras com as quais a escondemos. E da mesma forma, que a idéia, o sentimento e o paradigma de verdade têm alguma autonomia, mas são irreduzíveis uns aos outros; também há entre a mentira objetiva, a ilusão pessoal e o engano coletivo uma certa indissociabilidade, em que cada uma guarda elementos das outras duas.

Considere-se que mentira é uma declaração feita por alguém que acredita ou suspeita que ela seja falsa, na expectativa de que os ouvintes ou leitores possam acreditar nela. Aliás, essa definição é a do senso comum: “uma declaração verdadeira pode ser uma mentira se o falante acredita que ela seja falsa; e histórias de ficção, embora falsas, não são mentiras”. Neste modelo, o que menos importa é se ela é realmente verdadeira! E as considerações relevantes são: o enunciador acredita no enunciado? Ele tem intenção de enganar? Está tentando ganhar alguma

vantagem ou prejudicar alguém? Se for uma mentira a serviço de uma boa causa, então será uma mentira aceitável? Se for baseada em informações falhas, então foi um erro honesto? Será que a mentira é apenas uma questão de retórica política?

2 - Do texto

No texto **A Arte da Mentira Política** tudo é enganoso: o autor, a procedência e o próprio motivo do texto. O texto atribuído pela Biblioteca Nacional de Paris e por Sir Walter Scott a Jonathan Swift parece ter sido realmente escrito por seu amigo John Arbuthnot (1667-1735), médico da rainha Anna e autor satírico escocês.

Em relação à procedência, o texto foi originalmente publicado em francês em Amsterdã em 1733; e, em relação ao seu propósito, trata-se de uma publicidade de uma assinatura de dois volumes com o mesmo nome: a arte da mentira política, sem revelar seu autor. O texto descreve o conteúdo desses dois volumes capítulo a capítulo, que serão entregues ao preço de “14 chelins para os assinantes, dos quais sete serão pagos adiantados e os outros sete chelins no momento da entrega do segundo volume”.

Mas, os dois volumes prometidos nunca foram encontrados, como também não registros de que os

eventuais assinantes tenham sido reembolsados pelos valores pagos. Trata-se, como diz Courtine, de uma “brochura atribuída a Swift, oferecendo em assinatura um livro inexistente de um autor anônimo”. (SWIFT, 2006, p. 16)

Tudo é mentira também em relação ao seu conteúdo: a noção de mentira é bem ampla, incluindo a imaginação simbólica, a simulação visual, a representação teatral da política. Senão vejamos. Promete-se no 1º capítulo do livro que ainda será escrito explicar que a natureza da alma humana é um espelho duplo: um lado é plano, foi feito por Deus e reflete a verdade; o outro lado do espelho é cilíndrico, foi feito pelo Diabo, o pai da mentira, “que o cilindro, sendo muito maior e mais largo, recebe e reúne na sua superfície uma maior quantidade de raios visuais; e, por consequência, toda arte e sucesso da mentira política depende do lado cilíndrico da alma”. (SWIFT, 2006, p. 35.)

Semelhante ao espelho duplo da alma, os cientistas atuais subdividem a atividade neurológica, atribuindo um caráter racional ao lado esquerdo do cérebro e um caráter simbólico ao lado direito do cérebro. Nessa perspectiva ampliada proposta pela ‘pseudologia’, todo aspecto analógico do processo cognitivo (os sonhos, as metáforas, os símbolos)

seriam mentiras (ou distorções) em relação à organização racional da percepção dos sentidos. E a Mentira, assim, é mais interessante que a Verdade:

Não é somente a dificuldade e a cansaça que o homem experimenta ao perseguir a verdade, nem sequer o fato de, uma vez encontrada, se impor aos pensamentos humanos, o que leva a conceder às mentiras os maiores favores; é sim, um natural, mas corrompido amor da própria mentira. Uma das últimas escolas dos Gregos examinou esta questão, mas deteve-se a pensar no que leva o homem a armar as mentiras, quando não o faz por prazer, como os poetas, ou por utilidade, como os mercadores, mas pelo próprio mentir. Francis Bacon, in **Ensaio - Da Verdade**.³⁶

#3 - Da Interpretação das mentiras

Jean-Jacques Courtine, em sua leitura da Arte da Mentira Política, não dá muita atenção a essa universalidade abstrata da mentira diante da verdade, considerando que a questão central do texto consiste em descobrir se “é necessário enganar o povo para seu próprio bem?” Sua interpretação, portanto, equipara o texto à concepção de ‘nobre mentira’ de Platão e Maquiavel. Para ele, o tratado tem um caráter cínico prescritivo e tem como foco principal instrução do governante na arte da manipulação política.

Aliás, pode-se dizer que, grosso modo, o texto comporta três interpretações distintas: a moralista, a

³⁶<<http://www.citador.pt/pensar.php?op=10&refid=200407121809>>

cínica e a satírica. Para a primeira interpretação, mentir é contra os padrões éticos sendo tido como um pecado capital em muitas religiões. Nessa perspectiva, o texto é visto como um elogio da imoralidade política. Para a interpretação cínica, por sua vez, as razões morais para se tolerar mentiras têm a ver em sua maior parte em evitar conflitos políticos e sociais. Para esses, o texto é um manual de manipulação que orienta como utilizar a mentira política “para bem do povo”. Courtine chama de “mentir verdadeiro” à destreza em “subtrair as mentiras de toda possibilidade de verificação ou contradição; nunca ultrapassar os limites da verossimilhança; fazer variar as ‘falsidades salutares’” entre outras regras prescritas pelo texto a quem governa. Ele acredita não só acredita na seriedade do texto como no fato da mentira ser um artifício discursivo em um universo relativo e subjetivo.

“Não se sabe mais nada sobre a ciência certa. Aproximamo-nos, talvez, do estado ideal em que o discurso político estará finalmente livre do fantasma mesmo da verdade, que às vezes o assombra ainda como um velho remorso”.
(COURTINE, Jean-Jacques. **O mentir verdadeiro**, in SWIFT, 2006, p. 26.)

Mas, a mentira torna-se uma sátira com propósitos humorísticos quando explicita pelo tom jocoso que de fato é uma mentira, nestes casos é com freqüência tratada como não sendo imoral ou

oportuna, mas uma forma crítica velada bastante comum entre humoristas, escritores e poetas. A mentira satírica não tem suas origens na manipulação das elites, mas sim na resistência crítica ao poder. E esse duplo enganar, esse mentir sobre as mentiras, é falar ironicamente a verdade. Para nós, esse é que é o verdadeiro *mentir verdadeiro* e a *mentira* é a intenção principal do texto é de fazer uma paródia crítica de um manual maquiavélico e não a de prescrever aos interessados a excelência em falsidades.

Apenas os adeptos da interpretação cínica pensam que a verdade uma mentira é intersubjetiva ou um consenso artificial plantado em diferentes locais que se confirmam mutuamente. Tanto a interpretação moralista como satírica compreendem que a mentira não é apenas um artifício discursivo, mas sim a negação de algo que é verdadeiro. Sendo que a interpretação moralista lamenta a mentira e invoca a verdade, enquanto a interpretação satírica invoca a mentira para dizer a verdade de modo dissimulado.

#4 - A Mentira Política

Após, definir mentira de forma geral e abstrata, o autor do panfleto promete, no 2º capítulo do livro que será escrito (SWIFT, 2006, p. 36), definir também

a especificidade da mentira política em relação às outras mentiras.

Há alguns tipos de mentiras que são consideradas aceitáveis, desejáveis ou mesmo obrigatórias, devido à convenção social. As mentiras convencionais incluem: uso de eufemismos para evitar a menção explícita de algo desagradável; perguntas insinceras sobre a saúde de uma pessoa pouco conhecida; afirmação de boa saúde em resposta a uma pergunta insincera; desculpas para evitar ou encerrar um encontro social indesejado; garantia de que um encontro social é desejado ou foi agradável; dizer a uma pessoa moribunda o que quer que ela queira ouvir; e supressão de uma quebra de tabu e ou de um costume tradicional.

Mas, a mentira política distingue-se dessas mentiras sociais e de etiqueta. Para o autor do texto, a mentira política consiste na “Arte de convencer o povo” a agir de modo inconsciente, a manipulá-lo “para seu próprio bem”. Definem-se três tipos de mentira política: *Utile, Dulce et Honestum*. A mentira útil é aquela que serve aos propósitos do governo; a doce, a que encanta os corações, as aventuras amorosas ou militares; e a honesta é mentira que acredita em si mesma – atualmente chamada pelos estudiosos de ‘ideologia’ – seja no sentido francês,

alemão ou inglês dado a esse termo. No sentido francês (Bachelard e Althusser), a ideologia uma ilusão é oposta à objetividade científica³⁷; no sentido alemão (Habermas e a Escola de Frankfurt), tudo é mentira: a ciência seria apenas uma forma racionalizada da ideologia dominante; e, no sentido inglês, a ideologia é uma meia-verdade. Thompson, por exemplo, define ideologia como uma forma simbólica que está a serviço do poder, deixando claro que existem outras formas simbólicas que não cumprem este papel (formas simbólicas não-ideológicas), ou mesmo que a ideologia é apenas uma das formas de interpretação possíveis de uma determinada forma simbólica. São Jorge e o dragão, por exemplo, tanto representam a luta do bem contra o mal quanto à dominação da cultura celta pelo Império Romano. (THOMPSON, 1995)

³⁷Em deferência a esta tendência francesa, os pensadores pós-modernos nunca usam os termos “ideologia” e “representação” porque denotaria uma alienação da vida social. Em uma falsa deferência à tradição francesa do “corte epistemológico” (isto é, a oposição metodológica radical entre ciência e ideologia advogada por Gaston Bachelard e Louis Althusser), Michel Foucault, na coletânea brasileira intitulada **Microfísica do Poder**, ironiza seus professores dizendo que falar em ideologia é considerar antecipadamente falsas as idéias alheias diante de um pensamento supostamente científico. Já Deleuze e Guattari, no **Anti-Edipo**, argumentam que o termo “representação” é reativo e inadequado porque pressupõem uma relação passiva com realidade. “O inconsciente não é um teatro de representação, mas sim uma usina de expressão”.

Talvez seja necessário dizer que essas três concepções do termo 'ideologia' correspondem as três formas de interpretação da mentira: os alemães são cínicos, pois consideram que toda ideologia é ilusão; os franceses são moralistas, uma vez que afirmam que a verdade existe e que a ideologia a esconde; os ingleses beiram à sátira porque concebem que toda ideologia tem lado verdadeiro e outro falso ao mesmo tempo, que tanto a mentira quanto à verdade não são absolutas, mas facetas opostas de cada idéia.

E para justificar a legitimidade dessas meias mentiras, o autor promete no 3º capítulo do futuro livro definir o direito à verdade política, em oposição ao direito à verdade privada:

“É necessário perceber que o povo tem direito de esperar que seus vizinhos lhe digam a verdade nos assuntos particulares: que cada um tem direito à verdade econômica, ou seja, que cada um tem o direito de exigir que os membros de sua família lhe digam a verdade, a fim de não ser enganado por sua mulher, pelos seus filhos, nem pelos seus empregados domésticos; mas que não há nenhuma espécie de direito sobre a verdade política e que o povo possui menos o direito de querer ser instruído sobre a verdade em matéria de governo do que o de possuir bens, terras, casas senhoriais.” (SWIFT, 2006, p. 37-38)

Assim, apenas as elites são responsáveis e têm direito ao monopólio da verdade política. Eis o fundamento para enganar (para o próprio bem) o

povo, as mulheres e as crianças. Mas será que apenas governo tem direito à manipulação? Não. Ao contrário da verdade, que é aristocrática e restrita; a mentira é democrática e todos podem dela se servir. Na promessa do 4º quarto, inclusive, o autor compara a democracia como via de mão dupla, em que o governo engana o povo segundo seu interesse, que por sua vez inventa mentiras sobre os seus governantes para também manipulá-los (SWIFT, 2006, p. 38). É a imagem do soberano que fascina seus súditos ou é a opinião pública (a imagem que os cidadãos fazem do poder) que orienta o bom governo? A Imagem Pública de um governante é uma disputa entre a mentira que ele conta ao povo e as mentiras que contam sobre ele.

#5 - Tipos de Mentira

No filme **V de Vingança** há uma fala que diz que os políticos usam a Imagem para esconder a Verdade, enquanto os artistas usam a Imagem para revelar a Verdade. Na verdade, a imagem pública oculta uma determinada correlação de forças (a meia-mentira do governante) e revela aspectos do inconsciente (as meias-mentiras do povo). Por isso, prescreve o texto, é preciso saber mentir diretamente não apenas sobre as qualidades do governante como também saber espalhar boatos, fofocas e rumores a seu respeito. Há, segundo a promessa do 5º capítulo

(SWIFT, 2006, p.39), três tipos de mentiras políticas referentes às imagens públicas: a calúnia (que subtrai as qualidades), a mentira de adição (ou aumento) e a de translação (que transfere a reputação).

O autor enfatiza ainda a importância de nunca exagerar e que é preciso ser verossímil para mentir bem. Se quisermos aumentar ou subtrair alguma qualidade é preciso ser cuidadoso para não ir de encontro à imagem inata do personagem. Se for um homem miserável e queremos fazê-lo passar por generoso, por exemplo, devemos elogiá-lo em alguma caridade discreta, e nunca fazer alarde de uma grande doação. Do mesmo modo, não se teria êxito em afirmar que, um homem conhecido por sua avareza e economia, gasta o dinheiro público com frivolidades; mas sim que ele desvia pequenas quantias que acumula em segredo. O mesmo se dá com a mentira de traslado de reputação, que tanto pode transferir méritos com deméritos – é a mais utilizada pelos governantes em relação aos seus subordinados e ministros.

MENTIRAS POLÍTICAS SEGUNDO SUA NATUREZA			
ÚTIL	DOCE	HONESTA	
MENTIRAS POLÍTICAS SEGUNDO A MORFOLOGIA			
MENTIRAS ORDINÁRIAS	CALUNIA OU DIMINUIÇÃO	AUMENTO	TRANSLAÇÃO
MENTIRAS EXTRAORDINÁRIAS	A QUE AMEDRONTA	A QUE EXCITA	

Mesmo tendo o cuidado de nunca exagerar, o mentiroso político precisa também inventar mentiras ‘maravilhosas’, isto é: que ultrapassem “os degraus ordinários da verossimilhança”. E segundo a promessa de 6º capítulo (SWIFT, 2006, p. 44), há dois tipos de mentiras maravilhosas (ou mentira-mito): a mentira que amedronta e a mentira que excita. Trata-se da velha contradição dialética entre medo e esperança (Platão, Maquiavel), entre coerção e consenso (Marx, Gramsci), entre o poder da força e a autoridade moral (Weber e o funcionalismo) – que hoje toma a forma do conflito entre o risco induzido e a simulação.

#6 - Risco & Simulação

Antes de Thomas Hobbes (2004) fundamentar a obediência ao poder no medo ao Leviatã (o Estado visto como um monstro mitológico que impede a guerra social de todos contra todos), não se fazia distinção entre o poder divino e o poder dos homens. Tudo acontecia pela vontade de Deus (ou dos deuses), inclusive os acontecimentos referentes à organização política da sociedade. A mentira-mito-científica (somos governados pela violência) substituiu as mentiras-mito-religiosas.

E se o ‘risco’ é uma mentira que nos amedronta, a simulação é a mentira complementar que nos excita. Como mentira maravilhosa, o risco

produz uma nova experiência de tempo/espaço em que o futuro e sua simulação passam a desempenhar um papel central. Na época em que foi escrita **A Arte da Mentira Política**, a simulação era apenas uma “mentira de prova” (‘proof-lies’ em inglês ou ‘balão de ensaio’ como diz a gíria) e não era uma mentira extraordinária nem tinha ainda este sentido de antecipação e escolha de possibilidades em oposição às falsas ameaças e ao risco fabricado. A mentira virtual não é só uma nova forma de esperança, seu poder vem da capacidade de nos incitar ao risco, à aventura, ao desconhecido.

Para Foucault (1984), nas sociedades disciplinares a verdade era sempre confessada. A sinceridade era um critério de verdade para relações pessoais e a verdade filosófica precisava ser descoberta pela ciência por de trás das aparências da realidade. Hoje vivemos a mudança deste padrão do desvelamento para um novo modelo em que se um evento não for simulável, não será verdadeiro. Ao invés de ser exorcizada, a imaginação é agora ampliada e utilizada como um método de investigação; a simulação holográfica é uma ferramenta de reconstituição do real com um nível de objetividade e precisão além da percepção biológica e de suas interpretações, tornando-se não apenas um critério de verdade científico, mas também uma

garantia de objetividade em várias áreas da vida social, como no futebol e no direito.

O panfleto discute ainda, na promessa de seu 9º capítulo (SWIFT, 2006, p. 51), a velocidade e duração das mentiras ordinárias e extraordinárias e, promete no 8º capítulo do futuro livro (SWIFT, 2006, p. 48), tratar da organização institucional da mentira – seja nos partidos políticos (na profissionalização da confraria de fofoqueiros), nos jornais e outros meios de comunicação (que o autor considera “sem talento”) ou mesmo na própria idéia de ‘cultura’ – esta grande mentira que nos engana a todos. A Imagem que fazemos de nós mesmos nos engana? Para Marx, esta mentira esconde nossas reais relações de produção; para Freud, ela sublima nossa violência e nossa sexualidade; para Levi-Strauss, há uma única e grande mentira ocultando muitas pequenas verdades.

#7 - A Verdade como negação da Mentira

Muito se fala, bem e mal, sobre a reviravolta metodológica proposta por Foucault ao desconsiderar o Estado como centro do qual emana o poder e a vida política; mas, assim, a sua maior e mais subversiva contribuição ao pensamento político contemporâneo passa despercebida: a idéia segundo a qual as leis não são regras normativas para regulamentar a vida social em tempos de paz, mas a própria guerra das

estratégias de uma determinada correlação de forças. A lei não é expressão contratual do poder, ela é o próprio poder que descreve, analisa e classifica as condutas humanas.

“É a lei quem produz a delinquência”. A produção de aberrações³⁸ é engendrada pelo próprio sistema social e também faz parte da estrutura de controle. O controle não é apenas o dispositivo restritivo que gera a aberração, mas também o seu resultado positivo: a transgressão e a mudança dos padrões de organização.

A sexualidade, para Foucault, é um campo em que essa produção de comportamento aberrante é bem visível: não há diretamente uma repressão sexual, mas interjeição, isto é, somos incitados ao sexo através de sua aparente interdição. Depois, da liberação sexual dos anos 60, no entanto, o consumo de substâncias de efeito psíquico passou a ser o foco deste tipo de mecanismo de proibição/transgressão.

³⁸A mesma idéia aparece na crítica cibernética ao modelo sociológico funcionalista, principalmente na definição da categoria de “*Comportamento Aberrante*”. Para Howard Becker, George C. Homans, Albert Cohen, Thomas Scheff, Leslie T. Wilkins e Walter Buckley, que sistematizou o pensamento de todos: “Precisamos estar preparados para possibilidade de que um sistema social passe a gerar e a manter forças aberrantes e desorganizadoras de maneira tão *automática* quanto a que gera mecanismos de conformidade e organização”. BUCKLEY, 1971, p. 234.

Porém, de forma geral pode-se dizer que a produção de aberrações está em toda parte – como denunciaria uma criança ainda preocupada com a Verdade: Por que a velocidade máxima permitida nas placas de trânsito é inferior a dos velocímetros dos carros? Por que, sendo proibida a pirataria, os computadores gravam CDs e DVDs? Por que os melhores filmes só podem ser vistos pelos adultos? Por que há coisas que as crianças não podem saber?

Seguindo essa mesma lógica da produção de comportamentos aberrantes em uma oitava superior, observa-se, no entanto, que este universo ilusório, formado por tantas e tão diferentes mentiras, é que permitem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de pessoas realmente verdadeiras, com dignidade ética e liberdade de consciência. E, portanto, para se conhecer os critérios de produção da verdade e desses comportamentos, em um determinado período de tempo e lugar, é preciso antes conhecer as formas de mentir e de dissimular.

#8 - Mentiras Gêmeas

Outra anedota interessante sobre o tema é aquela que pergunta: quem mente mais, o homem ou a mulher? E responde: o homem mente mais, mas a mulher mente melhor. A promessa de 7º capítulo (SWIFT, 2006, p. 46) trata de saber se quem mente

mais na política, se é a esquerda (na época, ‘os Tories’) ou a direita (denominados de os ‘Whigs’, no texto) e tira uma conclusão semelhante: a direita mente mais, mas a esquerda mente melhor.

Ou como se pode pensar a partir do esquema proposto por Bobbio (2001): a esquerda mente dizendo que somos iguais (na verdade, somos diferentes) e omite que essa igualdade nos restringe a liberdade); a direita mente dizendo que somos livres (na verdade, somos interdependentes), escondendo que a liberdade floresce na desigualdade.

Giddens (1996) aponta ainda para simetria paradigmática de algumas posições hoje insustentáveis: ou temos a regulamentação econômica com anarquia moral – como quer a esquerda; ou a anarquia econômica com fortes controles morais – como deseja a direita.

MEIAS-MENTIRAS DE ESQUERDA	MEIAS-MENTIRAS DE DIREITA
Defende intervenção econômica do Estado	Liberdade de Mercado
Liberdade total para vida sexual e familiar	Moralismo tradicional, regulamentação da vida civil
O crime é produto da desigualdade social	O crime resulta do hiper-individualismo pessoal

E a política de terceira via se justifica por uma despolarização pragmática do modelo esquerda x direita, em que planejamento e a liberdade se combinem criativamente. E este realinhamento dos

extremos com a noção do centro radical (o centro não é o meio termo entre direita e esquerda, mas sim de inversão de suas polaridades) desemboca na idéia de uma política sem inimigos. Para esquerda, os maus são os capitalistas, o mercado, as grandes corporações, os EUA, etc; para direita, os maus são: o estado inchado, o relativismo cultural, os imigrantes e os criminosos. “Mas não há uma fonte concentrada dos males do mundo: temos que deixar para trás a política de redenção” (GIDDENS, 2001, p.45) – afirma Giddens, que, ao que parece, pretende mentir mais e melhor do que todo mundo, afirmando que a democracia e o debate político são sempre capazes de chegar racionalmente as melhores decisões.

#9 - A mentira utópica

Para Rousseau, democracia não é para os homens, pois somos violentos, passionais e mentirosos. A democracia é um governo para os deuses. A verdadeira relação da democracia com os jogos olímpicos não é que essa forma de governo se assemelhe a um jogo cuja regra os jogadores devem respeitar, mas sim o fato que em ambos exigem de seus participantes a superação de seus limites em um constante aperfeiçoamento, porque em ambos os homens aspiram a se tornar deuses.

Talvez a democracia seja a maior de todas mentiras políticas que homem já elaborou. O autor da **Arte da Mentira Política** considera o regime democrático, como uma ampliação do direito à mentira. Mas, não é só isso, a própria democracia em si mesma é uma grande e poderosa mentira de longo prazo e tem um estatuto próprio. Como bem demonstra Miguel (2000: p. 44-48), a democracia não é um mito do discurso político (uma mentira histórica 'normal'), ela é 'a' utopia (o projeto de uma sociedade perfeita sempre inacabada) por excelência. Os mitos estão sempre ancorados no passado imemorial, na tradição, na origem anterior à história; a utopia, ao contrário, está projetada no futuro, em um tempo que ainda não chegou no 'fim da história'.

Bobbio (2000) elabora um eufemismo interessante para as mentiras da democracia representativas atuais: suas “promessas não cumpridas”, isto é, aquilo que as democracias representativas gostariam de ser idealmente, mas que efetivamente não são. As “promessas não-cumpridas” são: a democracia promete defender o interesse público (mas apenas negocia acordos dos interesses privados); a democracia promete acabar com os privilégios das elites, tratando todos os indivíduos de forma igual (mas há uma persistência das oligarquias e do tratamento desigual); a democracia promete

ainda educar o povo para cidadania, transformando súditos em cidadãos, aumentando a participação ativa de todos sobre tudo (mas, o que se constata é a crescente apatia política dos jovens de melhor instrução e renda); a democracia promete, através da imprensa livre, acabar com o poder invisível (mas a transparência não venceu a privacidade dos acordos particulares); para citar apenas as promessas principais.

Nessa perspectiva, o pluralismo dos grupos acabou com a democracia dos indivíduos. Bobbio acredita que a democracia moderna nasceu de uma concepção individualista de sociedade, em que a vontade coletiva é produzida pela regra de maioria e acatada por todos formando uma unidade de ação “de forma centrípeta ou monocrática”, porém, na verdade, sempre vivemos em uma policracia, em que os grupos (e não os indivíduos) lutam para preservar seus interesses de forma centrífuga. Assim há uma flagrante contradição entre a representação do interesse público (da vontade da maioria) com a representação dos interesses privados em diferentes níveis: regionais, corporativos e pessoais.

Mas apesar desta situação e de suas mentiras - as “promessas descumpridas”, em nenhum momento Bobbio desiste da mentira democrática em si como sendo a melhor (ou, por baixo, “a menos pior” – como

disse De Gaulle) forma de governo. Sua crítica visa antes levantar as deficiências institucionais da democracia para aperfeiçoá-la, através de uma passagem gradativa da democratização do Estado à democratização da sociedade e das instituições (da escola, da fábrica, dos bairros). Giddens chama este processo histórico-institucional de “democratização da democracia”, miniaturizando ainda mais a idéia de democracia, entendida agora não como uma 'forma de governo', mas como um método de relacionamento entre pais e filhos, entre grupos de amigos, entre marido e mulher (GIDDENS, 2003: p.61)

Explico-me melhor: a democracia como método não consiste simplesmente na regra de maioria (pois assim seria impossível existir democracia entre duas pessoas com interesses diferentes, como professor e aluno, por exemplo), mas sim no 'novo contractualismo', isto é, na negociação dos interesses divergentes e das próprias regras de negociação. A democracia vista desse modo não é o predomínio formal do consenso sobre o dissenso, mas a tomada de decisões através das regras negociadas entre os diferentes pontos de vista que formam uma unidade de ação. Mas, o que interessa é saber qual papel da mídia nesse contexto, as mentiras de curto prazo, desempenham nesta grande mentira que é a democracia?

#10 - A Usurpadora

Muitos acusam a mídia de querer ter o monopólio da verdade, mas é justamente o contrário: os meios de comunicação aspiram ao monopólio da mentira, isto é, não deixam nem os governantes nem os governados mentirem, considerando-os imorais e corruptos a qualquer deslize que se apresente útil à manutenção de sua posição: o lugar da fala e de mediação entre os interesses público e privados. Em um outro tempo, o lugar da fala era a própria autoridade do soberano e esta era baseada no seu direito divino à verdade. O governante mentia com tranqüilidade e mesmo que ele fosse descoberto em suas inverdades, a força de sua posição estratégica, garantida pelas armas e pelos deuses, isto não causaria uma crise de legitimidade sobre seus súditos. Porém, hoje em dia a mídia tomou a cadeira do governante e se institui constantemente como uma auto-referência dos acontecimentos que noticia. Para imprensa, apenas ela tem o direito de mentir e esta é sua grande e principal mentira: *“O governo mente, os partidos mentem, todos mentem – somente nós falamos a verdade”*.

Além de conceber A Arte da Mentira Política como um manual de manipulação, Courtine deseja

também proceder a sua atualização para o contexto da comunicação de massa:

“Desde a época de Swif, a mentira política fez sua revolução industrial: com o desenvolvimento da imprensa escrita no século XIX, ela saiu do estágio oral, se mecanizou e conseguiu uma sistematicidade e uma difusão com as quais não teria ousado sonhar [...]”. (SWIFT, 2006, p. 22)

Mas, nem de longe, Courtine imagina o verdadeiro papel desempenhado pela usurpadora. Ao se apresentar como um campo de mediação em que os atores políticos e econômicos se enfrentam, a mídia esconde que ela mesma é um ator social, portador de interesses políticos e econômicos. O poder de dar visibilidade a alguns fatos e acontecimentos em detrimentos de muitos outros que os meios de comunicação efetivamente têm na sociedade atual não pode se confundir com a pretensiosa mentira de “construir a realidade social”, desconsiderando tudo que não interessa a seus propósitos.

Há várias mudanças significativas nesta usurpação midiática do lugar da fala política: o discurso político atual realmente se organiza pela gramática específica da linguagem dos meios de comunicação de massa (com ênfase na novidade, no inusitado e em padrões estéticos), produzindo uma cultura política centrada no consumo de imagens políticas, gerando novas competências políticas, como

marketing político (que adapta o discurso político às preferências do público através de pesquisas) e se baseia na similitude aparente entre audiência e eleitorado (ou entre o consumidor e o cidadão).

Há também vários aspectos negativos: os vários aspectos da des-ideologização do discurso político (a redução das diferenças a gostos, a imagem como inimiga do pensamento abstrato, a linguagem da TV como empecilho à polêmica argumentativa); o crescente desinteresse do público; o caráter artificial da Opinião Pública; a perda de autenticidade; a substituição parcial dos partidos e das instituições de representação da política pelos meios de comunicação; e a “cidadania privada”, isto é, a exclusão cultural em relação ao consumo e ao universo da mídia.

Enquanto os midiafóbicos enfatizam o aspecto negativo das mudanças (na verdade, enfocam o contexto social como todo e a mídia como ator social), outros, os midiafílicos, ressaltam apenas o positivo: a mídia como um campo aberto para o diálogo direto entre os atores políticos e o público. Mas, a maioria postula uma posição intermediária: os campos da Política e da Comunicação se interpenetram numa relação recíproca, mais ambos preservam suas especificidades; nem a política se dilui frente ao efeito

da mídia, nem a mídia é um mero instrumento da política.

Outro ponto importante para compreensão do discurso político mediado é seu pretense caráter espetacular. Muitos analistas consideram o caráter espetacular a principal característica do discurso político mediado, afirmando que a política se transformou em show de entretenimento. Para nós, todavia, a diferença estrutural introduzida pelos meios de comunicação no discurso político atual (em oposição ao discurso político clássico) não é seu pretense caráter espetacular ou teatral, mas sim: a) o deslocamento para palavra final (do direito de interpretação) para o mediador; e b) a existência de um *público não-presencial*.

O discurso político já era espetacular (no sentido de ser orientado para uma platéia) mesmo antes do aparecimento dos meios de comunicação social. Ao usurpar o lugar da fala do soberano, a mídia apenas amplificou o alcance do discurso político para um novo espaço-tempo social, modificando as formas de ação e interação co-presenciais, instaurando formas de ação a distancia em um regime de interações mediadas, desenraizadas de um único contexto local. Passamos de uma interação presencial centrada no modelo 'um-um' para uma interação

mediada organizada no modelo 'um-muitos' e as mensagens passaram a transcender um único ambiente geográfico e uma duração temporal determinada.

Atualmente, com o advento da Economia da Informação, do retorno à linguagem audiovisual e da sociedade de redes, estamos entrando em uma nova interação social mediado no modelo 'muitos-muitos'. E enquanto alguns sonham com o fim da verdade política através da intersubjetividade, outros acham que a Internet pode acabar com a teatralização do discurso político (SOUZA, 2006). Porém, a verdade é que a distribuição das mentiras está cada vez mais se segmentando; as mentiras estão cada vez mais interativas; mas, em essência, tudo permanece igual: é a mentira que produz o que realmente é verdadeiro e os homens alimentam suas crenças através de suas descrenças.

#11 - Engana-me que eu gosto

Então, a verdade nos é desagradável e inacessível, enquanto a mentira pode ser comparada a uma droga em que somos viciados. Temos medo e desconforto diante da verdade e uma verdadeira compulsão pela mentira. Mas, nós não nascemos mentirosos. Fomos educados para sê-lo. Primeiro, através da imitação dos pais e irmãos, aprende-se a

mentir sobre os sentimentos. E depois que se toma gosto pela enganação, ela se torna voluntária, apaixonada e até mesmo obsessiva. Finalmente, na escola e no trabalho, aprende-se os fundamentos da mentira política e da mentira científica – para que possamos aperfeiçoá-los, desenvolvê-los e levá-los adiante, para as futuras gerações de mentirosos.

Para **Bruno Latour** (1994), a modernidade é um duplo artifício de simulação entre a Natureza e a Sociedade, de forma que, através de uma série de falsas oposições, elas sejam diferenciadas. A este dispositivo, Latour denomina "o duplo artifício do laboratório (ou a força epistemológica do empírico e do experimental) e do Leviatã (ou a força hermenêutica do pensamento por modelos e da intersubjetividade)". No laboratório temos uma natureza transcendente, parcialmente construída, mas que nos ultrapassa em sua totalidade, e uma sociedade imanente, sempre presente em todos os nossos atos triviais; no âmbito do pensamento social, ou na metáfora do Leviatã, temos, ao contrário, uma natureza imanente aos homens e uma sociedade que é mais do que a soma de seus elementos.

Mas, na verdade, ao separar as relações políticas das científicas - mas sempre apoiando a razão sobre a força e a força sobre a razão – chega-se

a uma natureza selvagem e inútil (sem sociedade) e uma sociedade artificial e morta (sem natureza). A modernidade é essa dupla mentira em que a natureza explica o que é verdadeiro; a sociedade, o falso; em que o poder científico representa apenas as coisas e o poder político representa somente os homens.

Disto pode-se tirar duas mentiras extraordinárias de longo prazo. Primeira mentira: aprendemos, na escola, que enquanto a verdade científica é objetiva e natural; e que a verdade política é essencialmente social, subjetiva e relativa. Assim, a primeira mentira é que a política é mentira e que, portanto, não há nenhuma possibilidade verdadeira de mudança. E a segunda mentira? *“Somos superiores aos primitivos porque separamos a natureza da sociedade”*.

#12 – Paranóia e Conspiração

Assim, do mesmo modo que são inverídicas as polaridades paradigmáticas de esquerda-direita e de público-privado, a dialética entre natureza e sociedade também não existe de fato. Tudo é representação. Representações de representações. Se acreditarmos que “tudo realmente é mentira”, que toda ordem simbólica é, na verdade, uma construção mental sem referência externa imediata, então compreenderemos as origens ideológicas da Teoria da Conspiração, isto

é, da concepção de mundo que acredita que o mundo é governado por forças invisíveis.

Lembremos das três formas de interpretação da mentira e de sua associação a noção de ideologia de diferentes autores contemporâneos.

Em primeiro lugar, temos a interpretação cínica e da ideologia absoluta, preferida pelos autores alemães, hoje representada pelo pensamento de Habermas, que acreditam na visibilidade como principal forma de poder e na tese de que tanto a verdade como a mentira são intersubjetivas.

Em segundo lugar, temos a interpretação moralista, de preferência francesa, em que a ideologia é vista como uma mentira (tanto por Bachelard e Althusser, mas principalmente por Foucault, Deleuze e Derrida). Dentro dos franceses, nesse segundo grupo o poder era visto como algo que se percebe através do discurso, imanente à linguagem, inscrito no detalhe e não na totalidade como um conjunto de correlações de forças e de relações invisíveis e silenciosas.

E esses são, exauridos todos os sonhos de revolução marxistas, os elementos ideológicos para construir-se uma teoria (pós-moderna) da conspiração. Isto é particularmente visível na a generalização do modelo do 'Panopticon' (um projeto arquitetônico para

otimizar o controle visual de uma penitenciária) como um padrão de organização das relações de poder na Modernidade. Para Foucault, nas sociedades do *ancient régime*, o exercício do poder estava ligado ao espetáculo, à manifestação pública de força e superioridade do soberano. Era um regime no qual a visibilidade de poucos era usada para se exercer o poder sobre muitos. Mas a partir do século XVI, este poder espetacular cedeu lugar a novas formas de disciplina que foram se infiltrando nas diferentes esferas da vida, empregaram de forma crescente os mecanismos de controle mais sutis baseados no treinamento, na disciplina, na observação e no registro. A propagação destes mecanismos gradualmente fez surgir um novo tipo de “poder disciplinar” em que a visibilidade de poucos diante de muitos foi substituída pela visibilidade de muitos diante de poucos, e na qual a manifestação do poder soberana foi substituída pelo poder do olhar. Para caracterizar esta nova relação entre poder e visibilidade, Foucault utiliza a noção do *Panopticon*, dispositivo do poder onividente e invisível (em que o rei imitava Deus), uma estrutura arquitetônica de controle carcerário em que “quem vê não é visto e quem não vê é visto”.

Para Foucault, um vê a todos (através da introjeção psicológica do controle social em cada

indivíduo); para Habermas, todos vêem um (dentro do regime de visibilidade a distancia produzido pelos meios de comunicação social) – os dois têm parte da razão sobre o poder e sobre a visibilidade. Mas, Foucault recusa as noções de ideologia e de representação e Habermas se limita festejar a ampliação da esfera pública burguesa pela imprensa livre e, mais recentemente, pelos meios de comunicação.

Mas, há também uma terceira possibilidade de interpretação da mentira, a crítica satírica, que associamos às noções relativas de ideologia e de representação dos pensadores ingleses atuais Thompson e Giddens, e, sobretudo, à noção de simulação, como critério de produção de verdade. A simulação virtual na verdade substitui a crítica satírica da representação, que era uma mera paródia e uma caricatura do real, para se constituir em uma duplicação da realidade com muito mais riqueza de detalhes e de dinâmicas secundárias do que poderíamos perceber.

#13 - Vossa Excelência, a dissimulação.

A Arte da Mentira Política prescreve que no 11º capítulo (SWIFT, 2006, p. 54) do livro prometido que ‘contra uma mentira, outra mentira é mais real que a verdade’. Não adianta tentar desmentir uma

mentira com a 'realidade nua e crua dos fatos' pois ninguém vai acreditar. Porém, se desmentirmos uma inverdade com outra ainda maior e mais detalhada, todos se convencerão de sua veracidade.

Pode parecer que se descambou definitivamente para o cinismo ou para o deboche com essa última prescrição - semelhante ao famoso ditado que "é mais fácil fazer as pessoas acreditarem numa grande mentira dita muitas vezes, do que numa pequena verdade dita apenas uma vez" - mas, ao se meditar um pouco, observa-se dois sentidos ocultos nessa aparente obscenidade.

Em primeiro lugar, do ponto de vista social, esse preceito significa que contra uma Matrix (a imagem ilusória que a sociedade faz de si mesmo de modo a omitir informações desagregadoras e reforçar seus mecanismos de controle) de nada vale a natureza ou a realidade histórica, apenas uma outra imagem mais aperfeiçoada poderá substituí-la. Por isso, contra a teoria paranóica da conspiração é preciso propor uma hipótese protonóica da conspiração, ou seja, é possível que realmente sejamos governados pela mentira (ou orientados pela representação - se preferirem), mas não necessariamente para sermos eternamente dominados e explorados.

A protonoia sugere que há realmente forças invisíveis, mas que elas não desejam nos controlar e sim conspiram a nosso favor, a favor do nosso desenvolvimento comum. A representação (principalmente as simulações virtuais em situações de risco) tem um caráter pedagógico em relação à verdade e à sua dissimilação (a simulação das simulações, a representação elevada à enésima potência).

Depois, em segundo lugar, do ponto de vista do próprio texto, no entanto, há ainda uma terceira interpretação possível: que para superar filosoficamente **A Arte da Mentira Política** enquanto mentira, ou melhor, enquanto um mentir verdadeiro (um modo de interpretação que desqualifica outras formas de interpretar como sendo mentirosos) é preciso escrever um outro texto igualmente mentiroso (que não acredite em seus enunciados), mas que seja capaz de aperfeiçoar os critérios de produção da verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. **Teoria Geral da Política**. Brasília: Editora da UnB, 2000b.
- _____. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário da Política**, Brasília: Editora da Unb, 2000c.
- BUCKLEY, W. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem** – um olhar sobre o ocidente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio e Alvin, 1972.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Esquizofrenia e Capitalismo**, v. 1, 2, 3, 4 e 5. Rio de Janeiro: editora 34, 1980.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. **A História da Sexualidade I, II e III (A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 a 82)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FOUCAULT, Michel. "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in Freyfus, Hubert e Rabinow, Paul. **Michel Foucault. Un parcours philosophique**, Paris, Gallimard, 1984. <<http://jornalista.tripod.com/midiaepoder/contemp.htm>>

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

_____. **O Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau;. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004

MORIN, Edgar. Método III: **O Conhecimento do Conhecimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986

NIETZSCHE, F.W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SOUZA, Diógenes de. **O uso do ciberespaço pela sociedade civil organizada e a hipótese de superação da teatralização dos assuntos políticos**. Trabalho apresentado no 1º Congresso Anual da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação Política (COMPOL), em Salvador, UFBA, 2006.
<http://www.poscom.ufba.br/congresso/pdf/scat5/Sousa_2006.pdf>, último acesso em 17/06/2007.

SWIFT, Jonathan. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine – tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.